



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO – PPG DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO – DEDC/CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PEC

Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à
Inclusão Sociodigital no Estado da Bahia

LUZINEIDE MIRANDA BORGES

Salvador
2008

LUZINEIDE MIRANDA BORGES

**Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à
Inclusão Sociodigital no Estado da Bahia**

Dissertação a ser submetida à Banca de Defesa no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação Campus I da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação e Contemporaneidade.

Orientação: Tânia Maria Hetkowski

Salvador
2008

Borges, Luzineide Miranda

Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à Inclusão Sociodigital no Estado da Bahia / Luzineide Miranda Borges. – Salvador, 2008. 153p.

Orientadora: Tânia Maria Hetkowski.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. 2008.

Contém referências.

1. Tecnologia da informação – Aspectos sociais. 2. Política de Informática – Brasil. 3. Inclusão digital - Bahia. 4. Informática na educação. I. Hetkowski, Tânia Maria. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 303.4834

LUZINEIDE MIRANDA BORGES

**Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à
Inclusão Sociodigital no Estado da Bahia**

Dissertação a ser submetida à Banca de Defesa no Programa de Pós-Graduação do Departamento de Educação Campus I da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação e Contemporaneidade.

Aprovado em **01/09/2008**

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Arnaud Soares de Lima Junior – UNEB

Profº Drº Cleverson Suzart Silva – UFBA

Profº Drº Lindomar Wessler Boneti – PUCPR

Profª Drª Tânia Maria Hetkowski – UNEB

*Dedico este estudo:
aos meus pais, João (in memoriam) e Raimunda;
às minhas filhas, Beatriz e Layza;
à minha irmã, Michele.*

AGRADECIMENTOS

E é tão bonito quando a gente entende que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá, e é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que a gente pense está (Gonzaguinha).

Meus sinceros agradecimentos,

A **Deus**, que me permitiu mais este desafio e me deu forças e ânimo para continuar nesta caminhada nestes dois anos tumultuados e conflituosos.

Às minhas filhas **Beatriz** e **Layza**, que ficavam madrugadas a fio disputando carinho e atenção entre uma reflexão e outra. Espero que um dia possam compreender o quanto foi doloroso ter que optar pela pesquisa em quanto elas queriam passear ou brincar.

A **Tânia Maria Hetkowski**, minha orientadora, que me aceitou no programa e me desafiou a iniciar e acabar esta Dissertação. Orientadora de vida, de gente, de coisas, de tudo, de conduta, de persona, enfim, minha guru.

À minha **mãe** querida, que me ajudou a segurar a barra nos momentos mais difíceis e por me desafiar e acreditar que eu poderia ir sempre mais e mais.

À minha irmã-amiga **Michele**, que abriu mão dos seus sonhos, de sua vida, para me acompanhar nesta nova aventura. Obrigada pela paciência, pela atenção e por me ajudar na criação de minhas filhas.

A **Josenísia** e **Márcia**, que me acolheram no seio da sua família quando vim para Salvador. Não sei o que seria da minha vida sem vocês.

Ao amigo e professor **Arnaud Lima Jr.**, meu co-orientador nas horas mais difíceis em busca de clarificação dos assuntos turvos e conflitantes e sua escuta sensível.

Aos meus amigos do mestrado - **Márcia Cordeiro**, **Adilson Gomes** e **Tom Zé** – que, durante dois anos, me ajudaram nas discussões e esclarecimentos dos meus estudos.

Aos **amigos** e **professores** da UNEB, que muito me ensinaram.

Aos **sujeitos participantes** desta pesquisa, que contribuíram para sua produção e acreditam no que fazem e desenvolvem uma prática emancipadora.

Aos **prefeitos** e **secretários de educação** dos municípios de Água Fria e Lamarão, que acreditaram no meu potencial e colaboraram para que esta pesquisa fosse concluída.

CANÇÃO ÓBVIA

Escolhi a sombra desta árvore para repousar
do muito enquanto esperarei por ti.
Quem espera na pura espera, vive um tempo
de espera vã.

Por isto, enquanto te espero trabalharei os
campos e conversarei com os homens
Suarei meu corpo, que o sol queimará; minhas
mãos ficarão calejadas;
meus pés aprenderão o mistério dos caminhos;
meus ouvidos ouvirão mais,
meus olhos verão o que antes não viam,
enquanto esperarei por ti.

Não te esperarei na pura espera porque o meu
tempo de espera é um
tempo de que fazer.

Desconfiarei daqueles que virão dizer-me, em
voz baixa e precavidos:

É perigoso agir
É perigoso falar
É perigoso andar

É perigoso, esperar, na forma em que esperas,
por que esses recusam a alegria de tua
chegada.

Desconfiarei também daqueles que virão dizer-
me, com palavras fáceis, que já chegaste,
porque esses, ao anunciar-te ingenuamente,
antes te denunciam.

Estarei preparando a tua chegada como o
jardineiro prepara o jardim
para a rosa que se abrirá na primavera.

Paulo Freire

Genève, março 1971.

In: Freire, P. Pedagogia da Indignação. São
Paulo: UNESP, 2000.

RESUMO

Frente às implicações contemporâneas no contexto da sociedade da informação, as políticas públicas de emancipação digital requerem um olhar crítico e reflexivo acerca das suas intencionalidades e objetividades. É importante ressaltar que as políticas públicas são resultantes de uma dinâmica de interesses adotada no todo da sua trajetória, da elaboração à efetivação. Esta dissertação é fruto de uma pesquisa que teve como objeto de estudo as políticas públicas de emancipação digital, analisando os avanços e possibilidades na inclusão sociodigital. O objetivo geral deste estudo foi pesquisar as políticas públicas de emancipação digital como possibilitadoras de democratização e acessibilidade à sociedade em rede (internet) no Estado da Bahia, investigando as ações difundidas pelo Programa de Inclusão Sociodigital da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, dialogando com pesquisadores como Boneti (2006), Lévy (1998), Castells (1999), Santos (2006), Sousa Santos (2002) e Freire (1997). Para alcançar tal objetivo foi utilizado como procedimento metodológico o Estudo de Caso, o qual permitiu compreender e descrever o objeto de pesquisa, respeitando o contexto no qual está inserido e os impactos deste projeto em todo o Estado. Emancipação digital significa efetivar os excluídos digitais na sociedade da informação, por meio de políticas que visem ao seu crescimento sustentável de forma colaborativa e gradativa, não com medidas emergenciais e paliativas.

Palavras-chave: Políticas Públicas das TIC. Emancipação. Sociedade em Rede. Educação.

ABSTRACT

Facing the implications in the contemporary context of the information society, public policies of emancipation digital require a critical and reflective look about their intentionality and objectivities. It is important to note that public policies are resulting in a momentum of interest in its entire gifted track, the preparation for execution. This thesis is the result of a poll that had as subject of study public policy of digital emancipation reviewing the progress and possibilities in sociodigital inclusion. The general objective of this study was searching public policy of digital emancipation that enables democratization and accessibility to the society network (Internet) in the State of Bahia, investigating the actions diffused by the Program of Sociodigital Inclusion of the Secretariat of Science Technology and Innovation of the State of Bahia talking with investigators Boneti (2006), Lévy (1998), Castells (1999), Santos (2006), Sousa Santos (2002) e Freire (1997). To achieve such objective, it was used the Case Study as methodological procedure, which has enabled understanding and describing the object of search respecting the context in which it is inserted. Digital emancipation means to effect excluded digital in information society, through its policies that aims to sustainable growth in a collaborative and gradual, rather than emergency measures and mitigation.

Keywords: ICT Public Policies. Emancipation. Society Network. Education.

SUMÁRIO

1 IVO VIU A UVA	09
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO.....	15
1.1.1 Problema	19
1.2 OBJETO DE PESQUISA.....	21
1.3 OBJETIVOS.....	25
1.4 METODOLOGIA.....	25
2 À SOMBRA DA MANGUEIRA	28
2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	28
2.1.1 Estado, sociedade civil e políticas públicas	29
2.2 A GÊNESE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PRINCÍPIOS E DETERMINANTES.....	40
2.2.1 A concepção etnocêntrica e as amarras ideológicas	40
2.2.2 A noção de desigualdade social adotada pelas políticas públicas	41
2.3 OS AGENTES DEFINIDORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	48
3 A LEITURA DE MUNDO PRECEDE A LEITURA DA PALAVRA	56
3.1 A SOCIEDADE EM REDE: CONTEXTUALIZAÇÃO.....	56
3.1.1 Emancipar os sujeitos ou incluí-los digitalmente?	70
3.1.2 A formação da consciência crítica na educação emancipatória	73
3.1.3 O respeito ao saber dos educandos e suas novas possibilidades de interatividade na sociedade em rede	80
4 APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA	85
4.1 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA.....	88
4.1.1 Centros Digitais de Cidadania	88
4.1.2 Campo de Pesquisa	98
4.2 DO CÍRCULO DE CULTURA FREIRIANO PARA AS COMUNIDADES VIRTUAIS DE APRENDIZAGENS.....	102
4.2.1 “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”	107
4.2.2 Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos	113
4.2.3 Desafio à democratização da informação / educação	121
4.2.4 O homem, como um ser histórico, inserido em um permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber	126
4.3 AVANÇOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO SOCIODIGITAL NO ESTADO DA BAHIA.....	132
4.4 ALGUMAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS.....	138
REFERÊNCIAS	143

“Ivo viu a uva”, ensinavam os manuais de alfabetização. Mas o professor Paulo Freire, com o seu método de alfabetizar conscientizando, fez adultos e crianças, no Brasil e na Guiné-Bissau, na Índia e na Nicarágua, descobrirem que Ivo não viu apenas com os olhos. Viu também com a mente e se perguntou se uva é natureza ou cultura. Ivo viu que a fruta não resulta do trabalho humano. É Criação, é natureza. Paulo Freire ensinou a Ivo que semear uva é ação humana na e sobre a natureza. É a mão, multiferramenta, despertando as potencialidades do fruto. Assim como o próprio ser humano foi semeado pela natureza em anos e anos de evolução do Cosmo. (Frei Beto)

1 IVO VIU A UVA

As políticas públicas de inclusão digital pressupõem, em geral, que há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa mediadas por computadores conectados à internet; prescreve-se, como solução democrática, a universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação. Mas, se compreende que a questão não é apenas de acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), ela está aliada ao acesso à educação, ao trabalho, à saúde e ao lazer.

Dessa forma, disseminam-se centros de acesso público à internet, cursos de ‘alfabetização tecnológica’ e outras iniciativas destinadas a minimizar a exclusão digital entre as comunidades de baixa renda. Como se trata de uma questão complexa, proponho uma análise em duas dimensões básicas que se complementam: por um lado, **as concepções** e por outro, **as ações no campo** da inclusão digital para compreender e refletir acerca da emancipação por meio das TIC. No âmbito das concepções sobre o tema, poder-se-ia, preliminarmente, buscar a compreensão sobre os conceitos de inclusão/exclusão digital, em uma tentativa de identificar possíveis posições epistemológicas, ideológicas e sociopolíticas, através da seguinte questão: as ações no campo da inclusão digital têm cumprido seus propósitos de emancipar os indivíduos na sociedade da informação?

Para se compreender o cenário em questão, na tentativa de defini-lo, alguns autores colocam a inclusão digital como a distribuição de ferramentas tecnológicas às classes menos favorecidas, ou cursos de operacionalização destas máquinas, considerados como cursos de Alfabetização Digital.

Para Seabra:

‘Inclusão Digital’ é a denominação dada, genericamente, aos esforços de fazer com que as populações das sociedades contemporâneas – cujas estruturas e funcionamento estão sendo significativamente alterados pelas tecnologias de informação e de comunicação – possam: obter os conhecimentos necessários para

utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de tecnologia de informação e de comunicação existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos (2003, p.11).

Nesta perspectiva, acredita-se que apenas o acesso por si só garantirá a emancipação do sujeito na sociedade informatizada, sem considerar as questões de ordem social e econômica de negação total do sujeito produzido historicamente como autor e construtor de sua existência humana. Mas, inclusão vai além do acesso às ferramentas, pressupõe capacidade de análise e participação ativa nas decisões sociais em que as TIC são ferramentas de mediação.

Assim,

Emancipar digitalmente os sujeitos da sociedade informática vai além do acesso às ferramentas tecnológicas ou da sua referência ao ciberespaço com a criação de *e-mail*, é permitir ao cidadão a possibilidade real de interagir com autonomia nas redes digitais como produtor de conhecimentos com competência para utilizar os dispositivos de participação social e política através da rede (PRIMO, 2005, p. 47).

Entende-se, também, que a inclusão não é algo dissociado da emancipação, mas a concretização dos seus objetivos, ou seja, o acesso às ferramentas é uma iniciativa para a inclusão sociodigital, que deve estar aliado a uma proposta de construção socioeducacional de transformação social. Quando as políticas públicas de inclusão sociodigital possibilitam o acesso às ferramentas e, aliadas a este processo, oferecem aos cidadãos a oportunidade de participarem do ciberespaço como produtores do conhecimento crítico-reflexivo, por meio de projetos socioeducacionais, elas promoveriam a emancipação digital que seria a etapa final da inclusão sociodigital.

E emancipação digital presume formação para a autonomia, propiciando aos sujeitos a capacidade de decidir e, ao mesmo tempo, de arcar com as conseqüências dessa decisão, assumindo, portanto, responsabilidades. Ao fazerem parte dos processos sociais, os sujeitos terão maior capacidade de mobilização social e participação ativa em todas as instâncias. Representa o desenvolvimento do espaço em que homens e mulheres sejam capazes de agir e refletir sobre os seus atos. Na sociedade organizada em rede, homens e mulheres precisam estar no mundo e com o mundo para transformarem-se e, conseqüentemente, transformarem a realidade na qual estão inseridos.

De fato, ao nos aproximarmos da natureza do ser que é capaz de se comprometer, estaremos nos aproximando da essência do ato comprometido. A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir (FREIRE, 1983, p.16).

Compreendendo o sujeito como um ser pensante autônomo e responsável pelas suas ações e decisões dentro do seu contexto social, capaz de produzir respostas e não apenas cumprir ordem e decisões que vêm de outros, a emancipação digital promove a participação democrática de todos os sujeitos e todas as classes sociais. Então, só é possível inclusão/emancipação digital desde que os sujeitos relacionem o acesso às TIC aos seus interesses de classe sociais e às suas necessidades históricas.

A esperança é o princípio essencial e propulsor para a realização de qualquer conquista, pois fornece as forças necessárias para que a luta seja enfrentada. Para Freire (1997), a esperança constitui-se apenas como o primeiro passo, ao qual se deve juntar a prática, para que o ser humano possa construir sua história. Isoladamente, a esperança se torna uma força inerte, sem capacidade de concretização e que se transforma em espera, agindo ‘sem se deixar levar’ e conduzindo à desesperança. A esperança é um imperativo existencial e histórico básico, mas insuficiente, pois sozinha não ganha a luta, e sem ela a luta fraqueja. Tem sentido se é partejada na inquietação criadora do combate, na medida em que também pode partejar novas lutas em outros níveis, desvelando as possibilidades pelo fundamento ético-histórico. A esperança, como necessidade ontológica, precisa ancorar-se na prática para tornar-se concretude histórica, condição indispensável para conscientização na luta.

A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado, e não pré-datado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História (FREIRE, 1997, p. 81).

Problematizar as relações sociais significa oportunizar aos homens e às mulheres construir a sua própria história, participarem efetivamente das decisões e propósitos das políticas sociais. A esperança se constitui uma motivação para que eles questionem a sociedade atual na perspectiva da construção de uma sociedade mais equitativa. Conseqüentemente, emancipação digital remete à busca da reflexão do mundo e da localidade, das condições de sobrevivência (emprego, alimentação, moradia, etc.), do estímulo ao conhecimento renovado e à crítica do já existente e da diminuição das desigualdades sociais.

Em tempos de sociedade determinada pelo conhecimento e sua possibilidade de aplicação, o acesso à informação acena como peça-chave, a partir do qual muitos caminhos dentro do ambiente social podem ser contemplados. À primeira vista, isto decorre do contato com as tecnologias da informação, seja através do reconhecimento inicial do conteúdo em formato

digital, do uso de ferramentas tecnológicas existentes na produção de conhecimento novo ou da construção de novos instrumentos capazes de atender às demandas permanentes do mundo da informação. A democratização das tecnologias remete à possibilidade de democratizar a educação, possibilidade de partilha e construção do conhecimento crítico-reflexivo, pois “o principal obstáculo à democratização e universalização não é a falta de recursos tecnológicos, mas a falta de recursos culturais” (LÉVY, 2002, p. 01).

Entretanto, um numeroso contingente de indivíduos está de fora deste já complexo universo sintético de consumo e produção de dados. São os denominados ‘excluídos digitais’. Do mesmo modo que se convencionou tratar os desprovidos dos bens sociais básicos como marginais à sociedade estabelecida, os excluídos digitais apresentam-se como os marginais aos meios de acesso à informação e geração de conhecimento. Com efeito, estes excluídos, que, em várias oportunidades, se confundem com os trivialmente tachados de marginais, estão alheios ou dificilmente se revelam aos processos de alcance das necessidades de subsistência, de cidadania, de interação social e de consciência do mundo em volta. O professor que possui compromisso político-pedagógico com o ato de ensinar e aprender tinha que repudiar qualquer ação voluntarista, espontaneísta e tecnicista que pudesse vir a constituir-se em obstáculos à prática formadora (FREIRE, 1997, p.30).

Durante a minha caminhada como educadora-pesquisadora, o encontro com as tecnologias da informação e da comunicação foi marcado pelo anseio e curiosidade em termos de acesso às mesmas. Sob a concepção epistemológica, participei de algumas discussões na disciplina de Didática no quarto semestre de Pedagogia em 2000, mas, naquele momento, a concepção que se tinha era totalmente avessa às tecnologias da comunicação e da informação por se acreditar que elas substituiriam o professor. No final do curso, por condições financeiras, tive grandes dificuldades durante a minha pesquisa de campo e na digitação da monografia¹. Na universidade, o acesso à internet não existia e, para digitar o trabalho, se perdia muito tempo nas livrarias que prestavam esses serviços no sentido de orientar os digitadores a formatar o texto, pois alguns tinham dificuldade em entender os rascunhos e desconheciam as regras da ABNT para trabalhos acadêmicos. Movida pela curiosidade e pelas inquietações na busca de conhecimentos que respondessem às problemáticas das práticas educacionais, participei de vários cursos no período de 2001 a 2005, que refletiam as possibilidades das TIC na educação.

¹ Neste momento, os professores começam a exigir dos alunos que as monografias e trabalhos acadêmicos sejam digitados porque a qualidade do texto ficaria bem melhor. E a subutilização do computador é bastante visível neste primeiro momento na história da internet no Brasil.

Este contato direto com as TIC possibilitou uma reconstrução do conceito que havia estruturado há alguns anos – de que as mesmas não funcionavam ou iriam substituir o professor – pois percebi que elas podem potencializar e estruturar novas sociabilidades e, conseqüentemente, novas aprendizagens significativas. E, a partir deste momento, comecei a me interessar por teóricos e pesquisadores dessa área como uma forma de ampliar meus conhecimentos e compreender melhor tal problemática no contexto educacional. Porém, fui percebendo que, ao mesmo tempo em que me aproximava das TIC nas discussões teóricas e nas minhas andanças educacionais como professora, coordenadora e aluna de cursos a distância, constatei que apenas uma parcela muito pequena de meus/minhas companheiros/as e alunos/as tinham acesso às mesmas.

As discussões acerca da construção do conhecimento emancipatório e da formação social do sujeito como autor da sua própria história permitiram que delimitasse o meu objeto de pesquisa, que é “Políticas Públicas de Emancipação Digital: Possibilidades e Avanços à inclusão sociodigital no Estado da Bahia”. Tem como campo da pesquisa as ações da Secretaria de Ciências, Tecnologias e Inovações (SECTI) nos Centros Digitais de Cidadania (CDC), em especial, o projeto de implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa² (NUGEC), por acreditar que a inclusão ou exclusão sociodigital pode comprometer a construção do conhecimento, uma vez que ele vem marcando, decisivamente, esta nova ordem social, histórica e educacional na qual estamos inseridos.

Entende-se que a emancipação digital é uma iniciativa contra a exclusão social e a promoção da cidadania, que exige políticas públicas transversais, perpassando diversas áreas do saber e de atuação em todas as esferas do poder, seja federal estadual ou municipal, e envolvendo as gestões governamentais e/ou não-governamentais. É o que pretende delinear as ações desses protagonistas sociais no contexto da inclusão sociodigital. No âmbito da nova configuração social, marcada pelo globalismo selvagem, compreendem-se como protagonistas sociais todas as relações intrínsecas delineadas pelos organismos multilaterais³, pelo Estado e pela sociedade civil, que colaboram na constituição das políticas públicas. Para tanto, é necessário

2 Este também é um projeto-piloto da Secretaria de Ciências, Tecnologia e Inovações – SECTI do Estado da Bahia em parceria com as quatro universidades estaduais da Bahia – Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC e Universidade Estadual Sudoeste da Bahia – UESB.

3 Multilaterais aqui se constituem as ações do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, (como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco de Compensações Internacionais), a ONU e suas instituições, como a UNESCO e UNICEF, CEPAL, a Organização Mundial do Comércio, entre outros.

perceber a lacuna existente entre o que é instituído pelas leis e o que é efetivado nas dinâmicas de seu cumprimento. Isso possibilita um entendimento epistemológico das políticas que são instituídas e o que poderia sair da lei, pois essas formarão o teor da presente pesquisa.

O tema abordado é fruto de observação participante, da atuação como coordenadora na elaboração do projeto NUGEC para os CDC, antigos Centros Públicos de acesso à Informática (Infocentros) do Estado da Bahia. O projeto faz parte do “Programa Identidade Digital” da SECTI e do efetivo envolvimento nas discussões sobre as políticas públicas de emancipação digital em sala de aula como docente e pesquisadora.

Durante a elaboração e efetivação do projeto, várias questões trouxeram inquietações, tais como a não constituição dos núcleos, o número significativo de evasão dos cursistas, a estrutura e a dinâmica de funcionamento dos CDC. Entre outros problemas, a forma de gestão e a participação da comunidade nestes ambientes digitais levaram ao questionamento: por que as políticas públicas não funcionam com iniciativas governamentais e com o projeto substancial de gestão participativa? O que está faltando para a comunidade estar mais presente? Por que tanta resistência da comunidade?

Assim, os pressupostos teórico-metodológicos propostos nesta dissertação referem-se ao cenário social, econômico e cultural, adentrando nas legitimações das políticas públicas de emancipação digital⁴. Das vivências, discussões, pesquisas realizadas e da configuração de um contexto emergente, surgiu o desejo de se pesquisar as políticas públicas de emancipação digital como possibilitadoras da participação social nos programas de inclusão sociodigital do Estado da Bahia. Sem se pretender superar o marco da ‘sociedade da informação’ para, efetivamente, integrar a sociedade no paradigma global da ‘sociedade do conhecimento’, escolas, professores e alunos precisam ir além do uso passivo das novas tecnologias. Não devem se limitar à educação formal ou informal, mas abranger todas as capacidades de satisfazer as necessidades básicas de aprendizagens de cada pessoa em um contexto social no qual estão inseridos.

Imergir no objeto de pesquisa é perceber que há uma aparente dissociação entre os objetivos dos programas de emancipação digital e os interesses da sociedade civil, a qual tem o poder de validação desses projetos. Assim, os primeiros fios desta dissertação tecem o entendimento sobre as políticas públicas, sua origem, seus princípios e determinantes, não ignorando as

4 O termo ‘emancipação digital’ foi desenvolvido pela Cidade do Conhecimento, iniciativa criada no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo pelo pesquisador Gilson Schwertz.

relações de poder na sociedade capitalista e o papel do Estado neste novo cenário mundial, mas centrando-as na política enquanto *policy*, programa de ação. Como seqüência das discussões, faz-se uma breve contextualização dos conceitos de etnocentrismo e das desigualdades sociais adotados pelas políticas públicas, apresentando-se seus principais agentes definidores.

Com o intuito de focar a temática da dissertação no terceiro Capítulo, torna-se necessário discutir a sociedade em rede, visto que a internet é, hoje, o tecido da vida, e vem organizando a sociedade contemporânea em suas múltiplas formas de se relacionar e de existir virtualmente. É um diálogo entre Paulo Freire e os teóricos da sociedade em rede para se compreender a dinâmica participativa delineada pelo programa de Gestão Participativa da SECTI.

Assim, a discussão desenvolvida é que a internet não só pode contribuir para a democratização do conhecimento historicamente construído, como também colabora para a emancipação dos sujeitos que a ela têm acesso quando lhes é permitida a oportunidade de participar dos grupos virtuais de pesquisa, das comunidades de relacionamentos, de divulgar sua comunidade ou sua associação ou movimento do qual são integrantes. Possibilitando a autoria e/ a co-autoria, conforme seu repertório e interesse, a rede pode deixar de ser de pescar para se transformar em uma rede de teia de aranha. Nela, os sujeitos envolvidos – e aqui se constitui a sociedade civil marginalizada – constroem o seu espaço de troca e colaboração do conhecimento emancipatório, capaz de desfazer a rede da globalização que se configura como política econômica baseada em rede com ramificações diversas, operada por meio das TIC, favorecendo a distribuição, em todo o planeta, da exclusão social, o que afeta os processos de identidade e de subjetivação.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

Os avanços tecnológicos e a internet têm possibilitado uma imensa diversidade de iniciativas econômicas, culturais, sociais, educacionais e mesmo políticas, envolvendo desde projetos para construir e manter telecentros/Infocentros⁵ comunitários, até a busca de caminhos para, com as TIC, alavancar culturas e empreendimentos locais para a emancipação digital. Por outro lado, convive-se, no Brasil, com 60 milhões de brasileiros que fazem parte do bolsão da

⁵ Na Bahia, em 2007, com o governo de Wagner, Partido dos Trabalhadores – PT, os Infocentros foram redimensionados pela SECTI para Centros Digitais de Cidadania – CDC, em uma perspectiva de redimensionar as ações desenvolvidas nestes espaços públicos além do infouso.

pobreza, que está ausente da internet.

Lévy (1998) compreende o acesso às TIC como “coadjuvantes na constituição de um sujeito do conhecimento, um sujeito descentrado, imerso num coletivo pensante” (1998, p. 54). Entende-se que exclusão digital não é ficar sem computador ou telefone celular. É continuar incapaz de pensar, de criar e de organizar novas formas mais justas e dinâmicas de produção e distribuição de riqueza simbólica e material. O resultado poderá ser uma espécie de *apartheid* mental, caracterizado pela exclusão radical de uma grande parcela da humanidade da Era da Informática, ou seja, a emergência da autonomia, tanto de indivíduo quanto de grupo, em que o inimigo é a dependência (LÉVY, 1998, p. 34).

A lógica da Era Digital, desde o princípio, foi a lógica do retorno de capital, seja por meio da venda pura e simples de máquinas e serviços, ou com o objetivo de ampliar os índices de produtividade e de lucro. Isso justifica o crescimento da internet, primeiramente como ferramenta das bolsas de valores e instituições financeiras, passando, em seguida, para as grandes empresas, como bancos e supermercados. Por último, chegou aos lares das classes altas e médias, marginalmente, quase sempre como um eletrodoméstico de luxo.

Castells (1999), em sua obra “Sociedade em Rede”, apresenta pesquisa que retrata como a internet foi e vem sendo organizada em torno do capitalismo selvagem. A análise se desenvolve na identificação de uma nova estrutura social, delineada pela presença e pelo funcionamento de um sistema de redes interligadas. Tal sistema leva a perceber as novas relações subjacentes na contemporaneidade como sendo de poder, as transformações estruturais do emprego e a sua conseqüência para a vulnerabilidade da mão-de-obra, as novas práticas empresariais ou a nova divisão internacional do trabalho, que se apresenta, ao mesmo tempo, como um instrumento de inclusão e de exclusão social. Mas Castells (1999) também acredita que é necessário abrir fendas e brechas nesse sistema, pois a sociedade em rede⁶ organizou uma nova ordem social da qual se faz parte, ou se está incluído ou excluído desta rede. A inclusão/exclusão em redes é a “arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes em nossa sociedade” (CASTELLS, 1998, p. 498).

⁶ Para Castells, “rede é um conjunto de nós interconectados... são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação” (1999:498). No terceiro Capítulo, far-se-á uma discussão mais minuciosa do que é a sociedade em rede, suas características e origem. Mas o que se chama de ‘sociedade em rede’ são as sociedades organizadas e conectadas por computadores em redes, a sociedade da *web*, ou seja, a internet.

No Brasil, as desigualdades digitais fazem paralelo com as sociais. Enquanto a maioria da população não tem acesso à internet, a minoria conectada bate recordes mundiais em horas navegadas na rede de computadores. De acordo com números apresentados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI Br) ⁷, na quinta-feira (24/11/2007), em São Paulo, 68% da população nunca acessou a internet e 55% jamais utilizaram um computador.

Entre as pessoas que usam a internet, essa mesma proporção cai para 20 vezes. “O uso da internet não depende exclusivamente da posse do computador. Como grande parte dos internautas é jovem, o acesso ocorre também em escolas e telecentros”, explica Young (2007), diretor-geral da Ipsos Opinion.

Para Young (2007), a exclusão digital também pode ser influenciada pela geografia dos grandes centros urbanos. “Entre dois indivíduos igualmente pobres, o que vive na periferia tem três vezes menos chances de ter acesso a um computador do que o que mora próximo a um bairro nobre”, acrescenta.

O levantamento também mostrou que 24% dos entrevistados conectados acessaram a internet nos últimos três meses, sendo que 9,6% costumam navegar diariamente. Quanto ao uso da rede, 41% o fazem para atividades educacionais, 32%, para fins pessoais e 26%, no trabalho. Brasília é a cidade com o maior número de pessoas conectadas, seguida de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro.

Entre as principais atividades realizadas na internet por aqueles que utilizaram a rede nos últimos três meses, destacam-se o uso do *e-mail* (17,21%), a realização de atividades escolares (11,48%), a procura de informações sobre bens e serviços (8,94%) e o envio de mensagens instantâneas (8,48%).

Outro destaque na pesquisa feita pelo CGI Br foi o recorde no tempo de navegação. Os brasileiros com acesso à internet são os maiores navegadores do mundo, tendo permanecido, em média, 18 horas e 42 minutos ligados à rede em outubro. O recorde anterior também era brasileiro. Em junho, a média havia chegado a 18 horas e 28 minutos, superando os tempos

⁷ Pesquisa realizada em 06/03/2008 em vários *sites* revela que o último mapeamento da inclusão digital foi realizado em agosto e setembro de 2005 e divulgado em junho de 2006 e 2007 em 8.540 domicílios. Além do Instituto Ipsos Opinem e do Ibope/NetRatings, o CGI Br se uniu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para realização deste mapeamento. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br>>. Acesso em: 06/03/2008.

www.ritla.net.br/linux.org/linux/grupo-mapeia-desigualdade-digital-no-brasil. Acesso em: 06/03/2008.

apresentados por países como Estados Unidos e Japão⁸.

Há um amplo reconhecimento de que a realidade, hoje, tornou-se ainda mais concreta e definitiva do que há uma década – mas é bem diversa do que se imaginava. É o que se deduz do cálculo apresentado por Vieira (2005), presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, segundo o qual 66 milhões de brasileiros precisariam acumular a renda de três a cinco anos de trabalho, simplesmente, para adquirir um micro (um computador novo, com uma configuração básica custa, hoje, em torno de R\$ 1.000,00, cerca de dois salários e meio). Para não falar das dezenas de *hardwares* e *softwares* necessários à emancipação digital, ou do custo dos serviços de telefonia (mesmo usando um provedor gratuito, que nem sempre funciona, isso nas cidades em que há provedor, pois aquelas que não têm pagam interurbano, o que torna impossível o acesso à internet em horários comerciais – a conta, no final do mês, para uma hora de acesso diário, sai por cerca de R\$ 800,00) ⁹.

Diante disso, as propostas de emancipação digital tornaram-se mais cautelosas e mais diversificadas, em uma busca sistemática para ampliar, ao máximo, o número de cidadãos com acesso à internet. A preocupação envolve, igualmente, empresas, governos e organizações não-governamentais. A Organização das Nações Unidas – ONU, recentemente, contribuiu para a discussão do atraso digital ao colocá-la lado a lado com a fome, o desemprego e o analfabetismo, entre as grandes mazelas sociais da atualidade. Mas isso não amenizou a vida dos que ainda não fazem parte da Era Digital. E as iniciativas do governo não contemplam a amplitude da desigualdade digital. Em todo o País, apenas uma parcela de 0,9% da população de baixa renda acessou a rede gratuitamente em 2005¹⁰, contra 4,5% da população de renda mais alta. O estudo não apresenta o valor da renda da população pesquisada, dividida em dez faixas. E sugere uma revisão das estratégias de expansão dos centros públicos e das desigualdades sociais, que se refletem nos índices de acesso à internet e, conseqüentemente, no uso das tecnologias de informação e da comunicação.

Segundo Waiselfisz (2007), o Estado da Bahia ocupa o 20º lugar no mapa de desigualdades digitais, entre todos os Estados nacionais, com 48,7% de baianos que não têm acesso à internet (domicílio, trabalho, escola, centro gratuito, centro pago, outros locais). Dos 40% mais pobres¹¹, apenas 4,7% fizeram o infouso em 2005 contra 61% dos 10% mais ricos. Outra

8 Os dados são de pesquisa feita pelo Ibope/NetRatings.

9 É preciso constatar que, no momento em que é feita esta pesquisa, se está usando internet discada, apesar de morar em cidade metropolitana: Lauro de Freitas; o acesso à internet banda larga é muito difícil.

10 <http://info.abril.com.br/aberto/in.shl> Acesso em: 06/03/2008.

11 É considerada pobre pelo IBGE a pessoa cuja somatória do total de renda recebida por cada um dos membros

disparidade nas ações de inclusão digital está no número de acesso nas escolas públicas e nos centros gratuitos, como CDC, telecentros e outros. O acesso nos centros digitais gratuitos, no mesmo ano, segundo Waiselfisz, foi de 0,9% entre os mais pobres e de 3,8% entre os mais ricos; nas escolas particulares, o acesso foi 3,4% entre os mais pobres contra 21,2% entre os mais ricos. Já nas escolas públicas, o infouso foi de 3,3% entre os mais pobres contra 6,1% dos mais ricos.

Apesar de a Secretaria de Ciências Tecnologias e Inovação – SECTI – do Estado da Bahia manter em funcionamento 362 Centros Digitais de Cidadania – CDC e apresentar um plano de ação de implantação de mais 613 novos CDC ainda neste ano de 2008, o acesso à internet na Bahia ainda é bastante restrito à classe dominante e aos centros urbanos. A participação e a efetivação destes espaços como espaço de cidadania merecem reflexões, principalmente sobre a legitimidade das ações desenvolvidas e sua relação com a sociedade à qual este CDC pertence.

1.1.1 Problema

A partir dos anos 90 do século passado, os movimentos globais de acumulação de capital, associados às transformações tecnológicas, em especial à difusão de redes digitais de informação e comunicação, reabriram o debate sobre o futuro do trabalho e a busca de soluções práticas, capazes de aprimorar as condições de emprego e renda dos trabalhadores. A escola, sobretudo o Ensino Médio, passou a enfrentar mais um desafio, universalmente aceito como sendo o da ‘inclusão digital’.

A agenda brasileira de inclusão digital começou a se delinear no final da década de 90, quando foram publicados o “Livro Verde” e o “Livro Branco”, do Programa da Sociedade de Informação (SOCINFO), pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (TAKAHASHI, 2000). Esse programa considera a universalização do acesso às TIC um requisito para construir a chamada “Sociedade da Informação”, visando à redução de desigualdades sociais e à promoção de novos mecanismos de geração de renda e redução do desemprego. Naquela formulação, destacam-se três linhas de ação:

a) mercado, trabalho e oportunidades: oferta de novas formas de trabalho, por meio do uso

do grupo familiar, dividida pelo número de membros, é inferior a meio salário mínimo.

intensivo das TIC; b) universalização de serviços e formação para a cidadania: a promoção de modelos de acesso coletivo ou compartilhado à internet; o fomento a projetos que promovam a cidadania e a coesão social; c) educação na sociedade em rede: certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala.

Entre alternativas macroeconômicas e políticas públicas voltadas à qualificação profissional do trabalhador e à geração de empregos, destacam-se as iniciativas de inclusão digital, definidas por Silveira e Cassino como, “no mínimo, acesso ao computador e aos conhecimentos básicos para utilizá-lo” (2003, p.18). Ainda segundo os autores, começa a existir um consenso com relação à inclusão digital que a vincula “ao acesso à rede mundial de computadores [...], que dependeria de alguns elementos [...] o computador, o telefone, o provimento de acesso e a formação básica em *softwares* aplicativos” (2003, p. 19).

Atualmente, grande parte das iniciativas no País tem foco na universalização dos serviços e formação para a cidadania. Esse é o caso de telecentros, Infocentros¹² e outras iniciativas que disponibilizam, gratuitamente, ambientes onde os usuários encontram computadores conectados à internet e monitores treinados para proporcionar uma formação básica na utilização dessas ferramentas. Programas governamentais como ProInfo¹³ e GESAC¹⁴ ou patrocinados pela iniciativa privada (como o “Amigos da Escola”) têm dado ênfase crescente à integração da escola ao mundo das redes digitais e mesmo à difusão de competências na criação e gestão de conteúdos audiovisuais digitais. Pensar a educação na sociedade do conhecimento exige considerar um leque de aspectos relativos às TIC, a começar pelo papel que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a emancipação e a justiça social como prioridades e que deve ir além da distribuição simples de computadores ou de espaços públicos digitais.

E emancipação digital pressupõe formação para a cidadania, o que significa que as tecnologias de informação e comunicação devem ser utilizadas também para democratização dos processos sociais, para fomentar a transparência de políticas e ações do governo e para incentivar a mobilização dos cidadãos e sua participação ativa nas instâncias sociais. Formar

12 Na Bahia, lêem-se Centros Digitais de Cidadania - CDC.

13 O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) é um programa educacional criado pela Portaria nº 522, de 9 de abril de 1997, pelo Ministério da Educação, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de Ensino Fundamental e Médio.

14 O programa GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Governo Federal, tem como meta disponibilizar acesso à internet e mais um conjunto de outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores.

cidadãos não significa preparar o consumidor. Significa capacitar as pessoas para a tomada de decisões e para a escolha acerca de todos os aspectos na vida em sociedade, o que exige acesso à informação e ao conhecimento e capacidade de processá-lo, sem aliená-las pelo aspecto econômico ou político.

Assim, o problema que se quer abordar é: há no País e, em especial, no Estado da Bahia, projetos de emancipação digital com o objetivo de garantir acesso à rede digital aos 90% excluídos, mas qual a dinâmica de operacionalização das políticas públicas de emancipação digital no Estado da Bahia? Estas políticas promovem efetivamente a emancipação digital ou simplesmente promovem o acesso ao computador?

1.2 OBJETO DE PESQUISA

Pesquisando este universo como uma expectativa de socialização e produção do conhecimento, bem como para potencializar os projetos de emancipação digital em uma perspectiva de colaborar e possibilitar aos gestores e monitores dos CDC outras formas de ser e estar nestes espaços sociais digitais em que transgressões e a política de vizinhança¹⁵ das amarras os fazem reféns de suas limitações. Penso no sujeito como um ser pensante autônomo e responsável pelas suas ações e decisões dentro do seu contexto social, capaz de produzir respostas, e não apenas cumprir ordens e decisões que vêm de outros.

O conceito de emancipação que será abordado nesta pesquisa é respaldado nos estudos de Freire (2000), em que emancipar vai além da mera organização dos espaços sociodigitais, é torná-los independentes, é dar liberdade para a construção dos seus projetos naquelas áreas, fazê-los livres dos acordos politiquieiros e da tutela de A ou B, mas que encontrem na comunidade, nos movimentos sociais, respostas coletivas para seus problemas reais. Para Paulo Freire emancipação é:

Pensar, falar, sentir, perceber, dar um destino às mãos liberadas do quase exclusivo apoio ao corpo para mover-se, entender e comunicar o entendido, comparar, valorizar, avaliar, optar, romper, decidir, apreender, aprender e ensinar (FREIRE, 2000, p.112).

Estas são as condições inerentes ao sujeito que se propõe a educar e ser educado em qualquer espaço de aprendizagem, seja ele nas escolas ou CDC, sair da posição de espectador e assumir o palco da vida comunitária em que ele é um ser atuante, sair da perspectiva de ouvinte e se

15 Sobre políticas de vizinhança ver Milton Santos, “Por uma outra globalização”, 2006.

posicionar como comunicador de um saber local, construído nas suas relações sociais. Mas como será possível pensar, comunicar, avaliar, construir e romper com o *status quo*, se a grande parcela de cidadãos ainda não se encontra à margem destes espaços digitais?

A preocupação desta pesquisa é com o processo de emancipação digital como espaço de democratização do conhecimento produzido historicamente, potencializado pelos Centros de Cidadania Digital – CDC – no Estado da Bahia, por se configurar em uma das políticas de inclusão digital de maior inserção no âmbito estadual.

Na qualidade de educadora da Região do Nordeste brasileiro, onde faço parte dos excluídos digitais, pois o acesso à rede é bastante limitado; 99% das escolas públicas não têm acesso à internet, nem a espaços públicos que oportunizem esse acesso, uma vez que, nos últimos anos, a informação deixou de ser um meio para alcançar outros fins; tornou-se um fim, que se explica e se justifica em si mesmo. Assim sendo, detendo-o ou não, segundo pesquisadores como Boneti (2006), Lévy (1998), Castells (1999), Santos (2006) e Sousa Santos (2002), entre outros, que defendem este posicionamento, a informação funciona como passaporte para garantir o *status* de cidadão na nova sociedade do conhecimento, “permitir a outro sujeito a co-autoria e co-responsabilidade da gestão e criação do conhecimento” (LIMA Jr., 2004, p.185).

Se o desenvolvimento das estruturas mentais é influenciado pela cultura, pela linguagem usada pela coletividade e técnicas de produção, armazenamento e transmissão das representações da informação e do saber, segundo Lévy (1998), as TIC devem ser potencializadas na educação para preparar o novo sujeito, ou seja, aquele que deverá colaborar na criação de um novo modelo de sociedade, em que os recursos tecnológicos sejam utilizados como possibilitadores no processo da evolução humana. Como ter esta garantia sem o acesso à rede digital? Para Lima Jr., isto “implicaria democratizar o processo social de produção do conhecimento, legitimando, assim, outros conhecimentos” (2004, p. 185).

As TIC podem potencializar e estruturar novas sociabilidades e, conseqüentemente, novas aprendizagens. Digitalizado, o conhecimento se reproduz, circula, modifica e se atualiza em diferentes interfaces. É possível digitalizar sons, imagens, gráficos, textos, enfim, uma infinidade de informações. Nesse contexto, “a informação representa o principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutura social” (CASTELLS, 1999, p. 505).

Novos sujeitos são potencializados pelos fluxos sociotécnicos de ambientes virtuais de aprendizagens que utilizam o digital como suporte. Ao se possibilitar o acesso ao conhecimento a todos os sujeitos que estão em processo de construção do mesmo, permitir-se-á maior reflexão acerca do que está sendo produzido e a serviço de quem estão tais conhecimentos.

Quando se pensou em pesquisar possibilidades e avanços da emancipação digital na construção do conhecimento dos sujeitos, propôs-se discutir as problemáticas epistemológicas nas teorias técnico-científicas e os discursos que permeiam as entrelinhas da ciência moderna. Esta será uma tentativa para compreender melhor todo o movimento e as possibilidades emergentes para o conhecimento emancipatório dentro de uma ‘nova ordem’. Assim, refletir as problemáticas atuais e pensar que o sujeito inteligível tem potencial para criar e dar respostas à rede acontecimental na qual está inserido, é fomentar na academia, nos CDC e nas escolas a construção de um outro *ethos*, e pleitear o lugar da vida nas suas diversas formas de ser, estar e existir. E, quem sabe, possibilitar a dúvida, o desafio e a incerteza, a tríade perfeita na construção do conhecimento emancipatório. Que todos tenham acesso, mas não se deve entender esta discussão apenas como:

acesso ao equipamento ou à simples conexão técnica que, em pouco tempo, estará mais acessível. Devemos antes entender um acesso de todos os sujeitos aos processos de inteligência coletiva, a qual se refere ao ciberespaço como sistema aberto de autcartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de reciprocidade do laço social, de livre navegação nos saberes e de ressignificação dos conhecimentos historicamente construídos (LÉVY, 1999, p.54).

Para Lévy (1999), a reivindicação de ‘acesso a todos’ e a participação neste espaço, que une cada ser humano a um outro qualquer, que pode pôr em comunicação as comunidades entre si e com elas mesmas, que suprime os monopólios de difusão e autoriza cada qual a mostrar o que lhe interessa ou lhe diz respeito. Essa reivindicação indica, para o autor, que a participação, seja no ciberespaço ou no espaço real, acentua um direito, e que sua construção se assemelha a um tipo de imperativo moral. Em suma, a Cibercultura dá forma a uma nova espécie de universal: o universal sem totalidade. Com efeito, o ciberespaço não engendra uma cultura do universal, porque se encontra, de fato, em toda parte, mas porque sua forma ou sua idéia implica, de direito, o conjunto dos seres humanos.

Portanto, que este acesso esteja atrelado a uma educação conscientizadora para que se tenha a capacidade de, assim como Ivo, questionar as relações socioculturais e problematizar se

exclusão ou inclusão é natureza ou cultura. Que, através do acesso à rede, seja possível enxergar além da uva e compreender que, assim como o vinho – que antes era uva, precisando ser esmagada por várias mãos e processada para depois se transformar em vinho – somos seres históricos que, ao longo dos anos, foram transformados pelas relações e condições sociais nas quais estamos inseridos.

O objeto desta pesquisa está relacionado com as políticas públicas de emancipação digital na condição de possibilitadora de democratização e acessibilidade à sociedade em rede, destacando os projetos de inclusão sociodigital difundidos pelos espaços públicos digitais, especificamente os CDC da Secretaria de Ciências Inovação e Tecnologia.

Para Freire,

a curiosidade, própria da experiência vital, se aprofunda e se aprimora no mundo da existência humana. Enquanto inquietação em face do *não-eu*¹⁶, espanto ante o desconhecido, ante ao mistério, desejo de conhecer, de desvelar o escondido, de procurar a explicação dos fatos, de averiguar, de investigar para constatar, que possibilita a curiosidade é motor do processo de conhecimento (2000, p. 103).

Assim, para a efetivação desta pesquisa é necessário entender que, nesse contrato colaborativo, todos mudam o tempo todo: a escola, o governo, a organização não-governamental e a empresa privada. É uma proposta de mudança social movida pela ampliação do acesso a canais de produção e expressão de conhecimento, em todas as áreas do saber e da arte, da economia e da cultura. Mas não se trata de acesso à tecnologia, e sim de acesso a ambientes de incubação de projetos, buscando soluções que exigem conhecimentos em diversas áreas, integrando colaboradores remotos em várias disciplinas e instituições. Autorizo-me, enquanto sujeito da minha curiosidade, a navegar no desconhecido e desvendável, políticas públicas de emancipação digital, como uma oportunidade única para construir novas aprendizagens, as quais suscitarão o desejo de analisar e desvelar o meu ser no mundo, com o mundo e como sujeito da errância, da itinerância e da busca constante do ser mais, reafirmando como Freire professou: “Não mais que os outros, mas com os outros” (FREIRE, 1997, p.18).

1.3 OBJETIVOS

Uma nova sociedade jamais será desenvolvida se os códigos instrumentais e as operações em

16 Grifo meu

redes se mantiverem nas mãos de uns poucos iniciados. O acesso à informação é imprescindível para o desenvolvimento de um Estado democrático. É, portanto, vital para a sociedade brasileira que a maioria dos indivíduos saiba operar as tecnologias da informação e da comunicação, utilizando-as para resolver problemas, tomar iniciativas, se comunicar e aprender. Uma forma de alcançar este objetivo é usar o computador e a rede digital como próteses da inteligência à comunicação, construção, representação, verificação, análise, divulgação e produção do conhecimento. Assim, esta pesquisa teve a seguinte intenção: pesquisar as políticas públicas de emancipação digital como possibilitadoras de democratização e acessibilidade à sociedade em rede (internet) no Estado da Bahia, investigando as ações desenvolvidas nos CDC. O plano desta pesquisa é também compreender o papel da internet, que possibilita, através das políticas públicas das TIC, espaços virtuais de trocas significativas, podendo potencializar a sociedade civil na resolução dos seus variados problemas sociais, culturais, econômicos e políticos.

1.4 METODOLOGIA

Para compreender o cenário da emancipação digital e as políticas públicas de acesso às TIC na educação, nas esferas governamentais e na sociedade civil (empresas e Organizações não Governamentais (ONGs)) como espaços educativos, é preciso uma imersão crítica no cenário destas políticas públicas. No processo de emancipação social, exige-se dinamizar os campos empíricos e teóricos, buscando entrelaçar e aprofundar ambos.

Pesquisar, nesse universo, significa reconhecer as certezas e explorar o movimento que as TIC permeiam no universo da formação de uma consciência coletiva rumo à emancipação do sujeito. Assim, a abordagem qualitativa desta investigação visa a explorar o espaço ocupado pelas TIC na sociedade e, em particular, nos espaços fora da sala de aula como instrumento da emancipação do sujeito rumo à inteligência coletiva. Sabe-se que o acesso à mesma exige seres sociais capazes de se comunicar, conviver e dialogar em um mundo interativo e interdependente. Seres que entendam a importância do uso das TIC para a dignidade humana, fruto de uma educação voltada para a democracia e amparada em valores, tais como tolerância, respeito, cooperação e solidariedade. Dessa forma, a metodologia desta pesquisa não representará algo fechado, mas com capacidade de desempenhar um momento de farol circulante no meio do túnel escuro, buscando articulação entre as múltiplas vozes que

compõem o processo de emancipação digital.

A pesquisa qualitativa busca a interpretação em lugar da mensuração, a descoberta em lugar da constatação, valoriza a indução e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados, tornando-se inaceitável uma postura neutra do pesquisador. É o estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativo de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensurações, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que levem em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas (ANDRÉ, 1995, p.17).

Faz-se necessário um **Estudo de Caso**, por se tratar de um enfoque de investigação social bastante complexo e representativo no cenário da inclusão sociodigital no contexto nacional. O Estudo de Caso possibilitará compreender a participação dos atores sociais envolvidos no Programa pesquisado e da pesquisadora na análise de sua própria realidade, com o objetivo de analisar e contribuir para a construção do conhecimento nesta área de inclusão sociodigital.

Como o Estudo de Caso exige “um longo período de permanência e uma boa aceitação pelos participantes”, (ANDRÉ, 1995, p.52) – o que requer tempo disponível e muita sensibilidade no contato e nas relações de campo – foi preciso integrar a equipe do Projeto Núcleo de Gestão Colaborativa, desenvolvido pelas universidades estaduais, a fim de que se tivessem instrumentos suficientes para responder às questões levantadas pelo tema em questão. Assim, para melhor esclarecimento e compreensão do Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia, objeto de estudo em questão, acompanhou-se, durante um ano, todo o processo, desde a implantação do Programa nos municípios, a capacitação inicial e continuada dos monitores até sua execução na comunidade.

O Estudo de Caso por finalidade proporciona maiores informações sobre determinado assunto; facilita a delimitação de uma temática de estudo; define os objetivos ou formula as hipóteses de uma pesquisa ou, ainda, descobre um novo enfoque para o estudo que se pretende realizar. Pode-se dizer que o Estudo de Caso tem como objetivo principal retratar um problema educacional em toda a sua complexidade individual e social. A descrição minuciosa do contexto em que o caso é vivenciado leva ao aprimoramento de idéias ou a novas descobertas. Acredito que esta pesquisa possui um amplo e complexo campo de discussões e se apresenta como uma iniciativa para novas reflexões acerca da temática.

Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade (PAULO FREIRE).

2 À SOMBRA DA MANGUEIRA

2.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Na abordagem sobre as políticas públicas de emancipação digital, neste Capítulo, em especial, as políticas públicas de TIC e educação, no contexto brasileiro atual, marcado pela predominância da globalização, ganha importância o entendimento sobre a gênese daquelas políticas, seus princípios e determinantes, bem como a concepção etnocêntrica que lhes está subjacente e a noção de desigualdade que é resguardada aos projetos de emancipação digital cunhado pelos governos federal, estadual e municipal. Aqui também serão discutidos os agentes definidores destas políticas e quais os sujeitos humanos desejados com a implantação das mesmas, procurando definir o que é denominado como modelo de globalização, a partir de autores, tais como Boneti (2006), Santos (2006), Anderson (1995), Souza Santos (2002), Frigotto (2001), entre outros que se dedicam ao tema, abordando a condição do Brasil.

Apesar de os dicionários¹⁷ definirem política como a arte ou ciência de governar, administrar, e organizar, as políticas públicas, mesmo apresentando uma redundância, são entendidas como a arte de liderar, de administrar o que é público para um público. O que pressupõe que, além das questões administrativas, financeiras, orçamentárias e da própria legitimação do Estado enquanto normatização das políticas e disponibilidades de seus recursos como programa de governo, há que se considerar o público, os atores sociais que estão envolvidos direta ou indiretamente com as políticas públicas e suas ações na efetivação das mesmas.

O poder se expressa nas diversas relações sociais, assim, pode-se falar em relações de poder. Onde elas existem, existe política. Por sua vez, esta se expressa nas diversas formas de poder e pode ser entendida como a política relacionada ao Estado. Em um sentido mais amplo, e não menos importante, em outras dimensões da vida social, Weber (1974) afirmava que a política não se restringe ao campo institucional estatal e explicita claramente que ela permeia outras atividades da vida cotidiana. Hoje, as reflexões não se baseiam, decerto, em um conceito tão amplo. Deseja-se compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e daí, hoje, de um Estado (WEBER, 1974, p.97).

Conceber que o poder reside unicamente no Estado é um grande erro, pois existem relações de poder e estas estão presentes não apenas na máquina estatal, mas também entre as pessoas nos vínculos sociais em que se estabelecem interesses coletivos, tais como nas ONGs, nos grêmios estudantis, nas associações comunitárias, entre outros. Conceituar as relações de poder somente interligadas ao campo institucional do Estado pode ser uma visão muito

17 Dicionários de Sociologia, Filosofia e Epistemologia.

simplória. Ter o Estado como ponto de referência do poder não corresponde a toda sua amplitude, portanto, conceber as relações de poder restritamente minimiza seu caráter extremamente amplo. A relação de poder aqui apresentada refere-se à atuação dos sujeitos envolvidos no contexto da elaboração para efetivar as políticas públicas.

2.1.1 Estado, sociedade civil e políticas públicas

Para compreender a complexidade da elaboração e operacionalização com que são constituídas as políticas públicas no contexto capitalista, será necessário explicitar o contexto do Estado na conjuntura da globalização, a sua relação com as classes sociais de onde nascem ou deveriam se originar aquelas políticas.

Segundo Souza Santos (2002), a nova configuração do Estado é fruto de decisões políticas:

Igualmente política é a reflexão sobre as novas formas de Estado que estão a emergir em resultado da globalização, sobre a nova distribuição política entre práticas nacionais, práticas internacionais e práticas globais e sobre o novo formato das políticas públicas em face da crescente complexidade das questões sociais, ambientais e de redistribuição (2002, p.50).

Portanto, é preciso que se compreenda como o Estado se posiciona frente a este novo cenário globalizado, sem perder de vista que o processo de globalização não é um fenômeno novo, mas que, com a insurgência política da Sociedade da Informação¹⁸, aponta uma rica discussão travada na literatura contemporânea sobre a globalização; a riqueza que o conforma não é menor que a sua ambigüidade e conseqüências sociais. Nos países onde essa política foi implantada, o resultado foi uma diferença cada vez maior entre ricos e pobres.

A globalização se desenvolveu no início da Idade Moderna, por volta do século XVI, no processo de colonização das Américas, com o desenvolvimento das tecnologias de navegação, como a bússola e as caravelas. Expande-se com a sociedade burguesa que, com o sonho de conquistar o mundo, investiu muito nas tecnologias de navegação para que seus desejos fossem concretizados.

Igualmente, a globalização não é algo negativa em si mesma, nem tampouco a reordenação do Estado para atender às suas necessidades. A positividade ou negatividade dos processos de globalização é definida, inequivocamente, pelas relações sociais. Somente nessas relações, os

¹⁸ Para Schaff, “a sociedade informática - referimo-nos a uma sociedade em que todas as esferas da vida pública estarão cobertas por processos informatizados e por algum tipo de inteligência artificial, que terá relação com computadores de gerações subseqüentes” (1995, p.48).

sujeitos, movidos por seus desejos de conquista e de poder, definem que modelo de globalização deseja e a quem ela deverá servir: se à grande massa, aos excluídos ou ao capitalismo selvagem. Romper as barreiras das cavernas, dos guetos e da província em que o globalismo impera a favor da destruição do homem e da edificação do capital tem sido uma busca constante na construção histórica do ser humano. Sua negatividade reside na forma de relações sociais até hoje vigentes, a negação do outro, a negação da própria vida, no desperdício e na fatura de construções de projetos milionários, em que os desejos resguardam a produção do dinheiro e a desvalorização da vida, do que é diferente.

E neste início de século esta negatividade é exponencial por articular, ao mesmo tempo, globalização assimétrica, hegemonia do capital financeiro especulativo, desregulamentação e despolitização neoliberal (ALVATER, 1995, 1998, p. 35).

O Estado passa a se configurar no contexto contemporâneo como um grande idealizador das propostas neoliberais globalizadas. Atendendo ao projeto capitalista e dentre as várias características do papel do Estado no processo de globalização econômica, vale ressaltar sua desregulamentação e as conseqüências desta ação, que também constituem uma decisão política.

A desregulamentação do Estado se caracteriza pela falta de autonomia e incapacidade de gerenciar seus programas de ação, uma vez que estão amarrados a acordos internacionais que têm como propostas projetos mundiais, os quais, em sua grande maioria, não reconhecem os projetos locais. Três estratégias articuladas, orientadas pelos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio) – desregulamentação, descentralização/autonomia e privatização – configuram o mecanismo de legitimação da nova fase do mercado e do ajuste dentro desta hegemonia conservadora.

Do ponto de vista social, desregulamentar significa suprimir o máximo de leis, normas e regulamentos que asseguram direitos (confundidos, mormente, com privilégios) para não inibir as leis de tipo natural do mercado. Ou seja, se o Estado cria portarias e decretos em que estimula a competição e a produção da exploração da mão-de-obra trabalhista, o mercado apenas se beneficia destas regulamentações para tornar natural o que não passa de exploração comercial e trabalhista, fruto de uma desregulamentação estatal para o favorecimento dos mega-empresários.

A descentralização e a autonomia formam um mecanismo que transfere aos agentes econômicos, sociais e educacionais a responsabilidade de disputar, no mercado, a venda de

seus produtos ou serviços. Opera-se uma metamorfose no plano dos direitos para o plano dos serviços que cada cidadão deve comprar. A privatização fecha o circuito do ajuste. O ponto crucial aqui constitui, sobretudo, a diluição e a esterilização da possibilidade de o Estado fazer política econômica e social. Vale ressaltar que se trata de estratégias que afetam o plano econômico-social, ético-político, cultural e educacional.

Uma das conseqüências da desregulamentação do Estado é a degradação humana, devido ao seu endividamento. Com isto, vê-se a globalização do dinheiro nacional e uma internalização da pobreza estrutural, uma vez que a sociedade local não tem condições econômicas para competir com os baixos preços dos grandes conglomerados internacionais, tais como o Grupo dos Oito, mais conhecido como G8¹⁹.

Todos os países se dizem nações democráticas: Estados-Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá (antigo G7), mais a Rússia – esta última não participando de todas as reuniões do grupo. Durante os encontros, os dirigentes máximos de cada Estado-membro discutem questões de alcance internacional. As políticas do G8 forçam uma globalização neoliberal e desregulada. A política econômica é orientada exclusivamente para que o dinheiro investido reverta para as multinacionais e os grandes investidores, retirando os direitos dos menos favorecidos – entre eles está o Brasil – e afetando o equilíbrio da Terra, ecossistemas e culturas e investindo mais orçamento em guerras e repressão.

A pobreza estrutural é uma manifestação visível da falta de regulamentação do Estado e dos projetos neoliberais; é uma pobreza produzida pela expansão do desemprego e pela redução do valor do trabalho, ou seja, é um fenômeno produzido politicamente pelas empresas e instituições globais. Estas, de um lado, pagam para criar soluções localizadas, parciais, segmentadas, como é o caso do Banco Mundial, que, em diferentes partes do mundo, financia programas de atenção aos pobres, quando, estruturalmente, é o grande produtor da pobreza.

Para Hespanha (2002), o desemprego estrutural, fruto dos acordos neoliberais, instala um novo regime de acumulação intensiva de redução da capacidade dos movimentos sociais de atuarem, gerando a superprodução de uma mão-de-obra de baixa formação, salários e condições de trabalho, capazes de favorecer a submissão total do trabalhador às leis e vontades do mercado e a redução do quadro de trabalhadores empregados.

¹⁹É um grupo internacional que reúne os sete países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo.

O crescimento da economia informal contribuiu para apressar o declínio da ação sindical e, com o aumento cada vez mais avassalador do número de desempregados, a correlação de forças nos conflitos sociais e políticos tem se esvaziado sensivelmente. E a ação do Estado, cada vez mais subserviente aos acordos neoliberais globais.

Outro fator determinante do papel do Estado frente aos dias atuais é que ele continua detendo o monopólio das normas, determinando quais as empresas e investimentos internacionais melhor se aproximam de seu modelo de exploração da nação. Assiste-se a uma nova configuração das relações sociais e econômicas, uma vez que, segundo Santos (2006), com a globalização, todo e qualquer pedaço da superfície do planeta se constitui em necessidades, usos e apetites de Estado e empresas nesta fase da história:

Com a globalização, o que temos é um território nacional da economia internacional, isto é, o território continua existindo, as normas públicas que o regem são da alçada nacional, ainda que as forças mais ativas do seu dinamismo atual tenham origem externa (SANTOS, 2006, p.76).

A globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal, cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de ser objeto de propriedade intelectual e subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O BM foi fundado na conferência de Bretton Woods, em 1944, após o término da Segunda Guerra Mundial; o grupo Banco Mundial é hoje composto por um conjunto de organismos, dentre os quais o principal é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que abrange cinco outras agências: a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), a Cooperação Financeira Internacional (IFC), o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos (ICSID), a Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (MIGA) e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF).

Na sua origem, o BM exerceu o papel de reconstrutor das economias devastadas pela guerra e de credor para empresas do setor privado. Na década de 50, com a emergência das tensões com a União Soviética e a escalada da Guerra Fria, o BM reorientou suas políticas na direção da incorporar os países de Terceiro Mundo ao bloco ocidental não comunista, por meio da criação de assistência econômica e de empréstimos crescentes.

Segundo Fonseca (1998), em relação ao setor público brasileiro, o Banco atua como agência

financiadora de projetos para a área de infra-estrutura econômica desde o final da década de 1940, sendo que seus créditos representam pouco mais de 10% da dívida externa do País. A importância central do Banco ampliou-se, a partir dos anos 1970, quando passou a constituir uma das mais relevantes fontes de financiamento para o setor social, senão a maior delas. Dentre as instituições, a que produz, certamente, maior discussão é o BM, porque impõe as suas idéias para as políticas públicas como condicionantes de empréstimos percebidos.

A OMC foi resultado de uma rodada de negociações do *General Agreement On Trade and Tarifs* (GATT), realizada no Uruguai entre 1986 e 1994; criada em 1995 como uma das mais importantes organizações, possui personalidade jurídica e é constituída por membros. É, sem dúvida, uma instituição inovadora nas relações internacionais, pois ela difere dos Comitês das Nações Unidas, dos organismos internacionais como o FMI e o BM, que são coordenados por um grupo de diretores.

Nesta conjectura, o território nacional passa a se configurar como cenário propício ao desenvolvimento dos projetos neoliberais, ou seja, a economia internacional. E o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infra-estruturas, atribui assim a grandes empresas escolhidas a condição de sua viabilidade.

Neste novo cenário do contexto social, econômico e político, com origem no processo da globalização do dinheiro nacional e da internalização da pobreza estrutural, as políticas públicas são formuladas e legitimadas obedecendo a critérios não explícitos quando são juridicamente normatizadas pelo Estado. “É ingênuo pensar que as políticas públicas são legitimadas para atender às necessidades econômicas e culturais de um determinado grupo social como se o Estado fosse uma instituição neutra, como querem os funcionalistas” (BONETI, 2006, p.12). Mas o Estado está a serviço de uma nova burguesia emergente da economia global formada por donos de empresas internacionais, legisladores neoliberais e organismos multilaterais como o BM, e altera suas regras e feições em um jogo combinado de influências externas e realidades internas. Sendo assim, pode-se [...] afirmar que, ao se falar da relação entre o Estado e as classes sociais, entra-se obrigatoriamente na questão dos agentes definidores das políticas públicas, que não são apenas nacionais (BONETI, 2002: 14).

Como se percebe, há uma dinâmica conflitiva na elaboração das políticas públicas, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos ou classes sociais. Mas também não se pode mais conceber as políticas públicas como frutos unicamente

dos interesses específicos de uma classe, como se o Estado fosse uma instituição a serviço da classe dominante. Desse modo, estar-se-ia desconsiderando o poder da força política que tem os outros segmentos sociais não pertencentes àquela classe. Desconhece-se também a atuação dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil, entre outros. Apesar de as classes economicamente mais abastadas determinarem, em sua maioria, a elaboração e efetivação das políticas públicas, esta não é a única força determinante.

Apesar de existir, no plano local, uma correlação de força entre a classe dominante e os movimentos sociais que influenciam no processo da elaboração e aplicabilidade das políticas públicas – o que caracteriza a sua complexidade – a definição dessas políticas, segundo Boneti, “é condicionada aos interesses das elites globais por forças da determinação das amarras econômicas próprias do modo de produção capitalista” (2006, p.14). Isso leva à crença de que os agentes definidores das políticas públicas não são apenas a sociedade civil nacional, nem tampouco a elite dominante local, mas os organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que, há mais de cinquenta anos, vêm implantando nos países em desenvolvimento, como o Brasil, suas políticas de expansão das relações capitalistas mundiais e têm se efetivado como agentes definidores das políticas públicas.

Para se compreender o processo de globalização econômica, tem-se que entender como o processo de neoliberalismo contribuiu para o seu desenvolvimento. A seguir, mostrar-se-á um pouco da história desta ideologia que, juntamente com o processo de globalização, vem transformando todo o território global. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região norte da Europa, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Para o autor, o texto de origem do neoliberalismo é a obra “O Caminho da Servidão”, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944.

Uma das principais características do neoliberalismo é a crítica ao Estado de bem-estar, que é considerado uma ameaça letal à liberdade política e econômica. A intervenção governamental nas atividades econômicas afeta, de modo desigual, as condições de concorrência e competitividade, levando a favorecimentos, coibindo e ameaçando os estímulos individuais para a produção e competição no mercado de trabalho. As políticas públicas afetam o equilíbrio da ordem, tanto no plano econômico como no plano social e moral, na medida em que tendem a desrespeitar os princípios da liberdade e da individualidade, valores básicos do

ethos capitalista.

Segundo Chauí (1997), o neoliberalismo nasceu de um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, entre eles Popper e Lippman, os quais, em 1947, se reuniram em Mont Saint Pélerin, na Suíça, em volta do austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, cujos propósitos eram combater o keynesianismo e o solidarismo e preparar as bases de outro tipo de capitalismo duro e livre de regras para o futuro. Estes idealizadores viam no neoliberalismo um caminho sem volta, devido aos seus avanços em grande escala, e o Estado-Providência, com seus encargos sociais e com função de regulador das atividades do mercado, como um empecilho à liberdade dos cidadãos e à vitalidade do comércio com o novo modelo das concorrências.

Entretanto, os ideários neoliberais, segundo Chauí (1997), permaneceram na teoria por mais ou menos 20 anos; só no início da década de 70, o capitalismo conheceu, pela primeira vez, um tipo de situação imprevisível, isto é, a baixa taxa de crescimento econômico e a alta taxa de inflação: a famosa estagflação. O grupo de Hayek, Friedman e Popper passa a ser reconhecido, oferecendo a suposta explicação para a crise:

Fora causada pelo poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários que haviam pressionado por aumentos salariais e exigido o aumento dos encargos sociais do Estado. Teriam, dessa maneira, destruído os níveis de lucro requeridos pelas empresas e desencadeado os processos inflacionários incontroláveis (CHAUÍ, 1997, p.28).

Depois de elaborar o diagnóstico, o grupo de Mont Saint Pélerin propôs a cartilha com quatro receitas básicas para resolver o problema: primeiro, era preciso um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e movimentos operários, controlar o dinheiro público e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; segundo, o Estado teria como meta principal a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; terceiro, um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e, portanto, que reduzisse os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos sobre a renda individual e, portanto, sobre o trabalho, o consumo e o comércio; e, por último, um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação; ou seja, a abolição dos investimentos estatais na produção, anulação do controle estatal sobre o fluxo financeiro, drástica legislação antigreve e vasto programa de privatização.

O programa neoliberal tinha como objetivo para as questões políticas um governo cuja função era disciplinar orçamento que tinha como meta a diminuição dos gastos com bem-estar e a restauração da taxa “natural” de desemprego, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Para dinamizar as economias avançadas nada melhor que uma grande desigualdade social (ANDERSON, 2001, p.17).

Mas todo este processo precisou de tempo para se estruturar como uma ideologia irreversível. Anderson (1995) divide o neoliberalismo em três etapas que se complementam. A primeira é basicamente a década de 50 e 60, período pós-guerra em que o neoliberalismo começa a alçar vôos. O capitalismo avançado estava entrando em uma longa fase de auge sem precedente – denominada Idade de Ouro. Neste momento, ainda não se tinha percepção de que o Estado de bem-estar atrapalhava o desenvolvimento do mercado livre e começava a organização da sociedade de Mont Saint Pélerin, com as severas críticas ao Estado e aos partidos trabalhistas.

Na segunda etapa, que iniciou em 1973, com o mundo capitalista em recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação e, conseqüentemente, a crise do modelo econômico do pós-guerra, as idéias neoliberais ganharam terreno. Para Hayek (1947) e seus companheiros, as raízes desta crise estão localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e para que o Estado aumentasse, cada vez mais, os gastos sociais. Para resolver tais problemas, era preciso manter o Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. O programa neoliberal tinha como objetivo para as questões políticas um governo cuja função era disciplinar orçamento. Este almejava a diminuição dos gastos com bem-estar e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Como afirma Anderson (2001), para dinamizar as economias avançadas nada melhor que uma grande desigualdade social.

Na terceira e última fase, o neoliberalismo ganha uma escala mundial e se solidifica a partir do final de 1979 e durante a década 80, com a chegada de Thatcher ao governo da Inglaterra, sendo o primeiro país de capitalismo avançado a colocar o projeto adiante. Depois, têm-se Reagan nos Estados Unidos, 1980, Kohl na Alemanha, 1982, em 1983 Schluter na Dinamarca, que põem fim ao maior referencial de Estado de bem-estar escandinavo, seguindo toda a Europa do Norte.

O dinamismo continuado do neoliberalismo, como força ideológica em escala

mundial, está sustentado, em grande parte, hoje, por este “efeito de demonstração” do mundo pós-soviético. Os neoliberais podem gabar-se de estar à frente de uma transformação socioeconômica gigantesca, que vai perdurar por décadas. (ANDERSON, 1995, p. 20).

Seus planos foram: contrair a emissão monetária, elevar as taxas de juros, baixar drasticamente os impostos sobre os rendimentos, abolir controles sobre fluxos financeiros, criar níveis de desemprego massivos, enfraquecer as greves, impor uma nova legislação anti-social e cortar gastos sociais. Finalmente, lançaram um amplo programa de privatização da habitação pública, seguido da indústria básica, do aço, da eletricidade, do petróleo, do gás e a água, entre outros.

Para Chauí (1997), o ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O domínio da nova direita na Europa e na América do Norte fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político. Os anos 80 viram os triunfos mais ou menos incontestados da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado.

Outra variante do avanço do neoliberalismo, apresentado por Anderson (1995), é a participação dos governos de esquerda no sul europeu, euro-socialista. Todos se apresentavam como uma alternativa progressista, baseada em movimentos operários ou populares; apesar de tentarem manter o que haviam prometido nos palanques nos períodos de campanhas, estes governos fracassaram com seus projetos, pois foram obrigados, pela hegemonia neoliberal, a seguir a sua cartilha e alguns países chegaram a ultrapassar os governos de direita, a exemplo da Austrália e Nova Zelândia.

As experiências do neoliberalismo na América Latina são marcadas por uma grande imposição extremamente ditatorial. A primeira experiência acontece no Chile, com Pinochet. Ele começa este regime de uma maneira muito dura, com desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Em seguida, os países: México, com Salinas; Argentina, com Menem; Venezuela, com Perez e Peru com Fujimori. Das quatro experiências, três tiveram êxitos impressionantes em curto prazo – México, Argentina e Peru – pois já tinham condições ditatoriais e sociais para aceitar as políticas neoliberais. A Venezuela, com sua democracia partidária mais contínua e sólida que qualquer outro país, fracassou. Não se pode esquecer que as experiências neoliberais nacionais se iniciaram com o governo de Sarney e se intensificaram com o presidente Fernando Henrique Cardoso, considerado pelos estudiosos e críticos o maior

representante do idealismo neoliberal na América Latina. Como consequência de seus ideários neoliberais, houve a privatização de mais de 43 empresas estatais na década de 90.

Completa-se o cenário dos organismos internacionais que contribuíram para o desenvolvimento do neoliberalismo nos países em desenvolvimento, de acordo com Hetkowski (2004): o BM, o FMI, os BMDs, (como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, o Banco de Compensações Internacionais), a ONU e suas instituições, como a UNESCO e UNICEF, CEPAL, a OMC, entre outros. Este conglomerado internacional dita normas, cria regras e determina o futuro das políticas públicas nos países em que estão inseridos e que são considerados, por eles, incapazes de resolverem sozinhos seus problemas sociais.

O impacto do Banco Mundial sobre as políticas públicas é imenso. É espantoso que a maior parte da opinião pública no Brasil não tenha clareza a esse respeito. O Banco não somente formula condicionalidades que são verdadeiros programas de reformas políticas, como também implementa esses programas, usando redes de gerenciamento de projetos que funcionam de forma mais ou menos paralela à administração pública oficial do Estado brasileiro. Trata-se da chamada “assistência técnica” (FARO, entrevista à AÇÃO EDUCATIVA 2003, p. 23).

Assim, para os opositores a esse movimento de flagelação da vida, cabe a tarefa de propor alternativas e de preparar outros caminhos, pois não há como prever quando ou onde vão surgir novas formas de pensar e agir. E, como nos incita Hetkowski (2004), a ordem é burlar, transgredir o regime vigente, pois, historicamente, o momento da virada de uma nova onda é uma surpresa. E por que não começar agora? Aproveitar cada espaço de discussão, cada grupo ainda reunido, mesmo que em prol de uma pequena causa, e propor novas possibilidades que visem ao posicionamento do sujeito no centro das atenções, e não ao capital?

Para Santos (2002), a política de vizinhança seria o início de uma tentativa de transgressão aos projetos neoliberais em curso. O autor propõe uma outra globalização: a globalização solidária, a pertinência da idéia de utopia e de projetos fundada no tempo presente. Esta será o resultado da conjunção de dois tipos de valores. De um lado, estão os valores fundamentais, essenciais, fundadores do homem, válidos em qualquer tempo e lugar, como a liberdade, a dignidade, a felicidade; de outro lado, surgem os valores contingentes, devidos à história do presente, isto é, à história do projeto, que, hoje, dependem da maneira como se empreende sua combinação.

Por isso,

é lícito dizer que o futuro são muitos e resultarão de arranjos diferentes, segundo nosso grau de consciência, entre o reino das possibilidades e o reino da vontade [...]. A identificação das etapas e os ajustamentos a empreender durante o caminho dependerão da necessária clareza do projeto (SANTOS, 2002, p.161).

Precisa-se pensar em projetos que contrariem e enfraqueçam as forças das estruturas neoliberais. Mas será necessário superar os obstáculos e viabilizar iniciativas articuladas com os diferentes grupos sociais que vêm sendo violentados por esta força ideológica que é o neoliberalismo; os movimentos sociais vêm desencadeando fóruns de discussões onde as alternativas solidárias, fundamentadas na sustentabilidade humana, são uma das múltiplas opções para enfrentar esta força homogênea do neoliberalismo.

Para Boneti (2006), quando as políticas públicas são legitimadas pelo Estado, elas têm origem em um contexto global sob a ótica do capitalismo neoliberal globalizado. E, neste caso, o segmento social dominante, do qual se origina a idéia, não é apenas uma classe social, mas uma elite que pode ser nacional, embora no contexto da correlação de forças, na definição das políticas públicas, exerça o papel de global, pois lhe interessa defender o projeto econômico do capitalismo global. Assim, cabe aos movimentos sociais e à sociedade civil participarem ativamente para que os projetos sociais sejam contemplados pelas políticas públicas.

2.2 A GÊNESE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PRINCÍPIOS E DETERMINANTES

Como toda ação tem a sua origem, não nasce no vazio nem surge por acaso, tentar-se-á neste momento analisar os processos que contribuem para a gênese das políticas públicas, enfatizando seus princípios e determinantes inerentes à elaboração e operacionalização. A análise das complexidades que envolvem o processo de elaboração e de operacionalização das políticas públicas inclui vários princípios e determinantes, mas, agora, debruçar-se-á na explicitação de apenas três deles, por serem considerados relevantes para as reflexões posteriores e pelos imbricamentos e amarras que existem entres alguns princípios e determinantes.

Assim, nesta seção, busca-se explicitar como se compreendem as concepções etnocêntricas e as amarras ideológicas nas políticas públicas, a noção de desigualdade social adotada por elas, seus agentes definidores e as questões culturais.

2.2.1 A concepção etnocêntrica e as amarras ideológicas

Um dos fatores que caracterizam a legitimação de uma política pública é a concepção de sociedade ou um fundamento teórico. Tais fundamentos têm origem na própria formação histórica da instituição pública, desde os primeiros filósofos que pensavam um modelo de gestão pública, como Platão e Sócrates. Com a pretensão de explorar a natureza e expandir o capitalismo, a ciência moderna foi produzindo padrões, modelos que justificassem as suas ações. Com o aparecimento das ciências humanas, que passam a se preocupar com as questões sociais, a partir do século XVIII, as políticas públicas têm seu espaço científico protegido.

Ainda mantendo a tradição científica iluminista, onde a verdade tem que ser comprovadamente científica, as políticas públicas, para sua efetivação, precisam, antes de qualquer outra decisão, de contribuição ou intervenção, necessitam de ter dados técnicos e estatísticos da realidade na qual querem intervir: “Os dados técnicos têm caráter determinante, mais até que a própria vontade da população” (BONETI, 2006, p.20).

Na trajetória da estruturação das políticas públicas, outros fundamentos historicamente construídos alinharam-se; entre eles, os interesses das elites dominantes, os jogos das forças políticas e o próprio interesse da população nos diversos setores sociais, que foram agregando valores e princípios contributivos para a legitimação das políticas públicas. Marcadas pela complexidade, algumas sociedades são distintas e mantêm características que lhes são peculiares. Porém, existe a pretensão de alguns povos – principalmente os considerados desenvolvidos – de jogar, de maneira superior, às outras sociedades seus gostos, seus modelos de vida, sua linguagem, seus padrões econômicos tidos como verdades únicas a serem seguidas. A essa tendência de universalização e centralização de modelo social chama-se ‘etnocentrismo’, fruto da ciência moderna. Ele tem origem “justamente da razão científica, do entendimento de que a ciência é única e universal, que a verdade científica guarda requisitos universais que a distinguem como ciência” (BONETI, 2006, p.21).

Com o advento das TIC e o mundo cada vez mais globalizado, está-se mais próximo de uma maciça ideologização, onde os modelos sociais, culturais e econômicos das classes dominantes são os melhores e devem ser seguidos. Assim, a superação das necessidades das populações carentes é feita usando-se como parâmetros os grupos dominantes.

Segundo Boneti (2006), as conseqüências da concepção etnocêntrica sobre a elaboração e a execução das políticas públicas são muitas, “em especial a aceitação da homogeneidade, como fim de uma política pública ou como meio de sua operacionalização” (2006, p. 22). Ou seja, a ação de uma política pública é de tornar uma realidade específica, singular no seu modo ser e de existir em algo comum a todos. A tendência etnocêntrica é de aniquilação ou extermínio daquilo que é diferente dos padrões homogêneos das elites dominantes, que, conseqüentemente, detêm o poder de decisão. Enfim, não se trata exclusivamente de política, mas negação da cultura local, “de simples acúmulo de normatizações particularistas, conduzidas por atores privados que ignoram o interesse social ou que o tratam de modo residual” (SANTOS, 2006, p.36).

A noção etnocêntrica resguardada pelas políticas públicas revela que a sua operacionalização está voltada para atender às necessidades da hegemonia dominante, pois muitas necessidades são construídas e determinadas por grupos que têm interesses próprios e desejos a serem alcançados que os outros grupos sociais desconhecem.

2.2.2 A noção de desigualdade social adotada pelas políticas públicas

A ficção de igualdade é que legitima a necessidade de políticas públicas no Brasil. A noção de igualdade como categoria jurídica surgiu nos documentos constitucionais, após as revoluções do final do século XVIII, pioneira nos Estados Unidos e na França, segundo a qual a lei, genérica e abstrata, deve ser igual para todos, sem qualquer distinção ou privilégio. Mas os estudos de Direito e Política Comparada têm demonstrado que, tal como construída, à luz da cartilha liberal oitocentista, a igualdade jurídica não passa de mera ficção.

Para Gomes (2001), os diversos mecanismos pelos quais, ao longo da história, a sociedade brasileira logrou proceder, por meio das mais variadas formas de discriminação – a exclusão e o alijamento dos negros, índios, mulheres, homossexuais e pobres dos processos produtivos, conseqüentemente, da vida social digna – produziram mais desigualdades sociais que igualdade. Portanto, a necessidade de se construir uma outra noção de igualdade, pautada na de oportunidade, perpassa as noções dinâmicas, militantes de igualdades materiais e substanciais.

A transição da noção de igualdade estática ou formal está nas ações públicas contra a desigualdade social, que pressupõe conceber um mínimo de ações que garantam a coesão do

grupo em situação de desigualdades.

Nesta perspectiva,

as políticas sociais estão orientadas para dar continuidade ao processo de desenvolvimento humano que ocorreu apesar da falência do processo de industrialização e desenvolvimento econômico. Sua bandeira é investir os recursos públicos “nas pessoas”, garantindo que todos tenham acesso a um mínimo de educação, saúde, alimentação, saneamento e habitação, bem como às condições para aumentar a expectativa de vida e para alcançar uma distribuição mais equitativa das oportunidades (CORAGGIO, 1996, p.77).

Estas políticas não incluem uma definição sobre como conseguir que o “*capital humano*”²⁰ seja algo mais do que um recurso de baixo custo para o capital, e de fato promovam a equidade à custa do empobrecimento dos setores médios urbanos, sem afetar as camadas de alta renda. Mas é uma forma de preservação da coletividade, a hegemonia dominante. Ou seja, a noção de desigualdade/igualdade está relacionada à condição social, fundamentada na relação que se estabelece entre a pessoa e a organização da sociedade civil: quem é, qual o papel exercido no grupo social, quanto ganha etc. A partir destes parâmetros, se estabelece, pelas instituições públicas, a delimitação da condição social de um indivíduo, grupo social ou etnia e em quais ações intervencionistas ou paliativas as políticas públicas deverão atuar.

Os indicadores sociais são levantados por meio de organizações e empresas nacionais e internacionais interessadas nos dados estatísticos – como Renda *Per capita*, Produto Interno Bruto, Índice de Desenvolvimento Humano – com o objetivo de especulações mercadológicas, sem levar em consideração as interpretações historicamente construídas pela sociedade em relação à desigualdade.

Outra questão associada à noção de desigualdade que as políticas públicas apresentam é a construção de uma “identidade legitimadora”³, onde grupos sociais dominantes determinam seus padrões de vida, seus valores sociais, culturais e pelas habilidades técnicas associadas ao poder de consumo. E quem não estiver dentro destes parâmetros, principalmente da capacidade econômica de consumir, é considerado desigual. A racionalidade do consumo legitima a identidade dos grupos em condições de igualdade ou desigualdade, portanto, ser pobre é ser indigno, é ser inferior, mesmo que os pobres constituam a maioria, como é o caso do Brasil, onde convivem mais de seiscentos milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza –26,40% da população brasileira estão abaixo da linha de pobreza, contra 7,10% de

20 Ver Coraggio, 1996, pp.75-124.

indigentes, segundo o censo de 2006²¹.

Para Santos, “a pobreza passa a ser identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanha o próprio processo econômico” (2006, p.70). O Poder Público, aliado aos interesses dos intelectuais, das elites dominantes, é forçado a encontrar fórmulas, saídas, soluções para que os pobres possam constituir a sociedade do consumo, identidade legitimadora da racionalidade capitalista.

As “Bibliotecas Informatizadas”, a “Implantação de Infocentros e Telecentros e Computadores Para Todos”²² são alguns dos inúmeros programas que o governo vem desenvolvendo com o objetivo de legitimar a sociedade da informação no País, uma estratégia de tornar os brasileiros iguais ao resto do mundo. Essa construção social é uma das tentativas hegemônicas, uma imposição verticalizada pelas transnacionais globalizadas do capitalismo selvagem, desconsiderando diferenças sociais, culturais e econômicas que foram construídas historicamente há mais de quinhentos anos aqui no Brasil.

Santos (2006) ainda aponta três tipos de pobreza: a incluída, a marginalizada e a pobreza estrutural globalizada, que, ao longo destes cinquenta anos, foram construídas historicamente para justificar a ação de governos no seu combate em países como o Brasil.

A primeira pobreza é a incluída. É um tipo de pobreza isolada, localizada no território, sem ligação com outras partes do mundo. Esta acontece em períodos curtos do ano, produzida por uma catástrofe temporária, tal como a seca no Nordeste, que passou a ser caracterizada como natural; a intervenção, muitas vezes, poderia ser de ordem privada ou assistencialista, onde os beneficiados passariam a dever favores ao ‘benfeitor’ – em sua maioria, ‘coronéis’ – com a pretensão de, no futuro, candidatar-se como representante do povo. Neste caso,

o avanço das técnicas é bastante limitado e o dinheiro não se constitui como a mola propulsora da sociedade, a pobreza é menos discriminatória e os pobres ainda são incluídos, pois lhes faltava a racionalidade da existência como um processo historicamente construído (SANTOS, 200, p. 70).

Em um segundo momento, a pobreza marginalizada é identificada como um mal da civilização. Com o advento dos meios de comunicação e o processo de desenvolvimento econômico, o consumo se impõe como um caminho sem volta e o centro de explicação entre

21 <<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/pesquisas/images/familiasabaixopobreza.htm>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

22 <<http://www.mct.LCTOP.Htmbr.>>. Desde novembro de 2005, quando se deu início ao projeto "Computador para Todos", 256 mil máquinas foram vendidas dentro do programa. A meta inicial era vender um milhão de máquinas neste período, mas o Governo reavaliou a expectativa para 700 mil computadores.

as diferenças sociais. A pobreza ganha uma nova conotação, deixa de ser incluída e passa a ser marginalizada, fundamentada na capacidade de consumir dos cidadãos. Os indivíduos são classificados pela capacidade de consumir e da produção da vida. Entre vários exemplos deste modelo de pobreza, pode-se citar a divisão do poder de compra e da organização do comércio para cada tipo de consumidor.

Em Salvador, há o *shopping* Iguatemi com expressão bem demarcante deste tipo de cidadão consumidor. No primeiro piso, têm-se as lojas mais populares, os banheiros são de péssima qualidade, quase não se vê segurança, não tem ar condicionado e os preços são diferenciados. Já no segundo e terceiro pisos, da decoração da praça de alimentação ao banheiro percebe-se visivelmente quais tipos de cidadãos freqüentam estes espaços: há segurança em cada quadra, os banheiros são luxuosos e limpos e as lojas são as mais conceituadas no mercado. Pelo ambiente, sabe-se quem são os cidadãos incluídos e os que estão marginalizados, pois somente pelo poder de compra se determina o valor da cidadania neste mundo globalizado.

Neste momento, nascem as teorias destinadas a acabar com a pobreza juntamente com a idéia de subdesenvolvimento. Os pobres passam a ser chamados de marginais e os governos começam a se preocupar com tal situação, buscando copiar os modelos de Estados de bem-estar dos países da Europa Ocidental e dos países socialistas. Países como o Brasil buscam soluções para esta situação – considerada pelas elites intelectuais como vergonhosa e indesejável, nos organismos internacionais, tais como o BM, BIRD e FMI – para enfrentar tais questões sem se preocupar com os resultados destas parcerias e com o processo cada vez mais exorbitante de endividamento com o qual esses países se envolveram.

Na terceira e última etapa, encontra-se um novo tipo de pobreza: pobreza estrutural globalizada. É fruto dos dois processos anteriores e hoje, com o desemprego estrutural, com a má remuneração dos sujeitos que se encontram na linha de produção, a ausência do Poder Público nas tarefas de proteção social, vivencia-se a produção científica, globalizada e voluntária da pobreza.

Agora,

ao contrário das duas fases anteriores, trata-se de uma pobreza perversa, generalizada, permanente, global. Pode-se admitir a existência de algo como um planejamento centralizado da pobreza atual: ainda que seus atores sejam muitos, o seu motor essencial é o mesmo dos outros processos definidores de nossa época (SANTOS, 2006, p.72).

A pobreza estrutural globalizada resulta da combinação de causas que acontecem em diversos

níveis, existindo, como fluxo comunicante e como algo racional, uma consequência do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado como um fato natural.

Contudo, é uma pobreza politicamente produzida pelos atores globais, com a participação consciente dos governos nacionais e a conivência de intelectuais contratados para legitimar tal naturalização. Para o autor, “nesta última fase, não temos mais os pobres incluídos, nem marginais, eles são os excluídos” (SANTOS, 2006, p.73). Esta pobreza se explica e é produzida por empresas e instituições globais, como o BIRD, FMI, OMC, entre outros, que forçam os chefes de Estado a criar políticas públicas de combate à pobreza, à desigualdade e à exclusão social, passando, assim, noções de que se preocupam com os excluídos socialmente, quando, estruturalmente, são os grandes geradores da fome e da pobreza.

Nesses cinquenta anos, as políticas públicas foram criando e recriando, ideologicamente, racionalidades que justificassem a sua dívida social com os pobres. Primeiro, eram os incluídos; nesta condição, o Estado nada podia fazer, uma vez que as causas da pobreza eram de ordem natural: enchentes, secas, geadas etc. Depois, os marginais que hoje são os excluídos dos serviços básicos do Estado e do mundo do trabalho, que levam as racionalidades hegemônicas a comandar ações sem uma razão legítima que não seja o retorno do capital, deixando nas mãos das empresas e dos movimentos sociais, dos organismos multilaterais, as responsabilidades do Estado.

Associada à questão anterior, a noção de desigualdade também produz, nos segmentos sociais, um discurso imaginário das relações de poder fundamentadas na ideologia mercadológica, que determina quem manda e quem obedece. A relação de dominado e de dominador é fortemente visível quando a desigualdade se contrapõe entre um grupo social e outro; mais uma vez, quem detém o capital tem, na sociedade contemporânea, o poder de decisão. Este poder é constituído sobre os desiguais, ou seja, os pobres. Com esta racionalidade efetivada pelos menos favorecidos, mesmo sendo a maioria, a hegemonia dominante, que possui os meios de produção e as forças de trabalho, determina quais políticas públicas devem ser legitimadas, configurando uma necessidade que vem de acordos de campanhas eleitorais entre os empresários e os representantes do Legislativo, incluindo o Poder Executivo. Assim, a origem das políticas públicas é de natureza duvidosa e dos interesses particulares de partidos políticos e empresários, preocupados em se beneficiar da máquina do dinheiro público e sem se importar, de fato, com a real situação econômica, cultural e educacional dos milhões de brasileiros que vivem em situações de risco.

Dessa maneira,

a noção de desigualdade pressupõe que esta se origina no contexto de uma dinâmica de poder e dominação e na medida em que os segmentos dominados reconhecem passivamente a legitimidade “deste poder e dominação”, a desigualdade, ela própria, passa a se constituir num mecanismo de recriação desta condição (BONETI, 2006, p.34).

Rousseau (1996) já apontava em “O discurso sobre a Origem da Desigualdade e sobre a economia política”, quando “o homem cercou uma propriedade e disse aqui é meu”, a desigualdade entre os homens. Logo, as desigualdades sociais são inerentes à constituição da sociedade civil que, durante muitos séculos, vem legitimando o direito de propriedade com o estabelecimento da lei e do direito da mesma, onde o papel do Estado é garantir esses direitos.

Para Hobsbawm (2002) e Coraggio (1996), os problemas sociais com os quais se convive são frutos da crise do Estado-nações tradicionais; com as privatizações dos meios de produções públicas, se alastrou, cada vez mais, a violência social em todo o globo.

Portanto,

acreditando que o Estado é ineficaz e que são fatores externos ou naturais os que determinam a situação de crise social, as maiorias nacionais renunciam à possibilidade de controlar o mercado e de defender suas posições econômicas através do sistema político. Por isso, na ausência de uma resistência exercida pelas maiorias, os preços e as políticas refletem a correlação desfavorável de forças no cenário mundial (CORAGGIO, 1996, p.83).

Assim, os segmentos sociais considerados mais pobres buscam diversas formas criativas de sobrevivência na tentativa de superar suas necessidades básicas de vida, tais como: educação, saúde, moradia e transporte. Uma das formas criativas de superação da pobreza e apropriação das necessidades básicas de sobrevivência e inclusão na sociedade do consumo é viabilizada pelos meios de produção informal: vendedores ambulantes, catadores de lixo, flanelinhas, frentistas das ‘áreas públicas²³’, entre outros.

Segundo Boaventura Santos (2002) e Hespanha (2002), as manifestações mais visíveis dessas práticas constituem o aumento dos riscos sociais, pois falta a estes profissionais a seguridade do Estado; esta flexibilidade das condições de produção coloca o trabalhador em situação de grande instabilidade, sendo cada vez mais freqüentes as trajetórias de trabalhos que combinam períodos de emprego com períodos de desemprego ou emprego informal.

Mas essas práticas sociais no momento em que começam a ser rentáveis, que produzem no

23 Grifo nosso.

mercado um retorno comercial e se estabelecem como uma alternativa de sobrevivência, ganham legitimidade no contexto social mais amplo, transformam-se em capital social e são apropriadas pelas classes dominantes. Para Boneti (2006), a aceitação destas atividades informais pelas políticas públicas é mais uma forma de desigualdade social. Na medida em que essas são validadas por meios das normatizações e organizadas como serviços públicos, passam, segundo o autor (2006), por uma “identidade real e simbólica, saindo da ilegalidade, da marginalidade, deixando de ser de propriedade da classe trabalhadora para ser da classe dominante comercial” (BONETI, 2006, p.39).

Entre várias atividades econômicas que deixaram de ser propriedades das classes trabalhadoras e transformaram-se em políticas públicas, destaca-se a dos baleiros, na Bahia²⁴. Os vendedores ambulantes de doces e guloseimas nos transportes coletivos da capital são considerados, hoje, pelos serviços públicos e para o comércio, como um projeto de desenvolvimento social infanto-juvenil, tendo sido legitimados por uma lei em 2003 e reconhecidos como União de Baleiros da Bahia. A legitimidade dessa ação deixa de ser uma benevolência no momento em que se desconhece a capacidade dos baleiros na formação da construção social e cultural de suas práticas sociais quando os ‘privilegiados’ compram os doces como uma forma de contribuição para diminuir a marginalidade. Ou seja, quando um baleiro entra no ônibus, é comum os passageiros adquirirem aqueles bombons, não porque precisam destes, mas como uma forma de estar ajudando um provável ‘delinqüente’, ou usam tais expressões como “vamos comprar o doce, porque está trabalhando, e não roubando”. É como se estivessem dando uma esmola a uma pessoa que ‘não quis’ estudar e, por isso, não tem um trabalho, um meio de sobrevivência considerado digno pela legitimidade cultural e social hegemônica.

Logo,

a construção social da noção da desigualdade, ideologicamente fundamentada na capacidade individual ou grupal de apropriação do capital social e cultural, constitui-se no primeiro elemento impeditivo do acesso igualitário aos bens sociais e culturais pelas classes sociais mais desfavorecidas, porque se estabelece um corte diferencial valorativo entre bens sociais e culturais a partir do segmento social que deles detém o acesso (BONETI, 2006:41).

A exclusão digital é, hoje, uma forma contemporânea de exclusão social, pois se as condições de vida estão agregadas às formas de pensar do homem, este se vê sem perspectiva de atender aos desejos e delírio da sociedade pós-moderna, em que o desenvolvimento das ciências

²⁴ Não encontrei a lei que legitima a atividade dos baleiros, mas, em conversa com um dos meninos, ele afirma que são associados e têm licença para atuar nos pontos de coletivos e nos ônibus. Quem não tem carteirinha e colete não pode trabalhar. E pagam uma taxa mensal em cima do que vendem.

tecnológicas vem produzindo cada vez mais o capitalismo selvagem²⁵. Mas este *ethos* será desenvolvido no quarto Capítulo, onde se apresentarão os critérios utilizados para classificar as desigualdades digitais na sociedade da informação e do conhecimento, assim como as políticas públicas de emancipação digital, ou seja, as políticas públicas de ‘superação’ destas desigualdades.

2.3 OS AGENTES DEFINIDORES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, o mundo tem-se tornado cada vez mais globalizado, e as relações de poder são reconfiguradas na esfera do economicamente correto.

Neste novo cenário, um dos agentes definidores das políticas públicas é o projeto do capitalismo globalizado, que procura imprimir, no imaginário simbólico, planetário, o caráter da globalização da produção econômica do consumo e da cultura como uma realidade hegemônica e irreversível. Entende-se, por isso, que existe uma correlação de força entre o plano global (internacional) que compromete a definição das políticas públicas, segundo Boneti (2006), representado pela elite dominante e a sociedade civil organizada em movimentos sociais e ONGs.

As relações econômicas e as relações políticas buscam apresentar ao mundo um vetor hegemônico, procurando igualar as relações econômicas, as tecnologias de produção, os hábitos culturais e demais habilidades que, juntos, formam o pacote do projeto da elite dominante. Na concretização de seus desejos de perpetuar o seu poder de centralizador e detentor do capital, esta elite dominante não age só, ela depende de uma correlação de forças envolvendo micro poderes e interesses específicos no interior desta elite como dominante.

Aliados ao caráter da globalização do capital, cujo determinante é a economia transnacional, se encontram a organização da sociedade civil e os movimentos sociais que também têm seu papel determinante na definição das políticas públicas nesta correlação de forças complexas. Mas, ao mesmo tempo em que buscam a afirmação da diversidade social e cultural, vêm se posicionando como massa de manobra das elites dominantes na definição daquelas políticas.

²⁵Hoje emprega-se a locução ‘**capitalismo selvagem**’ para indicar um capitalismo de grande concorrência entre as multinacionais que dominam vários mercados ou países, com o apoio dos governos.

Tanto Boneti (2006) como Castells (1991) e Corragio (1996) apontam a importância da participação dos movimentos sociais e das organizações não governamentais nas discussões e implementação das políticas públicas; também apresentam as mudanças ocorridas hoje na atuação desses autores sociais que, movidos pelas transformações culturais e econômicas no mundo globalizado, vêm se posicionando de forma bem diferente que nas décadas anteriores. Nesse sentido, “os movimentos sociais hoje se apresentam como resultado de um processo de mundialização no contexto de suas múltiplas formas de dentro de uma trama histórica complexa, derivadas tanto do inédito quanto do ressurgente” (BONETI, 2006, p. 60).

Neste novo cenário, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil tiveram que se ‘modernizar’²⁶, ou seja, reformularam suas estratégias na busca de uma forma inusitada, da afirmação das singularidades, da diferença e de uma vida digna para os excluídos. Para se compreender como os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil se posicionam nos tempos atuais, ainda como contra-hegemônicos, segundo Boaventura Santos (2002), retroceder-se-á um pouco na história e no processo de organização das sociedades feudais. Já para Giddens (1991), o processo de modernização ‘distanciou’ os indivíduos e as comunidades das sociedades tradicionais destas noções estreitas de tempo, espaço e *status*. A modernização ‘desencaixou’ o indivíduo feudal de sua identidade fixa no tempo e no espaço.

Giddens (1991) diz que a modernização e a modernidade são baseadas em um processo, segundo o qual uma idéia fixa e estreita de ‘lugar’ e ‘espaço’ (que prevalece nos tempos modernos) é gradualmente destruída por um conceito de ‘tempo universal’. Giddens descreve isso como uma chave para o processo de desencaixe. Os tempos pré-modernos são marcados pela maioria da população vivendo em pequenas vilas. Para essa maioria, o senso de espaço, seja geográfico ou, mais importante, social, era estreito. Muitos vilões eram banidos, pelos senhores feudais, por andarem através das redondezas de suas comunidades particulares. Neste sentido, deve-se sugerir que, para tais populações, as idéias de espaço eram fixas. Giddens sugere a descrição de tais trabalhadores como encaixados em suas comunidades locais.

O autor supracitado sugere que existem dois tipos de mecanismos de desencaixe: fichas simbólicas e sistemas peritos. O dinheiro é o seu exemplo favorito de fichas simbólicas. As comunidades feudais e tradicionais foram marcadas pelos mercados e feiras locais. Entretanto, em muitos casos, esses mercados constituíam um suplemento para a atividade essencial e

26 Todas as palavras entre aspas simples são grifos nossos.

básica de auto-suficiência do trabalhador caseiro, o qual produzia seus próprios meios de subsistência da agricultura depois de pagar o aluguel ao senhor feudal. O dinheiro tinha um valor limitado para tais artesões, porque suas trocas econômicas eram baseadas em impressões de valores locais e particulares. A modernização destruiu tais formas e as substituiu com uma forma de troca ‘universal’²⁷: o dinheiro.

Este passou a agir como meio de troca geral e universal, ao contrário das trocas particulares e locais entre os indivíduos. A moeda foi, então, capaz de mover os indivíduos de contexto local a global e pôde estabelecer relações sociais através do tempo e do espaço. Fez o mundo mais próximo geograficamente a partir do momento em que os indivíduos começaram a resolver seus problemas econômicos em tempo e espaço bem menor. A globalização acelerou o processo que começou com a modernização. Se for considerado que esta criou a noção de uma moeda nacional que varreu todas as diferenças locais dentro de uma fronteira nacional, é possível afirmar que a globalização varreu todas as diferenças entre as moedas nacionais.

Os sistemas peritos surgem como resultado das revoluções científicas e do aumento em conhecimento técnico e conseqüente aumento na especialização. Por causa da afirmação de suas formas de conhecimento ‘científico’ e ‘universal’, estes sistemas especialistas não são dependentes de um contexto e podem, a partir disso, estabelecer relações sociais através de grandes períodos de tempo e espaço. Igualmente, enquanto esses sistemas especialistas criam seus grupos de *experts* e conhecimento, um abismo social é criado, assim como um aumento entre o profissionalismo dos praticantes e dos seus grupos de clientes. Um bom exemplo de tais sistemas especialistas é o ‘sistema médico moderno’ de cuidado à saúde. Um modelo baseado nas reivindicações universais da ciência, que se estende através do globo, com outras perspectivas de cuidados à saúde, que pode ser ou ridicularizado ou rotulado como ‘alternativo’.

Mas enquanto as sociedades modernas passaram a confiar cada vez mais nestes sistemas peritos – isto significa que ‘confiança’ é, com uma certeza cada vez maior, a chave do relacionamento entre o indivíduo e esses sistemas – essa confiança é como o ‘cimento’, responsável por manter as sociedades modernas juntas. Literariamente, indivíduos e grupos sociais irão sentir certa insegurança no que refere à sua realidade social, pois o processo de modernização distanciou o homem de sua comunidade local, o individualizou, e, aos poucos, foi criando catástrofes sociais; a comunidade, porém, não percebe como algo comum a todos,

²⁷ Grifo nosso.

mas como problemas individuais. Giddens (1991) chama de “insegurança ontológica”, pois as pessoas também começam a questionar esta confiança nos sistemas peritos.

Todas as mudanças ocorridas nestes processos de desencaixe da comunidade culminaram com as transformações dos movimentos sociais e das ONGs; até a década de 80, esses representantes da sociedade civil eram considerados como defensores dos interesses dos excluídos, dos marginalizados pelos benefícios das políticas públicas. A sua atuação tinha uma conotação de classe e a sociedade se organizava em associações de bairros e sindicatos. Nos anos 90, com o novo cenário do mundo economicamente globalizado e as recentes políticas sociais neoliberais impondo outras dinâmicas nas relações de poder no contexto social e político, emergem os nacionalismos, os regionalismos e a mundialização do capital, baseados e ancorados nas modernas tecnologias da microeletrônica. Elas provocam novas cartografias, movimentos, configurações, mercados, culturas, capitais, sociabilidades, entre outros elementos que configuram a globalização em escala mundial, e podem ser compreendidas em conformidade com as diretrizes de agências governamentais, organizações multilaterais e de corporações transnacionais (IANNI, 1996).

A expansão dessa problemática determina uma nova maneira de agir nas relações dos movimentos sociais e das ONGs com o Estado e com as elites dirigentes, fundamentadas pelas fichas simbólicas – representadas aqui pelo dinheiro em suas variadas formas – das oportunidades aos recursos oriundos das políticas públicas à venda da força de trabalho para as multinacionais. Assim, os movimentos sociais transfiguram-se de movimentos contestatórios e de busca de garantias de espaços sociais para agentes de negociação, que atuam no âmbito da dinâmica da correlação de forças na sociedade. Se, antes, eles dicotomizavam com o Estado, hoje se posicionam como movimentos de busca de espaços sociais em grupos de organização da sociedade civil, muitas vezes convertidos em ONGs.

A nova configuração na trama do poder existente nos dias atuais declara, segundo Boneti (2006), que os segmentos sociais se apresentam como pares de uma mesa de negociação e leva vantagem quem tem maior poder político e/ou econômico. Se, anteriormente, os movimentos sociais tinham espaço para reivindicações e capacidade para se posicionar contra o Estado, hoje eles apenas se limitam a uma estratégia utilizada pela elite dominante, que tem mais poder de persuasão na mesa de negociação, tendo apenas menos poder de barganha na elaboração e instituição das políticas públicas. Outra função desempenhada pelos movimentos sociais e as ONGs nesta nova conjectura é de assumir o próprio papel do Estado na ausência

total do mesmo frente às necessidades básicas sociais. Com o desaparecimento do emprego, que era uma das formas das políticas sociais chegarem até as populações menos favorecidas, o Estado transferiu suas responsabilidades sociais para aquelas Organizações.

De acordo com Boneti (2006), este aspecto muda muito a relação de classe antes existente. Se, na década de 80, havia uma relação distinta entre as classes sociais, quase tendo o Estado como articulador, e as reivindicações girando em torno de interesses de classes, hoje se tornam mais dúbios os limites interclasses; as reivindicações se apresentam em torno de interesses individuais ou de categorias profissionais que não representam, necessariamente, uma classe social. Ou seja, hoje não se tem mais uma relação direta e dicotômica entre diferentes classes sociais ou entre o Estado e a sociedade civil. “A luta de classe hoje é intermediada por agentes individuais e motivada por interesses específicos” (BONETI, 2006, p. 64). É possível afirmar que a afinidade de tais interesses pode configurar o interesse de uma determinada classe social, que, como se sabe, na prática, é a própria elite dominante. E, mais uma vez, a classe marginalizada se apresenta apenas como legitimadora dos desejos da elite dirigente.

Giddens (1991) chama a atenção para os riscos e perigos do mundo moderno globalizado: guerra nuclear, calamidade ecológica, explosão populacional incontrolável, colapso do câmbio econômico global, mudança na divisão global do trabalho, entre outros. Com o processo de desencaixe, as pessoas se desvinculam dos problemas sociais, perdendo o sentimento de pertença e fragilizando as comunidades; permitem, assim, os processos de desestruturação e flagelação social. Para o autor, somente com uma política da vida, com um encaixe radical por meio dos movimentos sociais, será possível um mundo de todos, com todos e para todos, pois a utopia do possível é a arma. Como se sabe, os movimentos sociais buscam o resgate da individualidade, da diferença e da singularidade.

Porém, na correlação de forças para definição das políticas públicas, tanto os movimentos sociais como as ONGs vêm se posicionando como contra-hegemônicos, nos dias atuais, justamente porque suas habilidades de reconfiguração neste novo cenário vêm transgredindo os modelos hegemônicos culturais, sociais e econômicos impostos pelo processo global. Segundo Boneti (2006), ao mesmo tempo em que o projeto do capitalismo mundial se fortalece e se torna agressivo em suas estratégias de expansão dos ganhos econômicos, com a abertura de novos mercados consumidores e de trabalho qualificados, para os que buscam a homogeneidade cultural e as habilidades técnicas são de extrema importância os movimentos

sociais e as ONGs, pela sua capacidade de negociação dos interesses da sociedade civil. As ONGs têm contribuído para o fortalecimento da singularidade, a valorização da diferença e da individualidade com a redescoberta da socialização da produção e da vida em comunidade, de formas alternativas de sobrevivência, de diferentes organizações da sociedade civil (BONETI, 2006).

Acredita-se, como Santos (2000), que a grande mutação tecnológica está colocada pela emergência, no cenário mundial, das TIC, obviamente, dependendo de como a humanidade disporá politicamente das mesmas. O autor afirma que, “quando sua utilização for democratizada, essas técnicas doces estarão ao serviço do homem [...]. Essas condições podem assegurar uma mutação filosófica do homem, capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e, também, do planeta” (2000, p.174).

Segundo Pretto (2006), esse novo sentido dependerá de como será o relacionamento com a tecnologia, especialmente os artefatos oriundos da computação. Para tanto, a nitidez política dos processos de mutilações humanas poderá impulsionar para a busca de alternativas, que só será possível se for aliada a esse processo uma educação problematizadora, fundamentada na diferença e nas relações sociais, onde o computador, conectado à internet, se constituirá em ferramenta desafiadora para se compreender os sujeitos como cognoscentes.

Lèvy (1996) nomeia os artefatos computacionais de “Tecnologias Inteligentes”, por concebê-las como ferramentas comunicacionais e exalta a sua influência na constituição das culturas e inteligências dos grupos. Designa-as de modo amplo, como um terreno político fundamental, como um lugar e uma questão de conflitos, de interpretações divergentes. Uma grande ágora, com um potencial libertador grandioso, uma vez que

[...], por trás da dinâmica contemporânea das ciências e técnicas, se escondem não só a razão e a eficácia, mas sim uma infinidade de razões e processos interpretativos e divergentes, não sendo mais possível excluir a tecnociência da esfera pública (1996, p.187).

A partir deste laço, Lèvy visualiza uma democracia direta, elegendo o ciberespaço como *locus* fundamental do exercício e aprofundamento dessa democracia. Para o autor, a riqueza social dessa ágora virtual consiste em fornecer aos grupos humanos os meios de reunir forças mentais para constituir inteligentes coletivos e dar vida a uma democracia em tempo real.

Nesse percurso, não elimina, totalmente, a existência nem o papel do Estado sob as condições de redefinição de suas funções, mas a reconfiguração de suas ações perante a sociedade civil.

É importante destacar que, nesse processo de mundialização, as TIC são potencializadoras da ampliação das condições de participação da sociedade no usufruto dos bens culturais. Mas, para que isto se concretize, Pretto acredita que é “obrigação do Estado educador e, para isto, necessário se faz que o governo universalize e democratize o uso da rede internet na educação brasileira” (2006, p.9). Por isso, é importante o redirecionamento das políticas públicas de inclusão sociodigital no sentido de garantir a democratização da educação e a participação social, política e cultural. Ao contrário do que tanto tem sido propalado, a história não acabou, ela apenas começa.

Os movimentos sociais poderão recriar seus espaços e ampliar a sua participação na construção do novo mundo que emerge a partir da sociedade em rede. A história que acabou ou está sendo redimensionada, segundo Santos (2006), é a história hegemônica, pois, a partir das técnicas globais midiáticas, as minorias excluídas como os negros, os indígenas, as mulheres, os homossexuais, entre outros, somente agora podem “identificar-se com um todo e reconhecer sua unidade, quando faz entrada na cena histórica como um bloco” (SANTOS, 2006, p. 171). É uma entrada revolucionária, graças à interdependência das economias, dos governos, dos lugares.

Fui alfabetizado no chão do quintal de minha casa, à sombra das mangueiras, com palavras do meu mundo, não do mundo maior dos meus pais. O chão foi o meu quadro-negro; gravetos, o meu giz (PAULO FREIRE).

3 A LEITURA DE MUNDO PRECEDE A LEITURA DA PALAVRA

Este Capítulo pretende fazer uma reflexão crítica acerca das potencialidades das políticas públicas na sociedade em rede, como possibilitadoras das interlocuções e das interações

sociais. Neste texto, abordarei algumas questões referentes à sociedade em rede: a concepção de rede ao longo da história, a questão da emancipação concebida pelas políticas públicas e o papel da informação para a construção do conhecimento emancipatório.

Apresenta, ainda, a influência da sociedade em rede na educação como uma proposta pedagógica freiriana do que se chama de “pedagogia da virtualidade”; pontuam-se os desafios e contradições que o sistema educacional vive em função das transformações do mundo contemporâneo.

Crê-se, assim, que, emergindo das reflexões referentes à sociedade em rede, seja possível elucidar como ela pode contribuir para a emancipação da sociedade, carente de um espaço em que os sujeitos inseridos em contextos sociais marginalizados sejam atores de sua própria história, apontando caminhos e luz para os seus problemas sociais.

3.1 A SOCIEDADE EM REDE: CONTEXTUALIZAÇÃO

Historicamente, a imagem da rede está presente nas mais diversas culturas como um movimento de representações simbólicas, místicas, mágicas, inconscientes, plásticas, rituais, religiosas e ontológicas. A revolução causada pela microeletrônica, o advento dos computadores e, sobretudo, a invenção da internet, constituem a base tecnológica para essa nova forma de organização das sociedades – a Era da Informação, da sociedade em rede – pois disseminam a informação em níveis nunca antes experimentados. A socialização do conhecimento historicamente construído vem potencializando a busca da autonomia dos autores sociais e diminuindo as dependências culturais e intelectuais provocadas pelo mundo capitalizado.

Nas várias acepções de rede, intimamente associadas aos símbolos do envolvimento e da devoração, defrontam-se elementos para se refletir sobre a internet, esfera extrema do entretecimento e do ligamento. Essa esfera não sugere uma saída pela vontade individual, já que, depois de se deixar apanhar, torna-se difícil desvencilhar-se. Segundo Castells (1999), estão todos envolvidos pela rede digital, que agrega várias multiplicidades. Mas também se pode estar excluído desse meio de comunicação, quando não se tem acesso a ele ou mesmo este é bastante limitado, controlado ou regulamentado por padrões hegemônicos que delimitam qual tipo de acesso se deve ou não fazer na rede. Pode-se afirmar, também, que, da mesma forma que a rede possibilita liberdade, autonomia através de suas diversidades e

interligações, ela também pode ter conotação de cadeia, como a rede de televisão, rede de espionagem, rede de emergência, rede de corrupção, rede de saúde ou de educação, pois suas estruturas organizacionais se expressam em um único pensamento, uma única forma de existência normalizada pelas instituições que as formam.

Universalmente, a rede é o símbolo da captura. Ela se revela como instrumento de “pesca, de ligação, de devoração, de atadura, de conexão, de malha e arma de luta, entre outros” (GOMEZ, 2004: 29). Mas a rede também se apresenta como círculo criativo da vida e da renovação; como exemplo, tem-se a teia de aranha na cultura indiana; na cultura guarani, a idéia de rede se aproxima do entrelaçamento harmonioso entre o homem, o cosmos e a natureza. Esta idéia de ciclo é fundamental para se compreender a rede como o fluir de energias e a latência do potencial criador, uma vez que a presença do sujeito está em imediata relação com a presença do objeto existente. “As representações e simbolismo interpenetram a vida humana para significar a busca permanente. Os encontros e as perdas que fazem o ser humano se sentir incompleto e o transformam permanentemente” (GOMEZ, 2004, p. 30).

A internet, que é hoje o tecido da vida contemporânea, vem organizando a sociedade em suas múltiplas formas de se relacionar e de existir virtualmente. Se as TIC são atualmente o que a eletricidade foi na Era Industrial, agora a internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto a um motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana (CASTELLS, 2003, p. 7).

Existe um considerável conjunto de descrições e análises das estruturas sociais emergentes na passagem do século XX para o século XXI, em que as sociedades contemporâneas representam um palco de extraordinárias transformações econômicas, políticas, culturais, sociais e tecnológicas. Nas últimas décadas do século XX, foram vários os autores, tais como Scharff, Castells, Toffler, entre outros, que, sob diferentes perspectivas, estudaram esta transformação radical no modo de produção do social e identificaram nela uma ruptura com os padrões da sociedade industrial.

A tecnização, informatização e globalização da sociedade colocam o conhecimento em posição privilegiada como fonte de valor e de poder e provocam profundas alterações na organização do trabalho, com a passagem do modelo taylorista-fordista para o modelo da especialização flexível (MACHADO, 2005).

No modelo taylorista, característico da sociedade industrial, a organização do trabalho

baseava-se em uma rígida repartição das tarefas, em uma nítida hierarquia de funções e em uma forte divisão entre planejamento e execução (trabalho intelectual e trabalho manual). Já o paradigma informacional, característica central das sociedades baseadas no conhecimento, exige e possibilita uma nova organização do trabalho – com a integração sistêmica de diversas unidades, práticas gerenciais interativas, equipes responsáveis por um ciclo produtivo completo e capazes de tomar decisões, produção e utilização intensiva de informações, ênfase na capacidade de mudar rapidamente de funções (flexibilidade) – e uma profunda reorganização do processo educativo, das relações sociais entre gêneros e idades, e dos sistemas de valores (SCHAFF, 1995).

Chamada de sociedade pós-industrial (LYOTARD, 1998), sociedade informática (SCHAFF, 1995), sociedade do conhecimento (TOFFLER, 1998), sociedade tecnizada (MACHADO, 1993) ou sociedade em rede (CASTELLS, 1999), a nova forma social que esses autores vislumbram sob tais transformações é a de uma sociedade globalizada, altamente tecnizada, com a ênfase da produção econômica recaindo sobre o setor de serviços e com a utilização intensiva do conhecimento através das inovações tecnológicas oferecidas pela microeletrônica, pela informática e pelas novas tecnologias de comunicação.

Para Schaff (1995), as três últimas décadas do século XX mostram as sociedades humanas em meio a uma acelerada e dinâmica revolução da microeletrônica, na qual as possibilidades de desenvolvimento são enormes, como são também enormes os perigos inerentes a elas, não somente nos aspectos tecnológicos, mas também nas relações sociais, uma vez que as transformações da ciência e da técnica, com as conseqüentes mudanças na produção e nos serviços, deverão conduzir a transformações também nas relações sociais.

No entendimento de Schaff (1995), a segunda Revolução Industrial, no final do século XX, levou a uma ampliação das capacidades intelectuais do ser humano, bem como à sua substituição por autômatos, aspirando à eliminação total do trabalho humano em uma sociedade informática. Os três aspectos dessa revolução técnico-científica são: a microeletrônica, à qual está associada à revolução tecnológico-industrial; a microbiologia e a engenharia genética; e a revolução energética, com a procura por novas fontes de energia.

Duas ordens de questões conduzem à investigação de Schaff (1995): por um lado, as questões relacionadas com o sentido da vida, os sistemas de valores e estilos de vida, perguntando se a sociedade informática dará o passo para a materialização do ideal dos humanistas (o homem

universal, cidadão do mundo, com formação global e cultura internacional); por outro, as questões da política e das relações de poder, perguntando qual será a repercussão da atual revolução industrial, com os avanços da informática sobre o papel e as funções do Estado (centralização X descentralização; governo local X autogoverno). Aqui, a questão central parece ser: quem deverá gerir este processo informático generalizado?

Mesmo que se possa concordar com o fato de que as mudanças na formação cultural das sociedades informatizadas poderão materializar o ideal de um cidadão universal bem informado e com formação global, e que a informática poderá abrir espaços para o exercício de formas de democracia direta em governos locais, é importante ter presente, conforme alerta Schaff (1995), que a atual revolução tecnológica de modo algum conduz automaticamente a uma forma superior de democracia; ao contrário, afirma o autor, se não houver a ação política dos partidos populares e das entidades organizativas dos trabalhadores, um desenvolvimento possível para a sociedade informática é a divisão social entre quem tem e quem não tem acesso à tecnologia (a atualmente chamada exclusão digital). E as políticas públicas de inclusão digital, com a sua correlação de força promovida pelos movimentos sociais, poderão alavancar espaços de discussões pertinentes às questões sobre políticas, educação, saúde e participação social para a construção de uma sociedade em que todos poderão agir nos processos sociais.

Toffler (1998), autor com uma visão bastante otimista sobre o potencial e as virtudes da tecnologia, descreve em seu livro “Powershift”, de 1998, a ascensão de um novo sistema de meios de comunicação, inseparável de um sistema novo de criação de riqueza. Para o autor, “numa economia baseada no conhecimento, o problema político interno mais importante não é mais a distribuição (ou redistribuição) da riqueza, mas da informação e dos meios de informação que produzem riqueza” (TOFFLER, 1998, p.389). Segundo ele, já é possível reconhecer profundas tensões sociais provocadas pela introdução desta neo forma de economia, em especial a divisão da população em inforrica’ e infopobre (1990, p.384). As possibilidades de superação dos problemas relacionados com a maneira pela qual o conhecimento é disseminado na sociedade passam, especialmente, pela articulação do sistema educacional com o sistema de meios de comunicação e pelo completo desenvolvimento dos princípios da interatividade, mobilidade, conversibilidade, conectividade, ubiqüidade e globalização, considerados como definidores do sistema de meios de comunicação do futuro (TOFFLER, 1998).

Em uma perspectiva mais próxima da discussão de Schaff (1995) e Toffler (1998), inclusive compartilhando o mesmo tipo de preocupação metodológica, Machado (1993) examina, com rigor, as transformações tecnológicas e gerenciais/organizacionais do final do século passado. Segundo a autora²⁸, está-se observando a emergência de um novo padrão internacional de competitividade capitalista. Este é caracterizado pela redefinição do modelo de indústria, expansão do terciário e alterações na estrutura de empregos nas relações trabalhistas, na estrutura ocupacional e nas definições de trabalho qualificado e trabalho desqualificado, tudo isso resultando em uma mudança substancial no padrão de exploração da classe trabalhadora em escala mundial.

Para Machado (1993), a concorrência intercapitalista em torno da acumulação de tecnologia exige contínuos ajustamentos da base técnica da produção às determinações das necessidades de valorização do capital: a competitividade requer permanente aumento da produtividade através do maior controle da racionalização do trabalho e redução dos custos de cada unidade produzida. Contudo, diz a autora, a posterior (e cada vez mais rápida) generalização da inovação tecnológica conduz à perda relativa da rentabilidade, que pode provocar uma nova era de crise de acumulação em virtude do esgotamento da base técnica em uso. Na busca de uma mais-valia relativa extraordinária, completa Machado, a concorrência intercapitalista força a obsolescência do padrão tecnológico vigente e patrocina inovações tecnológicas, as quais exigem o aumento da composição orgânica do capital, ou seja, maior investimento em capital constante, em detrimento do capital variável, o que, em última instância, significa aumento do desemprego.

Conforme Machado (1993), o atual padrão de exploração da força de trabalho – resultante das modificações na base técnica provocadas pela introdução da microeletrônica e da informática – baseia-se no trabalho flexível e integrado. Tornou possível pela versatilidade dos equipamentos, passíveis de reprogramação via *software*, o trabalho flexível e integrado implica a habilidade para o desempenho de várias funções simultâneas e conexas e a intercambialidade dentro do coletivo de trabalho; apresenta novas exigências aos trabalhadores, como a capacidade de seleção, tratamento e interpretação de informações, comunicação e integração grupal, a antevisão de problemas, a capacidade de resolução de imprevistos, a atenção e a responsabilidade, além das variáveis de tipo comportamental como abertura, criatividade, motivação, iniciativa, curiosidade e vontade de aprender e de buscar

28 MACHADO, Lucília. "Sociedade industrial X sociedade tecnizada". *Universidade e Sociedade*, ano III, n. 5, julho 1993, pp. 32-37.

soluções.

As mudanças na organização do trabalho e a introdução de novas tecnologias de informação e comunicação de produção exigem um novo estilo de trabalhador, que necessita de novas competências gerais de abstração, comunicação e integração. Tais habilidades são próprias de serem aprendidas na escola durante a instrução regular, e esta é a raiz do recente interesse das classes dominantes pela qualidade escolar, ao contrário do período anterior ao esgotamento do padrão taylorista-fordista, no qual a educação desempenhava um papel periférico, pois o trabalhador não precisava de grandes conhecimentos técnicos ou de habilidades especiais, sendo preparado na própria linha de produção através do treinamento.

Castells (1999) apresenta, em “A sociedade em rede”, uma importante contribuição para o debate sobre a morfologia social das sociedades de tecnologia avançada neste início de novo século. Fundamentando-se em amplo conjunto de informações empíricas e em uma refinada teoria sociológica, o autor descreve a sociedade contemporânea como uma sociedade globalizada, centrada no uso e aplicação de informação e conhecimento, cuja base material está sendo alterada aceleradamente por uma revolução tecnológica concentrada na tecnologia da informação e em meio a profundas mudanças nas relações sociais, nos sistemas políticos e nos sistemas de valores.

Para examinar a complexidade da nova economia, sociedade e cultura em formação, Castells (1999) utiliza como ponto de partida a revolução da tecnologia da informação, por sua penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana. Alerta que se deve localizar este processo de transformação tecnológica revolucionária no contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado, como é de praxe na boa sociologia praticada pelos clássicos.

A contribuição de Castells (1999) à discussão apresenta quatro aspectos principais: a centralidade da tecnologia da informação; o refinamento da teoria sociológica, propondo a articulação do conceito clássico de *modo de produção* com o pensamento por ele cultivado, de *modo de desenvolvimento*; a compreensão do papel do Estado no desenvolvimento econômico e tecnológico, deixando de lado a visão reducionista e ideologizada das perspectivas liberais do Estado mínimo; e a caracterização da sociedade informacional como uma sociedade em rede, com a morfologia social definida por uma topologia em forma de rede. Apesar de se haver tratado do papel do Estado no segundo Capítulo, vale a pena dedicar alguns parágrafos a cada um dos tópicos apontados por Castells para compreender melhor a

sociedade em rede.

O que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinado (CASTELLS, 1999, p. 31).

Em grande medida, a tecnologia expressa a habilidade de uma sociedade para impulsionar seu domínio tecnológico por intermédio das instituições sociais, inclusive o Estado. O processo histórico em que esse desenvolvimento das forças produtivas ocorre, assinala as características da tecnologia e seus entrelaçamentos com as relações sociais. Como afirma Castells (1999), a tecnologia não determina a sociedade, e nem esta escreve o curso da transformação tecnológica. O resultado final depende de um complexo padrão de interação dialética, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais. Embora não determine a evolução histórica e a transformação social, a tecnologia, ou a sua falta, incorpora a capacidade de transformação das sociedades, bem como os usos que as sociedades, sempre em processo conflituoso, decidem dar a seu potencial tecnológico. Entretanto, embora não estabeleça a tecnologia, a sociedade pode sufocar seu desenvolvimento, principalmente através do Estado.

De um lado, o Estado pode ser a principal força de inovação tecnológica; de outro, quando ele afasta totalmente seus interesses do desenvolvimento tecnológico ou se torna incapaz de promovê-lo sob novas condições, um modelo estadista de inovação leva à estagnação por causa da esterilização da energia inovadora da sociedade para criar e aplicar tecnologia. A mesma cultura pode induzir trajetórias tecnológicas muito diferentes, dependendo do padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade.

De acordo com Castells (1999), os principais aspectos dessa nova revolução são: primeiro, que a informação é a matéria-prima, ou seja, são tecnologias para agir sobre a informação, e não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções anteriores; o segundo aspecto refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral da atividade humana, todos os processos da existência individual e coletiva são diretamente moldados, embora não determinados, pelo novo meio tecnológico; a terceira característica refere-se à lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação.

A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação; em quarto lugar, o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade. Não apenas os processos são reversíveis, mas organizações e instituições podem ser modificadas e, até mesmo, fundamentalmente alteradas, pela reorganização de seus componentes. O que distingue a configuração do novo paradigma tecnológico é sua capacidade de reconfiguração, um aspecto decisivo em uma sociedade caracterizada por constante mudança e fluidez organizacional. No entanto, a flexibilidade tanto pode ser uma força libertadora como também uma tendência repressiva, se os redefinidores das regras sempre forem os poderes constituídos. Só análises específicas e observação empírica conseguirão determinar as conseqüências da interação entre as novas tecnologias e as formas sociais emergentes; uma quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente convergência de determinadas tecnologias para um sistema altamente integrado, no qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado. Assim, a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica (fibra ótica e *laser*) e os computadores são todos integrados nos sistemas de informação. A convergência tecnológica se transforma em uma interdependência crescente entre as revoluções em biologia e microeletrônica, e tanto em relação a materiais quanto a métodos.

Segundo Castells (1999), a tecnologia das redes de informação teve um grande progresso no início dos anos 90, devido à convergência de quatro tendências: digitalização da rede de telecomunicações; desenvolvimento da transmissão em banda larga; uma grande melhoria no desempenho de computadores conectados pela rede; e avanços tecnológicos em microeletrônica e *software*. A convergência entre as exigências organizacionais e a transformação tecnológica estabeleceu a integração em redes como a forma dominante de concorrência nos setores mais avançados da economia, com tendência de capilarizar para todos os tipos de organizações.

Nesse novo contexto, as barreiras à entrada elevaram-se, assim como se ampliou o processo de exclusão. A cooperação e os sistemas de rede oferecem a possibilidade de dividir custos e riscos, bem como de manter-se em dia com a informação constantemente renovada. Mas as redes também atuam como ‘porteiros’. Dentro delas, novas oportunidades são criadas o tempo todo. Fora das redes, a sobrevivência fica cada vez mais difícil. Mediante a interação entre a crise organizacional e a transformação e as novas tecnologias da informação, surge então uma

nova forma organizacional como característica da economia informacional²⁹ e global, “a empresa em rede”³⁰. O desempenho de uma determinada rede dependerá de dois de seus atributos fundamentais: a ‘conectividade’, que é a capacidade estrutural de facilitar a comunicação sem ruídos entre seus componentes; e a ‘coerência’, na medida em que há interesses compartilhados entre os objetivos da rede e de seus componentes. As organizações devem ser capazes de gerar conhecimentos e processar informações com eficiência; de adaptar-se à geometria variável da economia global; de ser flexível o suficiente para transformar seus meios rapidamente sob o impacto da célere transformação cultural, tecnológica e institucional; e de inovar, já que a inovação torna-se a principal arma competitiva, conseguindo se sustentar nesse furacão que envolve as organizações.

A essa altura, Castells apresenta como característica importante da sociedade informacional, ainda que não esgote todo o seu significado, “a lógica de sua estrutura básica em redes, o que explica o uso do conceito de 'sociedade em rede'" (CASTELLS, 1999, p. 46).

O surgimento da sociedade em rede torna-se possível com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação que, no processo, "agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sociotécnico" (CASTELLS, 1999, p. 77), cujos aspectos centrais representam a base material da sociedade da informação. Assim como Toffler³¹ apresenta as seis características do novo sistema de meios de comunicação que, na sua análise, suportam e dão origem a um novo sistema de produção e distribuição de riqueza e de poder, Castells (1999) mostra os cinco aspectos centrais do novo paradigma: a informação é matéria-prima; as novas tecnologias penetram em todas as atividades humanas; a lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações usando essas novas tecnologias; a flexibilidade de organização e reorganização de processos, organizações e instituições; e, por fim, a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, conduzindo a uma interdependência entre biologia e microeletrônica (CASTELLS, 1999, p. 78).

Para Castells (1999), o conceito de rede parte de uma definição bastante simples: “Rede é um

29 É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos (CASTELLS, 1999).

30 Aquela forma específica de empresa cujo sistema de meios é constituído pela intersecção de segmentos de sistemas autônomos de objetivos. A empresa em rede concretiza a cultura da economia informacional/global, ou seja, transforma sinais em *commodities*, processando conhecimentos (CASTELLS, 1999).

31 Op. cit.

conjunto de nós interconectados" (p. 498), mas que, por sua maleabilidade e flexibilidade, oferece uma ferramenta de grande utilidade para dar conta da complexidade da configuração das sociedades contemporâneas sob o paradigma informacional. Assim, descreve o autor, definindo ao mesmo tempo o conceito e as estruturas sociais empíricas que podem ser analisadas por ele,

redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação, sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 1999, p. 499).

Esta definição dá ao autor uma ferramenta poderosa para suas análises e observações e lhe permite apresentar algumas conclusões provisórias sobre os processos e funções dominantes na Era da Informação, indicando que "a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação" (CASTELLS, 1999, p. 499) e que "os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera das relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda" (CASTELLS, 1999, p. 504).

Quanto aos pressupostos da "Sociedade em Rede", Castells (1999) distingue o modo de desenvolvimento do modo de produção. Este diz respeito à forma como é distribuído o produto do trabalho, como são feitos a apropriação e os usos do excedente, podendo ser, portanto, capitalista (sob o domínio do capital), ou estadista (sob o domínio e controle do Estado). Já o modo de desenvolvimento é determinado pelo elemento principal para a produtividade, outrora o modo de desenvolvimento agrário (cuja riqueza maior era a posse da terra), depois a indústria (fontes de energia, industrialismo) e, hoje em dia, o controle e a produção de informação (informacionalismo). Historicamente, os modos de desenvolvimento modelam o comportamento social e, inclusive, a comunicação simbólica dos povos.

No modo de desenvolvimento informacional, as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, ou seja, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas, que tende a trazer o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social.

Assim,

as instituições, as companhias e a sociedade em geral transformam a tecnologia, qualquer tecnologia, apropriando-a, modificando-a, experimentando-a [...] esta é a

lição que a história social da tecnologia ensina [...]. A comunicação consciente (linguagem humana) é o que faz a especificidade biológica da espécie humana. Como nossa prática é baseada na comunicação, e a Internet transforma o modo como nos comunicamos, nossas vidas são profundamente afetadas por essa nova tecnologia da comunicação (CASTELLS, 2003, p.10).

Se, ao longo da história da humanidade, a riqueza esteve sempre ligada à posse e ao controle de recursos materiais como a terra, o ouro e o petróleo (fonte de energia), hoje a riqueza não é algo material, palpável, ao contrário, é imaterial: o conhecimento. Este é a fonte primária de riqueza na sociedade pós-industrial. A revolução tecnológica e a transformação social estão ligadas à penetrabilidade da informação por toda a estrutura social; daí o nível de desenvolvimento das sociedades, atualmente, no modo de desenvolvimento informacional, ter no número de computadores por habitante um indicador fundamental (CASTELLS, 1999). Quanto mais computadores conectados, mais desenvolvida é uma sociedade. A internet hoje determina todas as relações: sociais, econômicas, culturais e políticas. É um sistema nervoso eletrônico que permite a comunicação em tempo real e, conseqüentemente, as tomadas de decisões em momento definido em escala global.

Pois,

uma vez que a volatilidade, a insegurança, a desigualdade e a exclusão social andam de mãos dadas com a criatividade, a inovação. A produtividade e a criação de riquezas nesses primeiros passos do mundo baseado na Internet. A melhoria de nossa condição dependerá do que as pessoas fizerem, inclusive você e eu (CASTELLS, 2003, p.7).

As empresas multinacionais são as detentoras do poder oriundo da riqueza e da tecnologia na economia global, visto que a maior parte das redes é estruturada em torno delas. Mas, ao mesmo tempo, são internamente diferenciadas em redes descentralizadas e externamente dependentes de sua participação em uma estrutura complexa e em transformação de redes interligadas. Além disso, cada componente dessas redes internas e externas está inserido em ambientes culturais/institucionais específicos (nações, regiões, locais) que afetam a rede em vários níveis. Em geral, elas são assimétricas, mas cada um de seus elementos não consegue sobreviver sozinho ou impor suas regras. Nas palavras de Castells (1999, p. 71), “a lógica da rede é mais poderosa que seus poderosos. O gerenciamento das incertezas torna-se decisivo em uma situação de interdependência assimétrica”.

No entanto, as culturas e as instituições continuam a dar forma aos requisitos organizacionais da economia, em uma interação entre a lógica produtiva, a base tecnológica em transformação

e as características do ambiente social. A arquitetura e composição das redes de empresas em formação em todo o mundo são influenciadas pelas características das sociedades em que elas estão inseridas. Por exemplo, o conteúdo e as estratégias das empresas eletrônicas na Europa dependem muito das políticas da União Européia no tocante à redução de dependência tecnológica do Japão e dos EUA, mas a aliança da Siemens com a IBM e a Toshiba, em microeletrônica, é forçada por imperativos tecnológicos. A empresa em rede fica cada vez mais internacional e sua gestão resultará da interação administrativa entre sua estratégia global e os interesses nacional e regionalmente enraizados de seus componentes.

Para Castells (1999), a revolução informacional não é igual, mas muito mais profunda que a industrial, pois afeta os dois elementos fundamentais da vida humana, que são a extensão da mente e a capacidade de atuação sobre a vida. Como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na Era da Informação estão cada vez mais organizados em torno de redes, as quais modificam, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Entretanto, há sociedades majoritariamente conectadas, e outras em que somente um pólo dinâmico pertence a essas redes globais internacionais. Para o autor, esta é a diferença entre ‘desenvolvimento’ e ‘irrelevância’, ou seja, a presença na rede ou ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de poder, riqueza, dominação e transformação da sociedade.

Em uma sociedade na qual o poder e a riqueza das pessoas, das organizações e dos países dependem da geração de informação, mais do que em qualquer outra época, a educação é o elemento fundamental de progresso, mas também de desigualdade e exclusão social, na sua ausência. A tecnologia faz com que, através da desigualdade de acesso à informação, se ampliem as diferenças sociais. Simultaneamente se tem, de um lado, aumento de produtividade e desenvolvimento tecnológico, e de outro, desigualdade social, concentração de renda e, em conseqüência, exclusão social (CASTELLS, 1999).

Para o autor, não há cidades globais, mas toda cidade é algo global, em proporções diferentes e de caráter local ao mesmo tempo, onde a maioria das pessoas vivencia vidas locais. Por exemplo, provavelmente 90% da população de Água Fria estejam desconectadas da rede global, enquanto em São Paulo talvez esse percentual chegue a, no máximo, 10%. Então, em uma sociedade em que o mercado é preponderante na aplicação de recursos, sem uma ação política deliberada dos Estados nacionais em educação, aumentarão a desigualdade e a distribuição de riqueza. A abertura ao mundo, de toda informação universal, é uma

possibilidade extraordinária que está mudando a vida das pessoas e todo o seu imaginário, desde que o sistema educativo proporcione pessoas com capacidade para buscar, escolher e desfrutar desse mundo. Para Castells (1999), não há excesso de informação, mas sim um descompasso entre a quantidade de informação e a incapacidade das pessoas em absorvê-la.

No capitalismo informacional, o produto principal é o conhecimento e, por isso, a fonte da produtividade da sociedade é a capacidade intelectual da população. As observações e análises apresentadas por Castells (1999) parecem indicar que a nova economia está organizada em torno de redes globais de capital, gerenciamento e informação, cujo acesso ao *know-how* tecnológico é importantíssimo para a produtividade e competitividade. A inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre as mesmas, possibilitadas por tecnologias da informação que operam à velocidade da luz, configuram os processos e funções predominantes nas organizações e na própria sociedade. Além disso, a morfologia da rede é uma fonte drástica de reorganização das relações de poder. As conexões que ligam, por exemplo, os fluxos de capital financeiro, que assumem o controle de impérios da mídia e que influenciam os processos políticos, representam instrumentos privilegiados de poder. Para sua operação e concorrência, o capital financeiro depende do conhecimento e da informação gerados e aperfeiçoados pela tecnologia da informação. Esse é o significado concreto da articulação entre o modo capitalista de produção e o modo informacional de desenvolvimento.

Assim, os ‘conectores’ tornam-se fontes predominantes na formação e orientação das organizações e da própria sociedade. As relações sociais entre capital e trabalho estão sofrendo uma grande transformação. Na essência, o capital é coordenado globalmente e, via de regra, o trabalho é local e individualizado. A tecnologia da informação, em sua realidade histórica, leva à concentração e globalização do capital, exatamente pelo emprego do poder descentralizador das redes, enquanto a força de trabalho está fragmentada em seu desempenho e organização. Os trabalhadores perdem sua identidade coletiva, tornam-se cada vez mais individualizados quanto às suas capacidades, condições de trabalho, interesses e projetos.

Distinguir quem são os proprietários, quem são os produtores, quem são os administradores e quem são os empregados está ficando cada vez mais difícil em um sistema produtivo de geometria variável, trabalho em equipe, atuação em redes, terceirização e subcontratação.

Para Toffler (1998), a chamada terceira revolução do sistema capitalista, que está ocorrendo no domínio da comunicação e transmissão da informação, mais do que nunca está colocando

o conhecimento como elemento estratégico no mundo e na sociedade organizada em rede. Assim, a busca do controle da informação ocupa, nos dias atuais, um lugar destacado na evolução e no aperfeiçoamento das técnicas de controle nas empresas.

O conhecimento e a chamada ‘especialização flexível’ são condições necessárias para acessar um posto de trabalho; os controles são realizados a distância, através de mecanismos sutis e sofisticados, questões estratégicas são decididas na ‘matriz’, etc. O que parece que realmente mudou são as condições de trabalho, onde os profissionais, aparentemente, têm uma maior autonomia e liberdade criativa, mas, ao mesmo tempo, uma pressão permanente em função da perda de estabilidade.

E nesta perspectiva, as políticas públicas de emancipação digital vêm atender a este cenário de transformações provocadas pelas TIC. Estas já foram apresentadas como uma tentativa de garantir o acesso dos cidadãos às ferramentas tecnológicas. Buscam dirimir a lacuna entre os que a elas têm acesso e os que estão excluídos desses processos de aquisição de informação para construir o conhecimento necessário à participação no processo de produção capitalista.

Com a globalização, a rede se constitui em uma metáfora de conglomeração comercial em que as multinacionais se aglutinam para exploração da mão-de-obra e acumulação do capital, usando a internet como ferramenta desta ação. Neste cenário, as políticas públicas das TIC se constituem uma rede de conexão de interesses divergentes e conflitantes, que legitimam as intencionalidades neoliberais.

3.1.1 Emancipar os sujeitos ou incluí-los digitalmente?

Concebe-se, em geral, que há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa, mediadas por computadores conectados à internet e prescrevem-se como soluções democráticas a universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação.

Dessa forma, disseminam-se centros de acesso público à internet, cursos de ‘alfabetização tecnológica’ e outras iniciativas destinadas a minimizar a exclusão digital entre as comunidades de baixa renda. Como se trata de uma questão complexa, propõe-se uma análise em duas dimensões básicas que se complementam: por um lado, as concepções e por outro, as ações no campo da inclusão digital para compreender e refletir acerca da emancipação por

meio das TIC. No âmbito das concepções sobre o tema, poder-se-ia preliminarmente buscar a compreensão sobre os conceitos de inclusão/exclusão digital na tentativa de identificar possíveis posições epistemológicas, ideológicas e sociopolíticas, através da seguinte questão: as ações e métodos no campo da inclusão digital têm cumprido seus propósitos de emancipar os indivíduos na sociedade da informação?

Para compreender o cenário em questão, buscando uma definição, alguns autores colocam a inclusão digital como a distribuição de ferramentas tecnológicas às classes menos favorecidas, ou curso de operacionalização destas máquinas, considerados como cursos de Alfabetização Digital.

Para Seabra:

‘Inclusão Digital’ é a denominação dada, genericamente, aos esforços de fazer com que as populações das sociedades contemporâneas – cujas estruturas e funcionamento estão sendo significativamente alterados pelas tecnologias de informação e de comunicação – possam: obter os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de tecnologia de informação e de comunicação existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos (2003, p.11).

Nesta perspectiva, acredita-se que apenas o acesso por si só garantirá a emancipação do sujeito na sociedade informática, sem considerar as questões de ordem social e econômica de negação total do sujeito produzido historicamente como autor e construtor de sua existência humana.

Emancipar digitalmente os sujeitos da sociedade informática vai além do acesso às ferramentas tecnológicas ou da sua referência ao ciberespaço com a criação de *e-mail*, é permitir ao cidadão a possibilidade real de interagir com autonomia nas redes digitais como produtor de conhecimentos com competência para utilizar os dispositivos de participação social e política através da rede (PRIMO, 2005, p 47).

Em tempos de sociedade determinada pelo conhecimento adquirido e sua possibilidade de aplicação, o acesso à informação acena como peça-chave, a partir do qual muitos caminhos dentro do ambiente social podem ser contemplados. À primeira vista, isto decorre do contato com as tecnologias da informação, seja através do reconhecimento inicial do conteúdo em formato digital, do uso de ferramentas tecnológicas existentes na produção de conhecimento novo ou da construção de novos instrumentos capazes de atender às demandas permanentes do mundo da informação.

Entretanto, um numeroso contingente de indivíduos está excluído deste já do complexo

universo sintético de consumo e produção de dados. Estes são os denominados ‘excluídos digitais’. Do mesmo modo que se convencionou tratar os desprovidos dos bens sociais básicos como marginais à sociedade estabelecida, os excluídos digitais apresentam-se como os marginais aos meios de acesso à informação e geração de conhecimento. Com efeito, estes excluídos, que, em várias oportunidades, se confundem com os trivialmente tachados de marginais, estão alheios ou dificilmente se revelam aos processos de alcance das necessidades de subsistência, cidadania, interação social e de consciência do mundo em volta.

Freire afirma:

A curiosidade, própria da experiência vital, se aprofunda e se aprimora no mundo da existência humana. Enquanto inquietação em face do *não-eu*, espanto ante o desconhecido, ante o mistério, desejo de conhecer, de desvelar o escondido, de procurar a explicação dos fatos, de averiguar, de investigar para constatar, que possibilita a curiosidade é motor do processo de conhecimento (2000, p.103).

E emancipação digital pressupõe formação para a autonomia, propiciando aos sujeitos a capacidade de decidir e, ao mesmo tempo, de arcar com as conseqüências dessa decisão, assumindo, portanto, responsabilidades. Ao fazer parte dos processos sociais, os sujeitos terão maior capacidade de mobilização social e participação ativa em todas as instâncias. Representa, pois, o desenvolvimento de espaço em que homens e mulheres sejam capazes de agir e refletir sobre os seus atos.

De fato, ao nos aproximarmos da natureza do ser que é capaz de se comprometer, estaremos nos aproximando da essência do ato comprometido. A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir (FREIRE, 1983, p.16).

Compreendendo o sujeito como um ser pensante autônomo e responsável pelas ações e decisões dentro do seu contexto social, capaz de produzir respostas e não apenas cumprir ordens e decisões que vêm de outros, a emancipação digital promove a participação democrática de todos os sujeitos e todas as classes sociais. Assim, visa à educação para a autonomia, ou seja, para a emancipação fundamentada na consciência da necessidade do conhecimento. Sabedores da sua inconclusão, homens e mulheres procuram, ao longo de suas vidas, saber mais. Esse buscar constante é característica humana, baseada na esperança.

Esta é o princípio essencial e propulsor para a realização de qualquer conquista, pois fornece as forças necessárias para que a luta seja enfrentada. Para Freire (1997), a esperança constitui-

se apenas como o primeiro passo, ao qual se deve juntar a prática, a fim de que o ser humano possa construir com sua história. Isoladamente, a esperança se torna uma força inerte, sem capacidade de concretização e que se transforma em espera, agindo ‘sem se deixar levar’ e levando à desesperança. É um imperativo existencial e histórico básico, mas insuficiente, pois sozinha não ganha a luta e sem ela a luta fraqueja. Tem sentido se é partejada na inquietação criadora do combate, na medida em que também pode partejar novas lutas em outros níveis, desvelando as possibilidades pelo fundamento ético-histórico. A esperança, como necessidade ontológica, precisa ancorar-se na prática para tornar-se concretude histórica, condição indispensável para a conscientização na luta.

A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, a desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo. Só há História onde há tempo problematizado, e não pré-datado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História (FREIRE, 1997, p.81).

A emancipação digital possui o papel de inserir os excluídos digitais no contexto da sociedade movida pelos processos de criação, produção e sublimação da informação em conhecimento. Este não é a mera percepção dos objetos ou das coisas quando se tem somente uma impressão de que existem; vai muito além. O verdadeiro conhecimento não se transfere de forma mecanicista, isto é, daquele que conhece para aquele que ignora, antes, faz-se construir através das relações do homem com a realidade, de maneira crítica. O conhecimento somente pode ser engendrado por sujeitos que atuam sobre a sua realidade, procurando diagnosticar seu conteúdo, desvendando os seus mistérios, sua essência e dando sentido cultural e científico ao resultado. Exige persistência, acuidade e desejo de avançar, construindo a eterna vontade de dominar o desconhecido e transformar a realidade opressora. “[...] não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (FREIRE, 1992, p.36).

Significa efetivar os excluídos digitais na sociedade da informação, por meio de políticas que visem ao seu crescimento auto-sustentável, de forma colaborativa e gradual, e não com medidas emergenciais e paliativas. Conseqüentemente, emancipação digital remete à busca da reflexão do mundo e da localidade, das condições de sobrevivência (emprego, alimentação, moradia, etc.), do estímulo ao conhecimento renovado e à crítica do já existente e da diminuição das desigualdades sociais.

3.1.2 A formação da consciência crítica na educação emancipatória

A chamada sociedade da informação e do conhecimento traz consigo impactos sociais capazes de levar a uma transformação maior que a produzida pela máquina a vapor. Um mundo baseado cada vez mais na troca de valores simbólicos, do dinheiro à informação, vai mudar o eixo da economia, acabar com o conceito atual de trabalho, valorizar mais que tudo o conhecimento e a aprendizagem. Neste contexto, produzem-se novos excluídos, os que têm acesso às informações e os que a elas não chegam.

Em um mundo em constante mudança, a educação escolar tem de ser mais do que uma mera assimilação certificada de saberes, muito mais do que preparar o consumidor ou treinar pessoas para a utilização das tecnologias de informação e comunicação. A escola precisa assumir o papel de formar cidadãos para a complexidade do mundo e dos desafios que ele propõe. Preparar os cidadãos para refletir criticamente ante o excesso de informações e com a mudança provocada pela sociedade em rede, as transformações sucessivas dos conhecimentos em todas as áreas, o surgimento de novos perfis profissionais, o tempo curto de existência de novas e promissoras profissões e a fragilidade em que se encontram conquistas sociais tradicionais – como o trabalho assalariado – requer a formação de novas habilidades para saber conviver em permanente processo de transformação.

O desenvolvimento científico e tecnológico, sobretudo da indústria eletroeletrônica, tem sido associado ao processo de globalização da economia. Estar fora dessa nova realidade social – chamada de sociedade da informação – é uma forma de anulação na tomada das decisões e do movimento global da economia, finanças, políticas, etc., das informações e interações com todo o mundo. A sociedade excluída do atual estágio de desenvolvimento tecnológico está ameaçada de viver em estado permanente de dominação, subserviência e barbárie.

Há mais de uma década, diversos países têm procurado elaborar políticas públicas que orientem a inserção da nação nessa nova sociedade. No Brasil, lançou-se esse programa em 1999³². Foi elaborado um documento com a participação de profissionais de várias áreas do conhecimento e vários setores – público, privado e terceiro setor – e instituições: o “Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil”, ou simplesmente, o “Livro Verde” (PRETTO, 2002). Nele são apresentadas as bases para a discussão de um novo projeto de sociedade em

32 Disponível em <<http://www.socinfo.gov.br>>.

todas as áreas: educação, mercado de trabalho, serviços, identidade cultural, governo, etc.

Educar para a sociedade da informação, de acordo com o “Livro Verde”, é investir na criação de competências suficientemente amplas que permitam ter uma atuação efetiva na produção de bens e serviços, tomar decisões fundamentadas no conhecimento, operar com fluência os novos meios e ferramentas em seu trabalho, bem como aplicar criativamente as novas mídias, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas. Trata-se também de formar os indivíduos para ‘aprender a aprender’, de modo a serem capazes de lidar positivamente com a contínua e acelerada transformação da base tecnológica (L. VERDE, 2000, p. 45 a 47).

Sabe-se que, entre as competências desenvolvidas, esperadas pelo “Livro Verde”, está a preparação da mão-de-obra barata para exploração no mercado de trabalho. É notório, nas propostas da sociedade da informação, o incentivo ao uso da internet como uma ferramenta de educação em massa, com a finalidade de diminuir os investimentos em uma educação mais qualificada para a formação de cidadãos que exerçam, de fato, a sua cidadania. O governo neoliberal acredita que, com a sociedade da informação, a capacidade de ‘aprender a aprender’ em uma perspectiva capitalista de conceber o educando e a educação como consumidores de ‘conhecimentos’ possibilitará a disseminação da sociedade do consumo e o enfraquecimento da globalização solidária. Conseqüentemente, assiste-se a uma avassaladora onda de universidades privadas a distância e ao sucateamento das universidades públicas. E, com todo o respeito e credibilidade com que se faz educação, principalmente a distância, sabe-se que as universidades que se modernizaram ou vêm se modernizando para atender às propostas do “Livro Verde” têm o compromisso de única e exclusivamente acumular capital. E educação virou consórcio, negócio para quem tem dinheiro para explorar a miserabilidade dos que foram excluídos do processo de inserção nas universidades públicas.

Pensar a educação na sociedade em rede exige considerar um leque de aspectos relativos às TIC e às suas contribuições para a emancipação social, e não como uma forma de aprofundamento dos processos de exclusões sociais a que submete o mercado consumidor e explorador, a começar pelos papéis que elas desempenham na construção de uma sociedade que tenha a inclusão e a justiça social como duas das prioridades principais.

Para Hetkowski (2004), o uso das tecnologias em educação, na perspectiva orientada para a crítica aos propósitos da sociedade da informação no Brasil, exige a adoção de novas

abordagens pedagógicas, novos caminhos que acabem com o isolamento da escola e a coloquem em permanente situação de diálogo e cooperação com as demais instâncias existentes na sociedade, iniciando com os seus próprios alunos. Para que as práticas dos professores venham atender a tais objetivos é preciso, segundo a autora, repensar suas políticas públicas de formação para que possam, efetivamente, explorar “os espaços virtuais enquanto potência que concede a alunos e professores e os autorizam a reclamar pela democracia dos saberes e pela liberdade na busca e na troca de informação” (2004, p.160).

A escola não vai perder sua posição de instituição social e educacional, mas vai ampliar a sua missão para que possa responder a uma pluralidade de mandatos sociais (de instrução, de socialização, de profissionalização, de participação colaborativa, de formação ética, de desenvolvimento estético e cultural), subordinando-os não apenas ao referente econômico – formar recursos humanos, fatores de produção –, mas ao desenvolvimento das pessoas, qualquer que seja a sua idade, qualquer que seja o momento em que procuram o ensino e a formação. Nesta proposta de atuação, a escola encontra nas TIC uma oportunidade de redimensionar as suas ações para além da formação para o mercado de trabalho, vislumbrando a formação para a vida.

A educação escolar não deverá servir apenas para a preparação das pessoas para o exercício das funções sociais e a sua adaptação às oportunidades sociais existentes, ligadas à empregabilidade, cada vez mais fugaz. Não estará voltada também para a exclusiva aprendizagem instrumental de normas e competências ligadas ao domínio e fluência no emprego de equipamentos e serviços, como simples usuários. A escola deve, antes, se pautar pela intensificação das oportunidades de aprendizagem e autonomia dos alunos em relação à busca de conhecimentos, da definição de seus caminhos, da liberdade para que possam criar oportunidades e serem os sujeitos da sua existência (FREIRE, 1997).

Para Hetkowski (2004), o ciberespaço, como um novo espaço pedagógico, oferece grandes possibilidades e desafios para a atividade cognitiva, afetiva e social dos alunos e dos professores de todos os níveis de ensino, ou seja, da educação infantil à universidade. Mas para que isso se concretize é preciso olhá-lo sob uma nova perspectiva. Até aqui, os computadores e a internet têm sido vistos, sobretudo, como fontes de informação e como ferramentas de transformação dessa informação. Mais do que o caráter instrumental e restrito do uso das tecnologias para a realização de tarefas em sala de aula, é chegada a hora de alargar os horizontes da escola e dos seus participantes, ou seja, de todos os sujeitos que dela

precisam, tanto dos alunos ansiosos pela renovação da sala de aula, como dos professores que estão cansados das políticas públicas que não transformam os seus espaços profissionais e não contemplam a sua formação.

O que se propõe para a educação de cada cidadão dessa nova sociedade é não apenas formar o consumidor e usuário de tecnologias cada vez mais distintas, mas que todos tenham condições de também serem criadores, autônomos e críticos em suas aprendizagens e escolhas, podendo até mesmo ser produtores e desenvolvedores de tecnologias. Mais ainda, que possam não apenas aprender a usar e produzir, mas também interagir e participar socialmente. E, deste modo, integrar-se em novas comunidades e criar novos significados para a educação em um espaço muito mais ampliado. Sair da sala de aula e alcançar o mundo.

Como diz Hetkowski (2004, p. 133), “a sociedade e as tecnologias não seguem um rumo determinista. O rumo depende muito dos seres humanos e, sobretudo, da sua capacidade de discernimento coletivo”. O problema com que se defronta não é o simples domínio instrumental da técnica para continuar a fazer as mesmas coisas, com os mesmos propósitos e objetivos, apenas de uma forma um pouco diferente. Não é tornar a escola mais eficaz para alcançar os objetivos do passado. O problema é levar a escola a contribuir para uma nova forma de humanidade, onde a tecnologia está fortemente presente e faz parte do cotidiano, sem que isso signifique submissão a ela. As tecnologias podem contribuir, de modo decisivo, para transformar a escola em um lugar de exploração de culturas, de realização de projetos, de investigação e debate.

A tecnologia em si é inerente ao homem e vem lhe acompanhando desde que está na Terra. Portanto, ela é o que fazemos dela, seus fins não são determinados pelas ferramentas, mas pelo que o homem determina que ela se torne. A tecnologia amplia e potencializa a ação humana. Um telefone celular é um dos exemplos do que uma tecnologia pode dinamizar dentro de uma sociedade dependendo de quem o usa e com que objetivo; com um médico, o telefone celular pode salvar vidas e com um traficante de drogas, em uma periferia ou nos presídios, pode ser uma arma de destruição de milhões de vidas.

O reconhecimento de que a realidade é mutável e aberta a revisões e à busca da análise das TIC no contexto social só será possível com a formação da consciência crítica, que, para Freire (1994), é a percepção do “eu” e do “outro” em uma interação com todos e, conseqüentemente, com o mundo. As TIC são este mundo, mundo de possibilidades, de

interações, colaborações e comunhão com o contexto social do qual ela faz parte.

A emancipação digital deve ter como princípio a condição humana da pluralidade, dos espaços de convivência do homem que, estando em comunhão com outros homens, seja capaz de buscar soluções para seus problemas coletivos.

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição – não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* – de toda vida política (ARENDR, 1981, p.5).

A emancipação digital está na esfera pública que, para Arendt (1981), é o espaço gerenciador de poder, onde surge em meio à negociação dos diversos interesses e ganha forma com a ação conjunta dos sujeitos coletivos. O poder é, segundo a autora, gerado na esfera pública, e não no centro do sistema político. Não é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e dura o tempo que este grupo se mantiver unido. Por isso, ao se falar do poder de alguém, na verdade se está dizendo que este alguém está autorizado por certo número de pessoas a atuar em nome delas. “Quando este mesmo conjunto de pessoas que deu origem ao poder desaparece, acaba também o poder do representante político” (ARENDR, 1981, p.12).

O que legitima o processo democrático é a participação dos sujeitos coletivos. Possibilitar a todos o acesso ao conhecimento produzido, principalmente nos espaços públicos não formais como os CDC, é garantir-lhes a sua condição humana de ser e estar no mundo onde a esfera do poder não está com outros, mas com todos.

Ao se falar em emancipação digital como condição humana, pensa-se em uma ação de construção e disseminação dinâmica de um conhecimento assimilado na realidade e que pode ser caracterizada como uma ação social, política, econômica ou técnica; representa um conjunto de atos voluntários pelo qual o indivíduo reelabora seu mundo e tenta modificar seu espaço. Trata-se de um início do que não se realizou antes e que só se completa na pluralidade política e resultará sempre em uma modificação como resultado da ação; ainda que possa ocorrer uma volta, para uma permanência ao estado inicial, o processo em si terá modificado a realidade. É um estoque que se pode chamar para reelaborar. É um acervo pessoal, mas em uma comunidade adiciona-se, implicitamente, para dar sinais do estado de aprimoramento ou desenvolvimento social e cultural atingidos.

Existem muitas possibilidades a serem utilizadas por quem ensina visando a uma aprendizagem cujo sujeito que aprende seja capaz de recriar ou de refazer o aprendido de forma crítica, buscando a curiosidade epistemológica. Esse deve ser um dos compromissos do educador para com a consciência crítica do educando. O professor progressista deve ter como instrumento de aprendizagem a rigorosidade metódica, que se constitui na forma de se aproximar dos objetos cognoscíveis, ou dos conteúdos e trabalhar com os educandos dentro desta rigorosidade metódica que os levará a aprender criticamente. Para isto, o educador deve reconhecer o seu dever de reforçar a capacidade crítica, a curiosidade e insubmissão do educando, sua inquietação, a humildade e a persistência diante do conhecimento. Dentro deste clima, o educador forma uma parceria com o educando para processar o ciclo gnosiológico – ensinar e aprender o conteúdo já existente e produzir seu próprio conhecimento. Se o educador escolhe esse caminho, ele, a todo instante, estará despertando a curiosidade do aluno e ensinando-lhe a pensar certo (FREIRE, 1997).

A curiosidade é a matriz tanto do pensamento ingênuo, senso comum, como do pensamento crítico. Paulo Freire assim se refere (1997, p.95): “Como professor, devo saber que, sem a curiosidade que me move, me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

A curiosidade é um direito que todo ser humano tem, mesmo sujeito a limites. A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de ‘tomar distância’ do objeto, de observá-lo, de delimitá-lo, de cindi-lo, ‘de cercar o objeto’ ou fazer sua aproximação metódica, sua capacidade de comparar e de perguntar. A curiosidade domesticada, ao contrário, só permite a memorização mecânica do perfil do objeto ou do conteúdo.

Portanto, a curiosidade é mola mestra para desencadear o processo de aprendizagem, servindo também de estímulo à criatividade. O papel do professor progressista é, portanto, permitir que o educando supere a curiosidade ingênua, domesticada, espontânea e chegue à curiosidade epistemológica.

Ao preparar uma aula, antes de pensar em qualquer técnica, material e método, o professor deve se lembrar que a pedra fundamental para uma aula dinâmica é a curiosidade do ser humano. É a curiosidade que faz o aprendiz perguntar, conhecer, atuar. Se ela é inibida, bloqueada, é porque a curiosidade do professor também é inibida.

Conseqüentemente, a curiosidade aguçada leva o aprendiz a pesquisar. “Não há ensino sem

pesquisa e pesquisa sem ensino, esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro” (FREIRE, 1997, p. 29). Portanto, o professor precisa assumir-se como pesquisador para exercer seu papel, assim como deve estimular e orientar o educando na pesquisa. É através dela que educador e educando podem transitar entre o pensamento ingênuo e o pensamento crítico epistemológico. Este é um compromisso do educador com a formação da consciência crítica do aprendiz, cuja promoção não se dá automaticamente.

Estimulado a pesquisar, o educando inicia a aprendizagem de pensar certo. Nesse processo, o professor só pode ensinar a pensar certo se ele próprio pensa certo. Se ele se limita a memorizar, a repetir frases prontas e a cobrar de seus alunos apenas o que foi falado em sala, jamais será um professor que pode ensinar a pensar certo. A condição principal para que isso ocorra é “não estarmos demasiadamente certos de nossas certezas”, é duvidar. Daí que a postura arrogante, vaidosa, de quem se sente dono da verdade está distante de quem pensa certo (FREIRE, 1997).

Pensar certo implica, do ponto de vista do professor, tanto o respeito ao senso comum, quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Justamente porque a promoção da curiosidade ingênua para a curiosidade epistemológica não acontece por ruptura, mas pela superação, é que uma das tarefas principais da prática educativa progressista é o desenvolvimento da curiosidade crítica. Ela é processada no dia-a-dia do trabalho educativo e vai preparando o ser humano para saber se defender dos excessos da racionalidade do mundo moderno: tecnologismo, velocidade, competição, incentivo exacerbado pelo ‘ter’ em lugar do ‘ser’. Isto não significa a negação nem da ciência nem da tecnologia, mas a necessidade de se saber olhá-las de forma praticamente curiosa, investigativa.

Não basta que as pessoas simplesmente se lembrem das informações: elas precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las. Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam idéias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. O papel da emancipação digital é ressignificar os espaços de aprendizagens, garantindo aos sujeitos sua potencialidade de transformar as informações adquiridas em saberes críticos capazes de dar resposta às suas problemáticas reais.

3.1.3 O respeito ao saber dos educandos e suas novas possibilidades de interatividade na sociedade em rede

A comunicação simbólica entre os seres humanos e o relacionamento entre esses e a natureza, com base na produção e no consumo, na experiência e no poder, cristalizam-se ao longo da história em territórios específicos, e assim geram culturas e identidades coletivas. De acordo com Castells (1999), cada vez mais, as pessoas organizam seu significado não em torno do que fazem, mas com base no que são ou acreditam que são.

Respeitar o saber dos educandos e discutir com eles a razão de ser desses saberes, relacionando-os aos conteúdos propostos pela escola, é um dever do professor. Os saberes dos educandos referidos por Freire (1979) são aqueles construídos socialmente na vida comunitária, nas experiências familiares. Os aprendizes, principalmente das classes populares, têm um acúmulo de experiências, as quais, abordadas ou inseridas nos currículos fundamentais, tornam-se desafios, instigações que alimentarão a curiosidade, a pesquisa e darão grande contribuição à aprendizagem do pensamento crítico. Esses temas partem do descaso como são tratadas, pelo governo, as áreas periféricas da cidade, até a violência com que convivem no dia-a-dia, banalizando a vida. Os saberes curriculares podem ser vinculados à experiência social que eles têm vivenciado, tornando o ensino e a aprendizagem mais significativos e efetivos, porque realistas. A tessitura da rede se configura como espaço de trocas significativas na constituição de reelaboração da vida cotidiana com respeito às singularidades e diferenças.

Os espaços de aprendizagens formais e não formais, e os movimentos sociais, com espaços de atuação nas questões da vida cotidiana tendem a serem fragmentados, locais, encolhidos em seus mundos interiores ou brilhando por apenas um instante em um símbolo da mídia. Nesse mundo de transformações confusas e incontroladas, as pessoas tendem a reagrupar-se em torno de identidades primárias: religiosas, étnicas, territoriais, nacionais. O fundamentalismo religioso, provavelmente, é a maior força de segurança pessoal e mobilização coletiva nestes anos conturbados (CASTELLS, 1999).

Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca pela identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social. A identidade está se tornando a principal fonte de significado em um período histórico, caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições,

enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras. Nessa esquizofrenia estrutural entre a função e o significado, os padrões de comunicação social ficam sob tensão crescente.

A fragmentação social se propaga, à medida que as identidades tornam-se mais específicas e cada vez mais difíceis de compartilhar. Nas palavras de Castells (1999),

a teoria e a cultura pós-moderna celebram o fim da história e, de certa forma, o fim da razão, renunciando à nossa capacidade de entender e encontrar sentido até no que não tem sentido. A suposição implícita é a aceitação da total individualização do comportamento e da impotência da sociedade ante seu destino (CASTELLS 1999, p.123).

O mesmo autor faz uma interessante abordagem sobre a questão dos modos de produção e desenvolvimento. A relação entre a mão-de-obra e a matéria no processo de trabalho envolve o uso de meios de produção para agir sobre a matéria com base em energia, conhecimentos e informação. A tecnologia é a forma específica desta relação. O produto do processo produtivo é usado pela sociedade de duas formas: consumo e excedente. O princípio estrutural de apropriação e controle do excedente caracteriza um ‘modo de produção’.

No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. A essência desse modo de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios saberes como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração daqueles e o processamento da informação.

Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade, a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência, modificando-os. Dessa forma, os modos de desenvolvimento modelam toda a esfera de comportamento social, inclusive a comunicação simbólica. Como este período histórico baseia-se na produção de conhecimentos e informação, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. De acordo com Castells (1999), o termo ‘informacional’ indica o atributo de uma forma específica de organização social em que a

geração, o processamento e a transmissão da informação tornam-se as fontes fundamentais de produtividade e poder, devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico.

Nesta perspectiva, a pedagogia da virtualidade, pautada na pedagogia freiriana, permitirá a releitura do mundo e as atuações no mundo para além da leitura da palavra, no reconhecimento de que as TIC são imprescindíveis para o intercâmbio de experiências e na produção de novos conhecimentos. Freire (1997, p.47) alertou que “ensinar não é transferir conhecimento”, mas criar as possibilidades para que o educando construa sua própria produção ou construção. Uma coisa é ensinar a pensar certo, outra coisa é transformar o educando em discípulo de sua forma de pensar. Esta é uma prática na qual o educador revela a falta de ética no trato com o ser em formação, porque o está tratando como objeto no processo da aprendizagem. Pensar certo implica o entendimento e não se dá no isolamento ou na repetição do que se diz, mas na co-participação, na troca, na construção da autonomia de quem aprende. “Ensinar não é transferir conhecimentos,” é outro saber necessário ao professor e que precisa ser apreendido pelo educando pelas razões de ser ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica e também pela experiência vivida.

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas que as possibilidades para sua própria produção de conhecimento partem, fundamentalmente, da habilidade de pensar certo é um saber tão necessário ao educador como ao educando e ambos devem estar vigilantes para que não haja desvio no processo de ensino e aprendizagem. Pensar certo implica saber duvidar, relativizar os fatos, evitando assim os simplismos e coerências grosseiras. Por outro lado, quando se busca o pensar certo, vive-se a humildade que faz declarar o próprio equívoco. A expressão seguinte deixa bem claro em que consiste o pensar certo: “Por mais que me desagrade uma pessoa, não posso menosprezá-la com um discurso em que, cheio de mim mesmo, decreto sua incompetência absoluta” (FREIRE, 1997, p. 65).

Saber pensar certo em todos os aspectos implica também a questão do respeito ao ser humano pelas razões ontológicas, políticas e éticas. A consciência que o ser humano tem de sua inconclusão é o que o impulsiona a buscar, nas muitas possibilidades, a capacidade de se inserir no mundo como sujeito. A esperança que se deve ter no futuro e no seu aprimoramento vem da consciência de seu inacabamento. Por isso, acredita que é um ser educável, o que justifica o seu movimento social de busca. Consciente de seu inacabamento, o ser humano passa a saber que sua vida não é predeterminada, preestabelecida, ao contrário, passa a

vislumbrar um mundo de possibilidades.

Diante da complexidade do mundo, o ser humano compreende que a existência implica assumir o direito e o dever de optar, de decidir, de lutar, de fazer política, passando a ser disponível “à tensão radical e profunda entre o bem e o mal, entre a dignidade e a indignidade, entre a decência e o despudor, entre a boniteza e a feiúra do mundo” (FREIRE, 1997, p. 64).

Entretanto, sabendo-se inconcluso, o ser humano precisa tomar conhecimento de que as condições materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas quase sempre se constituem barreiras ao processo de cumprimento da tarefa de transformar o mundo. Mas estas barreiras podem ser superadas, porque os “obstáculos não se eternizam.” Desta forma, consciente de sua inconclusão e dos condicionamentos do mundo em que vive, o ser humano entra no movimento de busca social, com expectativa e esperança de não se limitar a ser apenas objeto, mas sujeito da História que está construindo. E neste nível de atuação se depara com a ética.

Para Freire, (1997), a eticidade devia ser uma exigência radical para a existência do ser humano na sociedade, sem que fosse preciso a formação. É justamente o contrário, quanto mais o ser humano evolui em grau de consciência da realidade, participando, assumindo responsabilidades, fazendo intervenções no processo da transformação do mundo, mais precisa de formação e advertência a respeito da ética. Por isto, a eticidade é um dos temas mais polemizados tanto quando se refere à educação, como às TIC e, conseqüentemente, às relações humanas no mundo contemporâneo. O ser humano, à medida que se desenvolve, se vê diante de maiores possibilidades de negar ou trair a própria ética.

Freire (1997) se refere à postura dos adeptos do neoliberalismo que, diante dos problemas sociais que só atingem as classes populares, têm discurso fatalista. Quando os prejuízos atingem também a classe dominante, o discurso é de possibilidades, é uma questão de disciplinar o problema, de sorte que os prejuízos sejam minimizados para os poderosos. Um dos exemplos citados: “Não há o que fazer, o desemprego é uma fatalidade do final do século.” Com relação à Reforma Agrária, o tratamento já é diferente. É possível disciplinar o problema amaciando, a qualquer custo, os “turbulentos e arruaceiros sem terra”. A Reforma Agrária não é tratada como fatalidade. Estes são exemplos da falta de **ética** tão freqüente dos que têm o poder, dos donos do mundo em relação aos oprimidos, apresentados pelo autor.

Assim, fica claro que o ser humano, consciente de sua inconclusão e dos condicionamentos da

sociedade, precisa receber constantemente uma formação ética, sabendo também que as possibilidades de desvios da ética não são um direito, mas “a ruptura com a decência” é que deve ser considerada uma transgressão. Retomando as relações em sala de aula, o professor também deve ter a consciência de que, no seu fazer pedagógico, determinadas atitudes ferem a eticidade: ironizar o aluno, desrespeitar sua curiosidade, a sua linguagem, reagir com autoritarismo diante do mais leve sinal de rebeldia do aprendiz. Tanto o autoritarismo como a licenciosidade por parte do professor são formas de transgredir a ética.

Outros saberes indispensáveis à prática educativa, apresentados por Freire (1997) – o bom senso, a humildade, a alegria, a esperança, o saber escutar e o acreditar que a mudança é possível – merecem ser trabalhados com aprofundamento em todas as experiências pedagógicas que utilizam as TIC como ferramentas de aprendizagem.

Para mim, a coisa fundamental na vida é trabalhar para criar uma existência que transborde da vida, uma vida que seja muito bem pensada, uma vida criada e recriada, uma vida que seja feita e refeita nessa existência. Quanto mais faço alguma coisa, mais existo. E eu existo com muita intensidade (FREIRE, 1997, p.)

4 APRENDENDO COM A PRÓPRIA HISTÓRIA

Este último Capítulo descreve a dinâmica de coleta e análise dos dados, fruto desta pesquisa, que se constituiu no período de um ano de participação no Projeto de Implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa na SECTI, junto aos CDC. Para efetivar este projeto, observou-se, constantemente, a preocupação em não maquiagem os dados, nem dar ênfase à voz do

pesquisador, mas demonstrar os dados coletados no *site* oficial daquela Secretaria nas entrevistas com seus coordenadores de capacitação e no acompanhamento das ações desenvolvidas pela equipe responsável pela elaboração do Projeto de implantação do NUGEC com o fito de compreender como se estabelece a emancipação sociodigital no Estado da Bahia. Este cuidado é necessário para respeitar as questões éticas exigidas em um estudo de caso, uma vez que a “postura do pesquisador” evidencia que

ele precisa ouvir com atenção as opiniões, os argumentos, os pontos de vista que divergem dos seus próprios, já que o estudo de caso deve procurar representar as diferentes perspectivas dos diferentes grupos que têm algum envolvimento com o caso analisado (ANDRÉ, 1995, p.63).

Assim, uma multiplicidade de labirintos foi trilhada e ultrapassada no decorrer do movimento, por isso os passos indicados não seguem ordem seqüencial, apenas orientam a organização metodológica da pesquisa.

No primeiro momento, tem-se a fase exploratória da pesquisa, a qual consistiu em desvendar o campo à pesquisa. Para isso foi necessário fazer, no primeiro ano, um breve diagnóstico dos projetos de Inclusão Digital desenvolvidos no Estado da Bahia, os quais possibilitaram identificar, com mais clareza, o tema a ser pesquisado. Esse diagnóstico, no contexto social, foi entendido como processo de identificação dos problemas relacionados às políticas públicas de informática no Brasil e à exclusão sociodigital. Foi possível identificar a necessidade de não apenas fazer uma pesquisa de campo, mas também um estudo de caso do programa de inclusão sociodigital desenvolvido pela SECTI.

Tomada a decisão por esta abordagem metodológica, iniciou-se a discussão com a SECTI para se aproximar do projeto e poder, assim, compreender como é o processo de implantação e desenvolvimento da inclusão sociodigital em todo o Estado. Com o apoio da coordenação geral do Programa de Capacitação da SECTI, acompanhou-se, durante um ano, o curso de formação dos gestores e monitores dos CDC para Implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa em parceria com a UNEB. Um dos motivos que levaram ao acompanhamento deste curso foram as suas características, isto é, um curso a distância, oferecido pelo ambiente

virtual – *moodle*³³ – e a multiplicidade de agentes sociais participantes do processo – monitores, gestores, professores, mestrandos e graduandos das universidades envolvidas, e a própria equipe de formação da SECTI. E também pelo fato de o estudo de caso exigir muitos conhecimentos e sensibilidade do pesquisador para com o problema estudado, “uma vez que este é o único instrumento de coleta e análise de dados” (ANDRÉ, 1995, p. 97). Não basta apenas participar como um espectador ou um catalisador de informações de documentos oficiais, é preciso conhecer melhor o Programa desde as discussões daqueles que o pensam, executam, ou não, as suas propostas, até aqueles que são ‘beneficiados’ por estas políticas sociais.

Paralelamente à identificação dos problemas e aos diagnósticos levantados, foi necessário abordar e aprofundar quadros teóricos específicos, pois a metodologia optada requer uma reciprocidade entre teoria e prática. Desta forma, em todos os momentos, a reciprocidade alimentou o movimento da pesquisa e buscou superar a bipolaridade instituída academicamente. Sem o conhecimento teórico, a resolução dos problemas práticos não teria sentido e a pesquisa não demonstraria um entendimento amplo do cenário em discussão, principalmente no contexto das políticas públicas das TIC. Não parece viável uma pesquisa sobre a recepção, interação e veiculação de mensagens por determinado público se não houver uma teoria que aborde as TIC. Assim, todo projeto deve estar articulado a um quadro teórico, pois “o papel da teoria consiste em gerar idéias, hipóteses ou diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações” (THIOLLENT, 2002, p. 55).

Durante a pesquisa, havia necessidade de se definir, com mais precisão, quem seriam os sujeitos e como seria a participação dos integrantes. Porém, a pesquisadora, no decorrer de dois anos de atuação, sempre esteve participando de alguns movimentos educacionais no grupo de pesquisa do qual faz parte; desta forma, seria mais coerente associar a pesquisa à sua ação. Assim, como coordenadora do Projeto de Implantação do NUGEC, construí e analisei os módulos do curso e a elaboração da sala de aula no *moodle*, começando a acompanhar as discussões dos cursistas nos fóruns de discussão específicos de todos os módulos. Mais

33 A palavra *Moodle* referia-se originalmente ao acróstico: *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*, que é especialmente significativo para os programadores e acadêmicos da educação. É também um verbo que descreve o processo de navegar despreziosamente por algo, enquanto se faz outras coisas ao mesmo tempo, num desenvolvimento agradável e conduzido freqüentemente pela perspicácia e pela criatividade. É um sistema de administração de atividades educacionais destinado à criação de comunidades *on-line*, em ambientes virtuais voltados para a aprendizagem. Disponível em: <<http://prismatreinamentos.com.br/mod/resource/view.php>>.

adiante, descrever-se-á como foi organizado o curso e como era a participação dos cursistas.

Nesta aventura fascinante e aberta às novas descobertas, ouviram-se os gestores e monitores. Estes são os responsáveis diretos pela efetivação do Programa de Inclusão Sociodigital nos CDC, pelas argumentações, discussões, resistências, decepções, sugestões e a criação de novas propostas para trabalhar e redimensionar as TIC nos CDC. Analisaram-se os fóruns de discussões específicas: projetos sociodigitais, gestão colaborativa e de discussões gerais que foram organizados em cada módulo didático, com duração de uma semana de um módulo para outro, desencadeando função similar a um grande seminário virtual e plenária de discussões, porém com um movimento próprio das tecnologias digitais. Neste momento, serão organizadas algumas falas deste atores sociais; far-se-ão as interpretações sem descaracterizá-las, mas para compreender melhor este momento tão significativo de participação social nas políticas públicas do Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia.

Assim, obteve-se uma participação de 213 gestores e monitores distribuídos em quatro turmas. Cada turma era acompanhada por um professor e tinha participação diária nos fóruns específicos relativos a cada temática abordada. Estes fóruns constituíram uma das fontes de coletas de dados onde foram ouvidos os sujeitos envolvidos no Programa. Exploraram-se todos os recursos interativos e colaborativos do *moodle*: fóruns, *chat*, tarefa, diários, *e-mails*, biblioteca virtual do curso, entre outros. Associados a essa dinâmica, estão muitos textos que foram discutidos com os participantes: textos e documentos oficiais do Programa, textos-base sugeridos pela pesquisadora, textos variados indicados pelos alunos, textos curiosos coletados da internet e de diferentes periódicos. Todos serviram à sustentação teórica, à provocação das mediações, das ações e das interpretações do coletivo.

É justamente essa estrutura flexível e aberta que torna o estudo de caso atrativo, principalmente para aqueles que se sentem à vontade diante do novo, do imprevisto, que gostam de trabalhar em condições pouco estruturadas e que aceitam o desafio do incerto, do impreciso (ANDRÉ, 1995, p. 60).

E, por último, debruçou-se sobre os mediadores³⁴, responsáveis pelo acompanhamento das turmas durante o curso e que também participavam das discussões e interações nos AVAs³⁵;

34 Chamam-se aqui de mediadores os professores responsáveis pela mediação *on-line* nas turmas durante o curso de Implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa no CDC.

35 Segundo Maçada (2004), Ambientes Virtuais de Aprendizagens – AVAs – são sistemas cognitivos que se constroem na interação entre sujeitos-sujeitos e sujeitos-objetos; são utilizados nos cursos a distância, que dispensam a presença física do professor por disponibilizar varias ferramentas, tais como: fóruns, *chat*, wiki, etc., o que possibilita o trabalho interativo e colaborativo entre os sujeitos envolvidos neste processo.

aqui, eles se constituem sujeitos da pesquisa representando as universidades envolvidas no projeto e, conseqüentemente na pesquisa, tendo como instrumento de coleta de dados o relatório de acompanhamento no ambiente, entrevista semi-estruturada nas reuniões de coordenação e o relatório disponibilizado no *moodle* das atividades de mediação em cada turma.

4.1 DESCRIÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Os dados apresentados foram pesquisados nos documentos oficiais do Programa Cidadania Digital, disponível nos seguintes *sites*: <<http://www.cidadaniadigital.ba.gov.br/>>, moodle. berimbau.gov.br. e na Cartilha de Informática Básica, disponibilizada pela SECTI para os CDC. O levantamento dos dados só foi possível por que se contou com o apoio e a colaboração da Coordenação de Capacitação da SECTI e graças à sensibilidade da representante Sônia Pinto, que esteve à disposição sempre que havia necessidade de novas informações complementares.

A seguir, será feita breve descrição do CDC, espaço onde se constituem as políticas públicas de inclusão sociodigital no Estado da Bahia.

4.1.1 Centros Digitais de Cidadania

A inclusão sociodigital tem sido pauta obrigatória no cenário político nacional e internacional e motivação de várias ações, projetos e programas nas agendas sociais no Brasil e em diversos países do mundo. Concebe-se, em geral, que há uma exclusão digital causada pela distribuição desigual do acesso às redes de comunicação interativa, mediadas por computadores conectados à internet e prescrevem-se como soluções democráticas a universalização do acesso a tais redes, assim como a democratização da informação.

Dessa forma, disseminam-se centros de acesso público à internet, cursos de “alfabetização tecnológica” e outras iniciativas destinadas a minimizar a exclusão digital entre as comunidades de baixa renda. Como já é sabido, os CDC são centros públicos de acesso à internet, desenvolvidos pelo Programa de Cidadania Digital da Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia, em parceria com empresas privadas, municípios e organizações não governamentais desde 2006. Têm como objetivo levar às populações mais pobres, inseridas em alto índice de exclusão social, o acesso às TIC, possibilitando a geração

de serviços considerados relevantes para a comunidade local como: educação ambiental, informações sobre geração de trabalho e renda, capacitação profissional, governo eletrônico e seus serviços de cadastramento e recadastramento no Cadastro de Pessoa Física – CPF, pela inspetoria virtual da Secretaria da Fazenda, denúncias no *site* da Ouvidoria do Estado, resgate, na Polícia Militar, de documentos perdidos, emissão de segunda via de contas de luz, água e telefone, inscrição em concursos federais, estaduais e municipais, inscrições em vestibulares, cursos em universidades a distância, entretenimentos, ludicidade e outros. Além disso, os CDC se constituem, também, em espaços concretos para o exercício da cidadania.

Segundo seu Regimento Interno (2008), esses espaços públicos são equipados com dez computadores, uma impressora e um servidor de rede, com *softwares* livres e conectados à internet, que permitem a implementação de um conjunto de informações e serviços à comunidade local, promovendo o acesso gratuito à *web* como meio para o alcance da inclusão social. Todos os *softwares* utilizados nos CDC são livres, tais como o Sistema Operacional Berimbau Linux: editores de textos, planilhas, gráficos, editores de apresentação e programas de navegação na internet, desenvolvidos pela equipe de Gestão de Desenvolvimento da SECTI. Os equipamentos dos CDC são utilizados única e exclusivamente para o desenvolvimento de suas atividades-fins, sendo terminantemente proibidos tanto a retirada de qualquer equipamento, como o uso para outras finalidades, inclusive para realização de trabalhos administrativos das suas mantenedoras.

Os CDC têm a finalidade de desenvolver atividades articuladas com programas educativos, ações comunitárias e dinâmicas de organização local, agregando sentido à utilização dos recursos das TIC, ao tempo em que visa ao fortalecimento de iniciativas de grande relevância para a população local.

As ações realizadas nos CDC devem estar voltadas prioritariamente para: 1. Formação pessoal, social, acadêmica e/ou profissional de jovens e adultos; 2. Geração de trabalho e renda; 3. Participação e mobilização social; 4. Comunicação e articulação comunitária; 5. Expressão e ampliação de repertório cultural (REGIMENTO INTERNO do CDC, 2008, p.02).

Todas as atividades devem ser desenvolvidas respeitando o horário de acesso livre para que os cidadãos possam elaborar e enviar currículos; pesquisar na Internet; criar endereço eletrônico; enviar e receber mensagens; fazer cartazes; confeccionar cartões, avisos, *folders*; utilizar serviços de governo eletrônico para fazer declaração de isento – *site* da Receita Federal; buscar documentos perdidos – *site* da PM; registrar críticas, denúncias e sugestões sobre os serviços prestados pelo governo do Estado da Bahia – *site* da Ouvidoria Geral do Estado etc.

Recomenda-se o desenvolvimento de atividades que visem a introduzir os cidadãos no mundo da tecnologia digital através da sua capacitação para o acesso à informática. Contudo, atividades de mobilização social são prioritárias, considerando que elas têm caráter educacional e cultural; devem ser constantemente desenvolvidas nos Centros, sendo estruturadas em torno de temas de interesse da comunidade. Palestras, painéis, pesquisas dirigidas, encontros temáticos, bate-papos virtuais, eventos culturais, cursos profissionalizantes são exemplos de atividades mobilizadoras desenvolvidas nos CDC (REGIMENTO INTERNO, 2008).

O artigo 06 do Regimento Interno do CDC (2008) diz que os projetos socioeducativos podem ser propostos tanto pelo NUGEC como pelos gestores e monitores dos CDC, no intuito de obter como resultado cidadãos com maior ‘consciência’ e ‘autonomia’ para fazer suas próprias descobertas. Aqueles projetos possuem carga horária flexível e dependem de um planejamento prévio, devendo ainda ser cadastrados no ambiente colaborativo Educ.Berimbau³⁶. (educ.berimbau.ba.gov.br) para que a equipe pedagógica da SECTI possa orientar os gestores e monitores na realização destas propostas socioeducativas para a comunidade. Além de propor adequação dos projetos à realidade da comunidade utilizando as ferramentas digitais, a equipe pedagógica da SECTI recomenda a realização de uma palestra informativa para todo cidadão cadastrado no CDC, com o objetivo específico de mostrar como utilizar a internet de forma segura. Para tanto, o CDC disponibiliza proposta de planejamento e material informativo no *site* do programa.

Nos parágrafos 04 e 05 do artigo 2º do Regimento Interno do CDC (2008), há algumas ressalvas em relação às salas de bate-papo e aos jogos eletrônicos, na tentativa de alertar os monitores e gestores sobre o uso indevidos desses *sites*.

No acesso livre,

a utilização de salas de bate-papo deve ser supervisionada pelos monitores dos CDC, com atenção especial aos menores de 18 anos [...] o uso de jogos pela Internet só é permitido durante a realização de oficinas ou atividades planejadas com este objetivo. Existem jogos disponíveis na solução Berimbau Linux que são livres para o acesso da população (REGIMENTO INTERNO do CDC, 2008, p. 03).

O objetivo é conscientizar as crianças e os jovens a respeito dos cuidados que devem ter com os jogos eletrônicos que incitam a violência, a pedofilia e as discriminações de gênero, étnicas

³⁶ Solução desenvolvida pela Coordenação de Desenvolvimento de *softwares* da SECTI para o cadastramento e acompanhamento de oficinas desenvolvidas nos CDC.

e religiosas. Existem jogos disponíveis na solução Berimbau Linux que são livres para o acesso da população, e nas oficinas os monitores e gestores oferecem uma lista de *sites* com jogos educativos *on-line* para os cidadãos interessados.

Para garantir o acesso da comunidade ao CDC, este funciona, “obrigatoriamente, oito horas por dia, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário comercial, ou conforme os horários preestabelecidos pela instituição mantenedora aonde estiver instalado” (REGIMENTO INTERNO, 2008, p. 03), desde que sejam respeitadas as oito horas obrigatórias. O atendimento pode ser estendido para a noite e/ou aos sábados, domingos e feriados. Os horários de funcionamento dos Centros devem estar afixados em local visível, preferencialmente nas placas apropriadas fornecidas pela SECTI, devendo ser alterados sempre que houver determinação para tal. A programação das atividades desenvolvidas também deve ser afixada em local visível, de forma que a população tenha conhecimento dos horários de cada uma delas. Mesmo com o desenvolvimento de atividades de mobilização social, deve-se respeitar o mínimo de duas horas diárias para o acesso livre. Se, por algum motivo, o CDC precisar suspender suas atividades ou estender para os finais de semanas e feriados deverá comunicar à Coordenação do Programa de Cidadania Digital – PCD da SECTI para que esta autorize previamente.

Como o Programa de Inclusão Sociodigital é uma parceria entre a sociedade civil e os Poderes Públicos – federais, estaduais e municipais – os CDC podem ser estaduais, municipais e comunitários, de acordo com o local em que estão instalados e quem é o responsável por seu funcionamento e manutenção. Os estaduais são as unidades instaladas em estruturas pertencentes ao Estado, que são operadas pelas secretarias ou órgãos estaduais aos quais estão vinculadas e mantidas com recursos do Tesouro Estadual, tais como os que se encontram no Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC ou em escolas públicas estaduais.

Os municipais são as unidades instaladas em estruturas pertencentes ou disponibilizadas pelos municípios, que são operadas diretamente por eles ou através das secretarias às quais estão vinculados e assumem seus custos de manutenção. Geralmente, são instalados em escolas públicas, bibliotecas ou centros culturais de responsabilidade municipal. Já os comunitários “são as unidades instaladas em locais pertencentes ou disponibilizadas pelas instituições sem fins lucrativos, que têm por objetivo desenvolver trabalhos sociais junto à comunidade e se dispõem a operá-las e custear a sua manutenção” (REGIMENTO INTERNO, 2008, p. 04).

Os CDC Comunitários visam a promover a inclusão sociodigital com apoio da sociedade civil organizada e a fomentar a participação ativa dos cidadãos na gestão e execução de serviços públicos não exclusivos do Estado. Como exemplos, têm-se os Centros Sociais Urbanos, responsáveis por 30% dos 23 CDC instalados na capital baiana, Salvador; existem também os que são instalados em terreiros de candomblé, comunidades quilombolas, nas aldeias indígenas, nos sindicatos dos trabalhadores rurais, sindicatos dos aposentados e escolas agrícolas, etc. (SIMPLAN.BERIMBAU, 2008).

As mantenedoras dos CDC – secretarias estaduais, municipais ou organizações comunitárias – deverão garantir o pleno acesso, gratuitamente e sem discriminação de qualquer natureza. Além de manter o CDC aberto e em condições de funcionamento nos horários e dias da semana preestabelecidos com a Coordenação do Programa, cabe-lhes administrar as atividades do CDC, zelando pelo seu bom funcionamento, garantindo a limpeza do ambiente, a segurança e a boa conservação dos equipamentos e mobiliários, bem como a excelência no atendimento aos cidadãos.

Cabe, também, às mantenedoras garantir o envolvimento do gestor dos Centros nas suas atividades. Também devem informar à coordenação de relações institucionais quando do desligamento do gestor do programa, indicando o substituto; garantir que todas as pessoas que exerçam função nos CDC estejam devidamente identificadas através de documentação civil, informando sobre a obrigatoriedade do CPF.

Outra responsabilidade das mantenedoras é com o pagamento dos monitores e gestores. Além de manter em dia o pagamento de todas as despesas com recursos humanos, elas deverão arcar com as despesas do imóvel onde irá funcionar o CDC, pagar as contas de energia, água, telefone, *link* da internet, segurança, etc., providenciar imediatamente a reposição de materiais tais como: papel e *tonner* de impressora, marcador, etc., garantindo, enfim, o pleno funcionamento da unidade.

Os órgãos estaduais, os municípios e as instituições sem fins lucrativos que assumem os CDC são denominados Instituições Mantenedoras. Os municípios e as instituições sem fins lucrativos deverão se responsabilizar pelos seus custos de manutenção com receitas próprias ou com recursos de fontes alternativas, podendo, para isso, firmar parcerias diretamente com a iniciativa privada para o custeio dos mesmos, sem que isso, entretanto, implique qualquer tipo de vinculação com o Estado. Para garantir a sua sustentabilidade, a Instituição Mantenedora

poderá criar e desenvolver projetos especiais, através dos quais obtenha recursos para a manutenção dos CDC, que estarão sujeitos à análise e aprovação da Coordenação Geral do PCD. O Programa de Cidadania Digital também é responsável pela fiscalização e auditoria nos CDC como forma de garantir a inclusão sociodigital e o acesso gratuito de todos os cidadãos às ações ali desenvolvidas (REGIMENTO INTERNO DO CDC, 2008).

Para que a SECTI tenha acesso às ações desenvolvidas pelos Centros, ela desenvolveu várias soluções de coleta de informações no seu sistema de gerenciamento e acompanhamento dos CDC, chamados de ACESSA Berimbau³⁷. Para acesso livre e pesquisa acadêmica ou participar das oficinas lá oferecidas, os monitores e gestores deverão cadastrar os cidadãos no ACESSA Berimbau, que vai gerar uma Identificação Digital-ID para o usuário; este ID é válido para o Programa de Inclusão Sociodigital em todo o território baiano, e também deve ser cadastrado no CDC, que terá seu *login* e senha.

Para a construção e realização de projetos e oficinas, deverá ser cadastrado no Educ Berimbau³⁸ a fim de que a equipe de assessoria pedagógica possa estar acompanhando e orientando no desenvolvimento das ações. Já para os cursos de formação continuada para os gestores e monitores, para troca de experiências, trabalhos colaborativos e esclarecimentos de dúvidas, os monitores têm acesso ao Ead. Berimbau, o ambiente virtual de aprendizagem – *moodle*, desenvolvido pela SECTI, que conta hoje com mais 40 turmas de formação permanente em projetos especiais e formação continuada e duas comunidades virtuais.

Gestores e monitores multiplicadores educacionais³⁹ do CDC. O gestor é a pessoa responsável por coordenar todas as ações do Centro, tendo como base dois papéis fundamentais: um gerencial-administrativo e o outro social.

O papel gerencial-administrativo representa a função operacional e designa as seguintes atribuições: responsabilidade sobre o monitor englobando seu acompanhamento, orientação,

37 Segundo a coordenadora de Desenvolvimento de *Softwares* da SECTI, o ACESSA. Berimbau. ba. gov. br é o sistema de gestão dos CDC gerado a partir do Berimbau Linux; nele os gestores cadastram os cidadãos, registram as ações desenvolvidas nos Centros, como cadastramento de oficinas e de turma, cadastram os membros do NUGEC e registram os relatórios das ações realizadas no CDC. Para isso, basta acessar o acessa.berimbau.ba.gov.br e fazer o cadastro.

38 O Educ. Berimbau é a solução utilizada para o cadastramento das oficinas e das turmas que participarão das mesmas.

39 Diante da relevância de seu trabalho à frente do CDC e das responsabilidades na inclusão sociodigital no Estado de uma dimensão geográfica como a Bahia e, principalmente, da dinâmica de suas atribuições e responsabilidades, acredita-se que os gestores e monitores são multiplicadores educacionais, aqueles que possibilitarão a inclusão sociodigital a partir da democratização do conhecimento emancipatório.

cadastro no sistema de Gestão Berimbau e atualização de cadastro, excluindo monitores desligados e incluindo monitores novos; informar para a coordenação de capacitação PCD quando houver necessidade de formação de novos monitores; acompanhar a alimentação do sistema ACESSA feito pelos seus monitores, controlando cadastro de usuários, solicitação de oficinas, cadastro de turmas, agendamento e verificando atendimento aos cidadãos, cumprimento de normas e regras, entre outros.

É função do gestor do CDC:

Informar à coordenação de relações institucionais quando do seu desligamento do programa; fornecer a documentação necessária ao seu cadastro no ACESSA e emitir relatório semestral cujo modelo está disponível em formulário no próprio sistema. Eles são, também, em alguns CDC, os gurus, aqueles que, na ausência do monitor, acumulam as duas funções. A orientação da SECTI é que eles cobrem da mantenedora a substituição imediatamente do monitor, pois as suas responsabilidades são muitas e não têm nenhuma condição de se efetivarem quando há acúmulo de funções (REGIMENTO INTERNO do CDC, 2008, p.08).

Quanto ao papel social do gestor, este representa a função relacional com a comunidade na qual o CDC está inserido. Uma de suas ações principais é estruturar o NUGEC e ainda acompanhar e auxiliar suas ações. O NUGEC é composto por pessoas da comunidade e tem caráter consultivo e propositivo, visando à melhoria constante dos serviços e das atividades desenvolvidas no CDC. Tem por objetivo “promover a participação ativa da comunidade nos processos decisórios da unidade, estimulando a cultura colaborativa entre o Poder Público e a sociedade civil” (REGIMENTO INTERNO DOS CDC, 2008, p.08), além de identificar as demandas da comunidade, planejando, desenvolvendo e acompanhando ações (projetos, oficinas, palestras, entre outros) que atendam a essas necessidades.

Já os monitores são os responsáveis diretos pelas ações desenvolvidas nos CDC. Estes devem prestar atendimento ao público de forma atenciosa e indiscriminada, proporcionando a utilização eficiente de seus recursos pelos cidadãos e atendendo às suas necessidades. A carga horária de trabalho, dependendo da sua instituição, pode ser de vinte horas ou quarenta horas semanais.

Ao monitor cabe a responsabilidade de planejamento e execução das atividades de inclusão sociodigital. Os monitores devem: fazer o cadastramento dos cidadãos no sistema de gestão – ACESSA Berimbau – para permitir a utilização do CDC no horário de acesso livre e participação nas oficinas; organizar a utilização dos equipamentos, mantendo lista de espera

por ordem de chegada e assegurando o atendimento preferencial; identificar nos cidadãos as necessidades de capacitação e encaminhá-los para o cadastramento em turmas das oficinas específicas; propor projetos junto ao NUGEC do CDC, no sentido de desenvolver oficinas que atendam às necessidades da comunidade local; informar à instituição mantenedora a necessidade de materiais de uso geral, limpeza e segurança; fiscalizar a utilização do CDC, impedindo a prática de ações impróprias ou contrárias ao estabelecido nas normas de funcionamento, zelando pela integridade física dos equipamentos e instalações e pela perfeita ordem do local; ser multiplicadores do processo de capacitação, visando à formação de outros monitores em cada CDC; enviar relatórios periódicos, de acordo com o modelo disponibilizado no sistema Gestão Berimbau (ACESSA), zelando pela precisão e veracidade das informações prestadas (REGIMENTO INTERNO DOS CDs, 2008).

O monitor também é o responsável, juntamente com o gestor, por informar à Central de Atendimento da SECTI qualquer problema que ocorra no CDC com relação ao funcionamento dos equipamentos, sistemas e *softwares*, bem como outros que possam prejudicar o pleno funcionamento da unidade.

A relação dos CDC com a comunidade vem sendo redimensionada ao longo dos anos. No início, a participação da comunidade é garantida pela organização de um Grupo de Mobilização Social (GMS), já previsto no convênio entre a SECTI e a mantenedora. Mas, dos 362 CDC implantados no Estado, apenas 10% contavam com o seu GMS organizado e não se sabia ao certo quantos efetivamente estavam participando das decisões dentro do Centro. Diante dessa realidade, o atual secretário da SECTI convidou as universidades estaduais⁴⁰ para elaborarem uma formação específica para os monitores e gestores com o objetivo de resgatar a participação social dentro do CDC. Este NUGEC teria como papel modificar a realidade local por meio de ações que possibilitem um maior contato da população com o mundo da informática e busca da sustentabilidade dos Centros.

Assim, com o objetivo de possibilitar maior espaço aos atores sociais, como gestores e educadores, para que possam promover, junto com a comunidade, a educação, o conhecimento e a cidadania, via CDC, as universidades propuseram a implantação de um Núcleo de Gestão Colaborativa-NUGEC.

O NUGEC foi implantado depois desta formação oferecida pelas universidades. Cada CDC

40 Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Universidade Estadual do Sudeste da Bahia - UESB, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS e Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC.

possui um NUGEC, cujo objetivo é promover a participação ativa da comunidade nos processos decisórios da unidade, estimulando a cultura colaborativa entre o Poder Público e a sociedade civil. O NUGEC do CDC é composto, no máximo, por 10 pessoas da comunidade⁴¹ e tem caráter consultivo, executivo e propositor, visando à melhoria constante dos serviços e das atividades desenvolvidas no CDC.

Segundo o Regimento do NUGEC (2008), sua organização será realizada pelo gestor do CDC obedecendo às seguintes etapas:

Mobilização da comunidade – A comunidade é convidada a participar do conselho gestor do CDC. O/A gestor/a e os/as monitores/a enviarão correspondências e informativo sobre o NUGEC (critérios de seleção, perfil dos participantes e orientações) para as associações de bairro e entidades comunitárias, divulgando o CDC e a proposta do NUGEC, convidando-os para assembléia de eleição do grupo. Reunião de definição – Após a escolha das pessoas que irão compor o NUGEC, gestores/as, monitores/as, promoverá uma reunião entre estes para definição das funções dos mesmos no NUGEC, quem será o presidente, a/o secretário/a geral e os oito conselheiros. Formalização – Os gestores deverão comunicar à coordenação do Programa Cidadania Digital - PCD, através de ata de reunião (*fax* ou *e-mail*), os membros do CG, indicando efetivos e depois deve cadastrá-los no acessa.berimbau.ba.gov.br. (REGIMENTO do NUGEC 2008, p. 04).

As reuniões do NUGEC serão organizadas pelo próprio grupo ou convocadas pela entidade mantenedora ou, extraordinariamente, pela coordenação do PCD, para, através de seus líderes, opinarem acerca de conteúdos de interesse da comunidade e do CDC. As sugestões que venham a ser indicadas pelo NUGEC, em consenso com a Instituição mantenedora, deverão ser encaminhadas para aprovação da Coordenação do Programa. O NUGEC será constituído por, no máximo, 10 (dez) efetivos, indicados pelas Associações Comunitárias, entidades de bairro e organizações da área de influência dos que atenderem à convocação. As convocações para a formação e renovação do NUGEC serão afixadas em local visível e de fácil acesso nas dependências do CDC e amplamente divulgadas entre os cidadãos, podendo ainda adotar-se outros meios de divulgação. No caso de existirem mais de 05 (cinco) associações representativas da comunidade, a constituição do NUGEC será feita através de sorteio entre as pessoas indicadas, em ato público, a ser previamente comunicado às associações participantes (REGIMENTO do NUGEC, 2008).

Segundo o Regimento do NUGEC (2008), o mandato dos seus membros será de 24 (vinte quatro) meses, sendo permitida a recondução, desde que haja concordância da maioria das associações participantes. Os membros poderão ser desligados do NUGEC nos seguintes casos: por decisão própria, situação em que sua associação poderá indicar um substituto; por

⁴¹ Um Presidente, um Secretário Geral e oito conselheiros escolhidos na comunidade atendida pelo CDC.

consenso da maioria absoluta do Conselho, devendo, para isso, que as razões estejam fundamentadas em fatos considerados prejudiciais ao adequado trabalho do Conselho ou aos interesses da comunidade; por solicitação da Coordenadoria do Programa e/ou da entidade mantenedora, quando entenderem que o membro não está exercendo satisfatoriamente a sua função ou está prejudicando a relação entre a administração do CDC e a comunidade.

O NUGEC tem como objetivo a melhoria na qualidade de atendimento dos CDC e na mobilização da comunidade para que estes espaços públicos de acesso à internet sejam gestores de projetos sociodigitais emancipatórios. Para que seus objetivos sejam alcançados, os NUGEC deverão: supervisionar e propor melhorias no modo de funcionamento da unidade; propor medidas preservacionistas, corretivas ou punitivas quando necessárias, visando a zelar pela preservação e manutenção dos ativos físicos e serviços colocados à disposição da comunidade; contribuir para que a unidade opere satisfatoriamente, cooperando de forma que os problemas sejam sanados o mais rápido e eficientemente possível; propor ações de cidadania para atendimento à população na área de saúde e educação e também incentivar a obtenção de documentação civil por parte do cidadão (RG, certidão de nascimento, CPF, etc.). Além disso, estes devem criar o perfil do CDC, dando características singulares às suas ações dentro da comunidade, criando a identidade do CDC no que diz respeito à singularidade da comunidade em que este está inserido (REGIMENTO do NUGEC, 2008).

4.1.2 Campo de Pesquisa⁴²

Diante da dimensão das ações no Estado da Bahia, o Programa de Inclusão Sociodigital, desenvolvido pela SECTI e implantado em 2003⁴³, hoje é responsável por 90% do Programa de Inclusão Sociodigital no Estado (PISD) e tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos CDC voltados prioritariamente para a participação e mobilização social; a comunicação e articulação comunitária; a formação humana, social, técnica, científica, profissional e cultural de jovens e adultos; a geração de trabalho e renda. Para alcançar estes objetivos, o Programa não apenas distribui computadores com acesso à internet, como também oferece curso de capacitação e formação continuada para os Gestores e Monitores

42 Dados extraídos do Projeto de Implantação de Núcleo de Gestão Colaborativa elaborado pelas universidades estaduais: UNEB, UEFES, UESC e UESB.

43 Mais detalhes sobre o processo de constituição da SECTI como secretaria de governo veja-se no *site* disponível em: <<http://www.secti.ba.gov.br/>> Acesso em 16 de mar. 2008.

daqueles Centros, em uma perspectiva de integração e desenvolvimento social por meio das TIC.

Segundo a Coordenação de Implantação, a SECTI conta hoje com 362 CDC implantados em 274 municípios. Hoje, 43 CDC estão inativos por vários motivos: desde a falta de energia nos espaços onde estão localizados à falta de internet. E o governo do Estado tem como meta, ainda para este ano de 2008, implantar mais 600 novos Centros. Para seu acompanhamento, a SECTI organizou-os em territórios⁴⁴. Têm-se 28 territórios agrupados e distribuídos em cidades-pólos, tais como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Irecê, entre outras.

Em 2007, a SECTI convidou as quatro universidades estaduais da Bahia, (UNEB, UEFES, UESC e UESB) para a elaboração de um projeto-piloto de formação e implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa nos CDC, com o objetivo de garantir a inclusão sociodigital e sua auto-sustentabilidade. A criação do Núcleo de Gestão Colaborativa – NUGEC visa à: articulação comunitária; administração participativa (comunidade, representantes institucionais, etc.), garantia e promoção da inclusão sociodigital, democratização do uso das TIC no âmbito da infra-estrutura do Programa; organização da socialização do conhecimento, através de processos formativos, entre outros. Com o desenvolvimento do Núcleo de Gestão Colaborativa – NUGEC, a SECTI tinha como objetivo capacitar os gestores e monitores para que os mesmos pudessem compreender como desenvolver e mobilizar a comunidade nesta nova configuração dos CDC.

Portanto, o curso Núcleo de Gestão Colaborativa, desenvolvido pelas quatro universidades, é o campo de estudo escolhido por configurar as problemáticas e as discussões acerca da inclusão sociodigital no Estado da Bahia e suscitar nos sujeitos, envolvidos no processo, a viabilidade de uma construção coletiva e colaborativa de emancipação digital.

Como o objetivo geral do curso era conceber, implantar e programar o projeto do Núcleo de Gestão Colaborativa, voltado para a formação permanente no âmbito do Programa de Cidadania Digital, da Secretaria de Ciência e Tecnologia e Inovação – SECTI, as universidades responsabilizaram-se pela concepção e realização do curso para os monitores e gestores dos CDC, a formatação do ambiente e solução digital, a aplicabilidade do programa nos locais onde estão inseridos os CDC, o acompanhamento dos técnicos, mediadores e cursistas, o envolvimento da comunidade no processo, bem como a produção do material

⁴⁴Territórios são grupos de CDC organizados e sediados por uma cidade-pólo. Ex: Irecê é o pólo do território 16 com 12 cidades circunvizinhas.

didático-pedagógico multimidiático.

Diante da dimensão da atuação da SECTI, a representatividade desta pesquisa basear-se-á nos CDC que configuram o território⁴⁵ da UNEB, por se constituírem o universo mais diversificado do Estado. Dentre os 146 CDC, a UNEB tem a sua atuação desde o Centro de Juazeiro, que faz divisa com Pernambuco, à cidade de Barreiras, que faz divisa com Brasília. Assim, haverá dados do Estado da Bahia nas suas mais variadas formas de ser e existir enquanto espaço de construção e socialização do conhecimento historicamente produzido.

Um cronograma orientou as cinco etapas em que se participou do trabalho: 1) elaboração da proposta; 2) elaboração dos módulos e do ambiente *on-line* no *moodle*; 3) execução da proposta; 4) formação dos grupos gestores nos CDC; e 5) acompanhamento na implantação do projeto nos CDC.

Assim, de acordo com a solicitação feita pelas universidades em reunião realizada nas dependências da UNEB, no mês de dezembro de 2007, a SECTI percebeu a relevância do projeto e solicitou às universidades uma proposta de acompanhamento do NUGEC por mais 12 meses. Hoje, estamos na segunda fase de implementação do projeto, acompanhando os NUGEC já implantados e orientando os monitores e gestores que ainda não constituíram o seu NUGEC no CDC. Esta fase será descrita quando forem analisadas as falas dos monitores e gestores que participaram do curso e que, por vários motivos, não conseguiram implantar o seu Núcleo.

A fase de elaboração da proposta de formação para os gestores e monitores aconteceu no período agosto a outubro de 2007. Nestes meses, a SECTI se reuniu com as universidades estaduais e algumas ONGs para discutir a sua proposta e de que forma as instituições poderiam participar colaborativamente com seus objetivos. Após várias discussões, as universidades concordaram em participar do projeto, porém as ONGs recuaram. Foi um momento decisivo para as universidades estaduais, pois, em conjunto, iniciaram essa experiência única.

⁴⁵ São grupos de CDC divididos por cidades circunvizinhas. A SECTI tem hoje 28 territórios distribuídos em todo o Estado; como exemplos há o território do Extremo Sul da Bahia, composto pelas cidades de Alcobaça, Belmonte, Caravelas, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itamarajú, Itanhém, Itapebí, Medeiros Neto, Mucuri, Porto Seguro, Prado, Santa Cruz Cabralia e Teixeira de Freitas. São 22 CDC que ficam a uma distância de, aproximadamente, 699 km em relação à capital baiana. Quando a SECTI promove reuniões ou formação continuada, o calendário é organizado por territórios. Temos também o território do Sertão Produtivo, com 11 cidades e 11 CDC que ficam na região sudoeste da Bahia, a mais de 400 km de Salvador e outros.

A UNEB ficou responsável por elaborar o projeto em parceria com as demais Instituições de Ensino Superior (IES). Nessa elaboração, as IES deveriam definir qual a modalidade do curso, se presencial, semipresencial ou a distância. Quais conhecimentos seriam privilegiados? Como seria sua forma? Qual seria a representação teórico-metodológica adotada pelo curso? Quem participaria efetivamente da formação? Como seriam divididos os territórios da SECTI? Por quantos territórios cada IES ficaria responsável? Enfim, após a discussão de todas estas temáticas, as IES chegaram à conclusão de que o curso teria como objetivo capacitar os gestores e monitores de cada CDC, distribuído em todo o Estado, utilizando a modalidade ‘a distância’, com dois encontros presenciais – devido às dificuldades de deslocamento dos cursistas – e para desenvolver uma cultura de aprendizagem virtual.

As Universidades parceiras propõem a efetivação de um programa que contemple não apenas a questão da auto-aprendizagem, mas também a aprendizagem colaborativa e o compartilhamento da prática social, seja ela presencial ou a distância, de maneira a tornar possível a construção de uma ação integrada de cidadania digital (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO NUGEC, 2007, p.06).

Considera-se, então, que EAD é tudo o que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos semipresenciais e a distância, no âmbito não apenas do ensino, mas também da pesquisa e da extensão. Assim, as IES utilizaram o ambiente virtual da própria SECTI para o desenvolvimento do curso. Para sua efetivação, a Secretaria dividiu os seus Territórios Digitais entre as IES, que, geograficamente, atuam nos 417 municípios baianos; por atuações mais próximas destes locais, a UNEB ficou com 10 territórios, formados por 147 CDC; a UEFS, com 07 territórios, compostos por 94 CDC; UESB, com 07 territórios, no total de 63 CDC e a UESC, com 04 territórios e seus 57 CDC.

Na segunda fase do projeto, as IES se comprometeram a elaborar os módulos didáticos do curso e a organizar o ambiente virtual – *moodle* – para a formação dos gestores e monitores. “O trabalho para desenvolvimento de conteúdos dos cursos nesses ambientes atende às necessidades de linguagem adequada em formato hipertextual, através de textos, imagens, mapas, vídeos, formulários e outras possibilidades interativas entre os formadores e cursistas” (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO NUGEC, 2007, p. 07). Para que os objetivos fossem alcançados, o ambiente de aprendizagem deveria possibilitar níveis complexos de interatividade capazes de satisfazer à participação de mediadores e cursistas que se comunicam, “compartilhando e intercambiando saberes e práticas, sendo todos considerados

autores e atores do processo, com práticas, saberes e identidades cognitivas singulares que devem ser aceitas e respeitadas” (PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DO NUGEC, 2007, p.07).

Assim, o *moodleberimbau* tornou-se o ambiente propício aos objetivos propostos pelo curso e cada universidade se responsabilizou em organizar os módulos didáticos que se constituíam na perspectiva teórico-metodológica do curso. A UNEB elaborou os Módulos Projeto Socioeducativo e Cultura Digital. A proposta deste último era discutir a realidade contemporânea, AVA, *blogs*, *e-mail*, cidadão eletrônico, jogos eletrônicos, *games* etc. Já o Módulo de Projeto Socioeducativo tinha como objetivo reconhecer e identificar necessidades de criação de projetos educativos, que envolvam propostas coletivas de acordo com a realidade de cada CDC, além de apresentar uma orientação didática para elaboração de plano de ação e plano de oficina nos CDC. Vale salientar que, neste momento, a equipe responsável pelo acompanhamento do curso na UNEB já estava constituída, tendo sido agregados alunos do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação e Contemporaneidade da linha 2, Formação de Professores e de Currículo e Tecnologias Inteligentes para participarem deste movimento. Assim, a UNEB, diante da dimensão de seu território, composto por 147 CDC e uma previsão de, aproximadamente, 60 gestores e 230 monitores que participariam do curso, tinha equipe composta por dois coordenadores pedagógicos e quatro mediadores de turma, que participaram ativamente da elaboração e execução do projeto.

O Módulo sobre *Software* livre, que destacou essa filosofia e a exploração dos sistemas berimbau. linux, educ.berimbau, acessa.berimbau., foi desenvolvido pela UESB. O Módulo de Gestão Colaborativa, cuja finalidade era discutir a gestão participativa nos CDC, a partir de algumas temáticas – gestão democrática, mobilização da comunidade para a constituição do NUGEC de cada CDC, envolvimento e comprometimento coletivo, etc. – foi elaborado pela UEFS (PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO DO NUGEC, 2007).

As IES desenvolveram os módulos, elaboraram a ementa de cada um deles e planejaram o ambiente virtual de aprendizagem do curso. Neste momento, tem-se a proposta delineada para a formação dos gestores e monitores. Nos meses de setembro e início de outubro de 2007, cada IES convocou os mediadores daquelas que iriam executar o projeto. Reuniram-se em Salvador para apresentar e discutir como cada uma, dentro de sua dinâmica de atuação, desenvolveria o projeto. Neste momento, os professores e alguns alunos (graduandos e mestrandos) das IES responsáveis pela elaboração do projeto apresentaram o ambiente virtual

do curso, o cronograma de atividade, o perfil do mediador de turma e a proposta de planejamento e avaliação do curso.

Na terceira etapa, as IES convidaram os gestores e os monitores para participarem do curso de Implantação do NUGEC. A mobilização durou, aproximadamente, um mês. Esta etapa aconteceu em paralelo à fase anterior. Os monitores e gestores foram convidados pela SECTI através de *e-mail*, dos fóruns de que participam na Comunidade de Gestores e Monitores, disponível no moodle.berimbau, e por meio de ofício enviado pelos Correios. Para que a mobilização fosse mais intensa, as IES ligavam para os monitores e gestores para confirmar se haviam recebido as correspondências e para ratificar a sua presença no encontro presencial que aconteceria no final do mês de outubro.⁴⁶ O objetivo desse encontro era apresentar a proposta do curso e sua metodologia de aprendizagem.

Na quarta etapa do projeto, cada IES organizou as suas turmas para a formação a distância. Dos 257 gestores e monitores convidados para o encontro presencial da UNEB, apenas 179 compareceram, sendo divididos em quatro turmas e automaticamente cadastrados no ambiente do curso. Já os que não compareceram foram convidados para a próxima turma extra, que teve início em dezembro do mesmo ano. O curso a distância começou em novembro de 2007 e terminou em fevereiro do ano seguinte. Quinzenalmente, as IES se reuniam para discutir e planejar a formação. Neste período, elas analisaram o Regimento Interno do CDC e elaboraram o Regimento Interno do NUGEC (RELATÓRIO DE ATIVIDADES IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NUGEC NOS CDC, 2008).

Na quinta etapa, as IES apresentaram o relatório parcial da formação dos monitores e gestores dos CDC e os resultados alcançados. Dos 361 Centros que participaram da formação, 72 implantaram o seu NUGEC. Do universo dos 147 CDC que ficaram sob a responsabilidade da UNEB, 33 constituíram o seu NUGEC. Após a apresentação dos resultados e dos impactos da ação, cada IES apresentou à SECTI um plano de acompanhamento desses CDC, o qual já constituiu o NUGEC, e outras ações para que os demais também pudessem implementá-lo. A SECTI aprovou a continuidade e, nesse momento, estamos na quinta fase do projeto, reelaborando os módulos didáticos, produzindo vídeos e animações para as próximas formações dos monitores e gestores que não concluíram o curso, organizando encontros presenciais e a distância e convidando os Centros que constituíram o NUGEC para socializarem suas experiências. Vale destacar que, nos meses de janeiro a fevereiro de 2008, a

⁴⁶ Os primeiros encontros presenciais com os monitores e gestores dos territórios da UNEB aconteceram nos dias 23 e 24 de outubro 2007.

SECTI convidou as IES para participarem da organização do Primeiro Encontro da Rede dos CDC do Estado, que aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de março de 2008 em Salvador (BA). Neste encontro, os monitores e gestores de diferentes cidades e CDC apresentaram alguns projetos socioeducativos desenvolvidos nos Centros e como elaboraram seu NUGEC (RELATÓRIO DE ATIVIDADES IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NUGEC NOS CDC, 2008).

O projeto de criação dos Núcleos deu uma nova perspectiva às políticas de inclusão sociodigital na Bahia, possibilitando aos Centros um instrumento de gestão adaptado à realidade de cada comunidade alcançada por eles. O Núcleo é capaz de compilar idéias advindas da comunidade e transformá-las em projetos a serem executados pelos CDC.

Com o constante acompanhamento provido pela SECTI, conjuntamente com as Universidades, os NUGEC terão uma ferramenta constante de consulta e capacitação, tornando suas ações mais robustas e inseridas em um contexto de crescimento social e profissional dos membros da comunidade.

Desta forma, a política de descentralização adotada pela SECTI, neste projeto, se mostrou eficaz, pois diminuiu o tempo de resposta aos questionamentos e criou um filtro natural aos questionamentos levados à Coordenação Geral do projeto (RELATÓRIO DE ATIVIDADES IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO NUGEC NOS CDC, 2008).

4.2 DO CÍRCULO DE CULTURA FREIRIANO PARA AS COMUNIDADES VIRTUAIS DE APRENDIZAGENS

O Círculo de Cultura teve grande aplicabilidade e ênfase a partir de práticas de alfabetização de adultos, no exercício pedagógico de Paulo Freire⁴⁷ (1975). A organização em Círculo significa que todos os inseridos nesse processo educativo formam a figura geométrica do círculo, acompanhados por uma equipe de trabalho que ajuda na discussão de um tema da cultura, da sociedade. O círculo representa as interações construídas nos diálogos e a valorização do saber que cada sujeito envolvido no processo consegue trocar com o outro.

47 O Círculo de Cultura é descrito por Paulo Freire em seu livro “Pedagogia do Oprimido”. Ele descreve como eram organizados os grupos de camponeses trabalhadores em sua experiência de Alfabetização de Jovens e Adultos em Angico. Esse trabalho se notabilizou no mundo inteiro, e Freire passou a ser reconhecido a partir de seus escritos no campo da alfabetização de adultos, sendo criador de um ‘método’ de alfabetização denominado – Método Paulo Freire.

Na figura do círculo, todos se olham e se vêem. Nele, não há um professor, mas um motivador das discussões que, como companheiro, participa de uma atividade comum em que todos se ensinam e aprendem. O motivador coordena um grupo que ele mesmo não dirige. Em todo o momento, promove um trabalho, orienta uma equipe cuja maior qualidade pedagógica é o permanente incentivo a momentos de diálogo – valor ético fundante deste ‘método’ de estudo. “Em lugar de aula discursiva, o diálogo. Em lugar de alunos com tradições passivas, o participante de grupo. Em lugar dos ‘pontos’ e de programas alienados, programação compacta, ‘reduzida’ e ‘codificada’ em unidades de aprendizado” (FREIRE, 1975, p.111).

Para Freire (19975), o Círculo de Cultura vai muito além do aprendizado individual de saber ler e escrever que, inicialmente, pôde produzir. Faz-se a leitura do mundo – as suas normas, as suas concretudes e os seus afetos; aprendem-se e se ensinam modos próprios, novos, solidários, coletivos, populares, de pensar e de agir diante do mundo. E todos juntos aprenderão, de fase em fase, de palavra em palavra, de linguagens em linguagens, que aquilo que constroem pelo trabalho é outra maneira de fazer cultura. E é, exatamente, esse trabalho coletivo que os faz mulheres, homens, sujeitos, seres de história, palavras e idéias que são chaves, também, no pensamento freiriano.

Assim como o Círculo de Cultura, as comunidades virtuais de aprendizagem – AVAs – são espaços de partilha de conhecimentos, com a possibilidade de promover o processo de ensino e aprendizagem e realizar no interior do debate, potencializadas pelas suas ferramentas midiáticas⁴⁸, discussões críticas sobre questões centrais do cotidiano, como trabalho, cidadania, alimentação, saúde, organização das pessoas, liberdade, felicidade, valores éticos, política, opressão, economia, direitos sociais, religiosidade, cultura, entre outros. O debate das questões vivenciadas no dia a dia tanto pode ser preestabelecido na organização do curso, como pode ser suscitado durante o processo de trocas nos fóruns de discussão, pois a partilha exclui o controle.

Recusa a idéia de que um ponto de vista, uma maneira de fazer, uma forma de raciocínio, pelo simples fato do estatuto daquele que detém o controle, possam ser impostos ao outro, de modo a construir para si uma compreensão, uma representação eficaz de uma situação ou de um problema (ALAVA, 2002, p.157).

Esta experiência de partilha de conhecimentos, onde o mediador do curso desempenhava o papel de interlocutor das discussões sem estabelecer normas rígidas de condutas no ambiente,

⁴⁸ As ferramentas midiáticas são responsáveis pela forma como se comunica nos AVAs; esta comunicação tanto pode ser assíncrona (em tempo diferido) ou síncrona (em tempo real), segundo Alava. Assim, a comunicação síncrona recorrerá à modalidade de troca, tal como telefone, *chat*, videoconferência; já a comunicação assíncrona fará uso de ferramentas como fórum, correio eletrônico, *wik*, *blog*, entre outros.

mas orientava as discussões na tentativa de garantir a participação dos cursistas, foi vivida pelos monitores e gestores dos CDC, em um período de quatro meses, no curso de Implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa – NUGEC – no Ambiente Virtual de Aprendizagem *moodle*, utilizado pela SECTI para o oferecimento de cursos a distância dos seus multiplicadores educacionais⁴⁹.

O curso foi organizado a partir de temáticas relacionadas ao cotidiano dos multiplicadores educacionais que estão à frente do Centro. Para a organização didática, estas temáticas foram distribuídas em quatro módulos, com material referente ao tema abordado. O primeiro módulo era sobre *Softwares Livres*; o segundo, sobre Cultura Digital; o terceiro, Projetos Socioeducativos e no último módulo, Gestão Colaborativa. Para fundamentação teórica dos módulos, cada mediador elaborou uma cartilha digital do tema abordado. Além destas cartilhas⁵⁰, os alunos também tinham acesso a alguns artigos, vídeos disponibilizados na sala de aula virtual para leitura e, posteriormente, discussões e debates nos fóruns e *chats*.

Assim:

A tarefa do educador, então, é a de problematizar aos educandos o conteúdo que os mediatiza, e não o de dissertar sobre ele, de dá-lo, de estendê-lo, de entregá-lo, acabado, terminado. Neste ato de problematizar os educandos, ele se encontra igualmente problematizado (FREIRE, 1992, p.81).

Nesta postura de problematizador dos conteúdos trabalhados, os mediadores do curso, em momento algum, tiveram a intenção de inibir ou silenciar a voz dos alunos. Sempre que os fóruns ficavam esvaziados, os mediadores de turma faziam novas provocações para garantir a participação dos alunos; a atuação deles era de compreender e, se possível, colaborar nas resoluções das problemáticas vivenciadas por esses atores sociais não só no curso, como também na sua atuação no CDC.

A reconfiguração do Círculo de Cultura para os Ambientes Virtuais de Aprendizagens é a expressão de um momento riquíssimo para o exercício dialógico, podendo ser útil para além do seu exercício primeiro, no processo de construção do conhecimento emancipatório. Hoje, transcendendo aquela dimensão educativa, pode ser aplicado em atividades de planejamento

49 Diante da relevância de seu trabalho à frente do CDC e das responsabilidades na inclusão sociodigital no Estado da Bahia, de uma grande dimensão geográfica e, principalmente, da dinâmica de suas atribuições, acredita-se que os gestores e monitores são multiplicadores educacionais.

50 Cartilha Digital foi o nome dado a cada texto elaborado para o módulo. O texto tinha que ter, no máximo, 20 páginas, em que apresentava a definição, as representações filosóficas e sociológicas da temática e algumas questões educacionais contemporâneas na visão de vários autores.

em qualquer tipo de promoção coletiva que incentive processos educativos assumidamente com postura de vida participativa, seja na escola, na empresa, em ambientes rurais e urbanos, em cursos de preparação de recursos humanos e mesmo em nível de pós-graduação.

Reconhecer que os Ambientes Virtuais de Aprendizagens – AVAs – vão além das fronteiras das escolas é deparar-se com a possibilidade de engajar práticas educativas voltadas para a apropriação crítica dos recursos digitais para a formação continuada dos cidadãos que freqüentam os CDC e dos monitores e gestores que estão à frente dos mesmos. Para Gomez, a internet pode ser um espaço onde a “cultura do silêncio das pequenas comunidades pode ser superada com a democratização do acesso e da cultura digital” (2004, p.181). As práticas de comunicação entre o círculo de cultura freiriano e os virtuais estão baseadas nas formas de comunicação. Enquanto naqueles a comunicação dialógica sincrônica (em tempo real) era a única ferramenta disponível, os AVAs contam com a comunicação tanto sincrônica, como assincrônica (em tempo deferido), possibilitando uma melhor organização do tempo dos participantes quanto a sua disponibilidade de horário para o curso.

Nesta perspectiva, propõe-se uma discussão com os monitores e gestores sobre a relevância dos projetos socioeducativos desenvolvidos por eles no CDC. Esses projetos sugerem a possibilidade de ‘resgatar’ na comunidade seus valores culturais locais esquecidos e abandonados pela cultura de massa propagada pela mídia como uma única cultura aceitável.

Para melhor compreensão da dinâmica do grupo, apresentar-se-ão algumas falas significativas dos gestores e monitores nos fóruns de discussões de que participaram no período de formação do curso de Implantação do NUGEC. Esse debate foi bastante relevante para se compreender como eles participam da execução das políticas públicas de emancipação sociodigital no Estado da Bahia e quais as suas visões e contribuições para esse Programa. Assim, serão mostradas suas falas em categorias analíticas; far-se-ão as interpretações com a colaboração do quadro teórico. Salienta-se que foram selecionadas as falas de 261 participantes em 04 fóruns específicos, que renderam 105 páginas. Essa escolha foi bastante minuciosa, porém, sofradora, pois seria interessante apresentar outras tantas que puderam, neste momento, compor o presente estudo. Mas elas ficarão guardadas para uma posterior pesquisa com outro enfoque, uma vez que agora não cabe outra análise, a não ser a proposta neste trabalho.

4.2.1 Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão

O curso de Implantação do NUGEC nos CDC se constituiu no espaço de diálogo para os gestores e monitores. O diálogo aparece no cenário como o grande incentivador da educação mais humana e até revolucionária. Para Freire (1979b), o educador, antes ‘dono’ da palavra, passa a ouvir, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1979b p.26).

Os fóruns se formaram neste espaço de diálogos efetivos, entre eles, cursistas, e entre eles e os mediadores da turma, mediatizados pela sua realidade. É justamente o que foi chamado por Freire (1979b) de “mediatização pelo mundo, espaço para a construção do profundo amor ao mundo e aos homens”. Assim, os projetos socioeducativos são atividades de cunho educacional e cultural que são constantemente desenvolvidas nos CDC, sendo estruturadas em torno de temas de interesse da comunidade, articuladas com programas educativos, ações comunitárias e dinâmicas de organização social. Os sujeitos envolvidos no movimento de inclusão sociodigital deverão participar ativamente destas ações, pautadas pelas experiências locais. No Módulo de Projetos Socioeducativos, os gestores e monitores teriam que discutir sobre essas temáticas de participação social no levantamento das necessidades locais e na elaboração de projetos socioeducativos que possibilitassem o diálogo crítico de transformação social a partir destes.

No módulo desses Projetos, os cursistas participaram de dois fóruns específicos. Um deles apresentava discussão sobre oficinas socioeducativas, desenvolvidas nos CDC, e sua contribuição nas resoluções das problemáticas sociais da comunidade local, e outro, onde eles deveriam levantar as principais problemáticas que a comunidade atendida pelo Centro vivenciava no seu dia a dia. Vale salientar que cada discussão durava, em média, entre uma a duas semanas. A construção do Plano de Ação do CDC, a partir das necessidades levantadas durante a formação, foi uma das atividades avaliativas do Módulo de Projetos Socioeducativos. Porém, os gestores e monitores só poderiam realizar esta ação no final do Módulo de Gestão Colaborativa, com a constituição do NUGEC.

Nas discussões, a maioria dos participantes acreditava que ações incentivadoras que permitam o resgate da auto-estima dos indivíduos dessas comunidades, bem como seus

valores e potencial, são as que deveriam permear o seu trabalho nos CDC. Estes também sinalizaram várias ações que vêm sendo desenvolvidas nos Centros e o quanto são capazes de participar e contribuir nas resoluções das problemáticas socioculturais a partir da construção de um plano de ação para o CDC.

Na comunidade em que vivo e na qual está inserido também o meu CDC, os usuários se dividem um pouco no sentido do que as pessoas querem no CDC, os jovens e adolescentes geralmente procuram o acesso no *Orkut* e *msn*, e as crianças é que realmente querem buscar o aprendizado, mesmo com o auxílio de alguns jogos. Não que devamos proibir os jovens de acessar *Orkut* e *msn*, mas que interajam com o todo que os CDC podem disponibilizar. Com isso, os projetos socioeducativos nos CDC viriam a tornar a comunidade mais participativa bem como colaborativa (Erica Barros Bonfim ⁵¹, quinta 22 novembro 2007,15: 28).

É visível na fala de Érica que os freqüentadores do CDC já ingressaram nessa ordem social, onde a cultura digital prevalece como indutora de novas formas de comunicação com o mundo e com a comunidade local. É preciso, como afirma Freire (1997), que os jovens sejam desafiados a utilizar estas ferramentas como espaços de colaborações significativas. O *Orkut*, como um dos *sites* de relacionamentos mais visitados por eles, pode ser utilizado como espaço de pesquisas escolares, na criação de comunidades virtuais, como espaço de diálogo das problemáticas sociais e também na divulgação de eventos da comunidade. Esta nova forma de comunicação interativa precisa ser mais explorada no CDC na forma de espaço de trocas colaborativas e de diálogos permanentes entre os cidadãos. O diálogo não é um bate-papo desobrigado. Para Freire (1979), ele é uma oportunidade, de “não isolamento”, com a possibilidade de compreensão do pensamento do outro e construções coletivas, de trocas de experiências, de diversão, de partilha de conhecimentos locais socialmente construídos.

Por isso é importante desenvolver projetos que venham implementar o debate nas oficinas de jogos educativos. Acreditar que é possível construir uma sociedade com justiça e que tenha compromisso por uma vida digna para nossas crianças e adolescentes. Pois, temos certeza de que eles serão os futuros construtores de uma sociedade no Brasil baseada em valores ético-morais mais fortalecidos (Crislane Barbosa - sexta, 23 novembro 2007, 10:29).

Para Crislane, os jogos eletrônicos, além de possibilitar entretenimento e diversão, podem

51 Apesar da autorização da coordenação do Programa de Inclusão Sociodigital e dos cursistas para utilizar os dados na análise desta pesquisa, por questões éticas, preferiu-se usar pseudônimo em todas as falas retidas dos fóruns mantendo apenas a formatação do *moodle* quanto à data e horário em que fala foi postada no ambiente.

desenvolver valores sociais imprescindíveis entre os jovens ao serem utilizados nas atividades socioeducativas nos CDC. Muitos monitores vêm desenvolvendo oficinas em que os jogos eletrônicos e as comunidades virtuais são utilizados como ferramentas de reflexão acerca dos seus conteúdos e suas intencionalidades. Segundo o Regimento Interno dos CDC (2008), o tempo para acesso a *sites* de relacionamentos, sala de bate-papo e jogos *on-line* é apenas de 30 minutos. Mas como 40% dos usuários do Centro são jovens menores de 16 anos⁵², os monitores e gestores ampliam este tempo de acesso como incentivo para que participem de outros Projetos. Os CDC de Crislane e Érica são exemplos de que vêm se desenvolvendo alguns projetos fundamentados na cultura digital. Campeonato de Xadrez *on-line* para incentivar o gosto pela aprendizagem matemática e Oficina de Futebol *on-line* para discutir regras de convivência e história do futebol são exemplos dos projetos mais desenvolvidos nos CDC. “Essas atividades funcionam com o primado fundamental da *interação social*, ou seja, buscando conectar pessoas e proporcionar sua comunicação e, portanto, podem ser utilizadas para forjar laços sociais” (RECUERO, 2004, p. 3).

Para minha comunidade, os projetos socioeducativos seriam muito importantes, pois estariam estimulando o interesse em conhecer e explorar outras áreas de trabalho disponíveis nos computadores dos nossos CDC, haja vista que a grande maioria dos usuários daqui são crianças e adolescentes que geralmente procuram o acesso apenas do *msn* e do *Orkut*, deixando assim de conhecer novas áreas de trabalho (Maria do Carmo Sousa - quinta, 10 janeiro 2008, 11:50).

Reconhecendo a potencialidade da internet com sua abertura para o mundo, Maria do Carmo apresenta outra proposta de projetos socioeducativos que possibilitem o desenvolvimento econômico da comunidade. Esta proposta é o que Boneti (2006) definiu como ocupação dos espaços de produção. Segundo o autor, há uma dualidade e uma seletividade utilizadas pelas políticas públicas quanto à democratização do conhecimento socialmente produzido que contribuem para o não acesso das classes pobres ao mercado de trabalho, dificultando o exercício da cidadania. Para Boneti (2006), as escolas e/ou instituições similares organizam os seus currículos e procedimentos metodológicos, estabelecendo um processo dicotômico e hegemônico entre a qualificação e desqualificação, o que favorece segmentos sociais em detrimento de outros.

O CDC poderia se configurar com um espaço contra-hegemônico a esta ordem social, a partir

52 Dados retirados do Acesso.Berimbau em 28/04/2008.

do momento em que as oficinas organizadas, em prejuízo da realidade local, oportunizam aos cidadãos espaços de trocas e construções significativas do conhecimento emancipatório, através não só de cursos a distância, de qualificação profissional, mas também na valorização da produção econômica da comunidade, agregando outras formas de geração de renda. Reconhece, através de pesquisas locais e na internet, como o artesanato (argila, tecido, sementes, palhas, papel etc.), as comidas típicas, o lixo reciclável (óleo de cozinha, garrafas, papel, fibras de coco e bananeira, etc.), a agricultura familiar e a medicina alternativa, podem ser utilizados como fontes solidárias de geração de renda. Mudar, transformar e se auto-sustentar. Estas proposições poderiam servir como objetivo principal da ‘metodologia de motivação’ das oficinas desenvolvidas nos CDC. Em meio à pluralidade das propostas das oficinas é importante que haja o princípio do fortalecimento das relações comunitárias.

A identidade de cada CDC deve ser construída a partir da realidade social e cultural de cada comunidade onde ele está inserido.

E acredito também que, para atender às necessidades da nossa comunidade e elaborar Projetos educativos, é preciso ter conhecimento do contexto em que atua: o (a) monitor (a) precisa conhecer a história da comunidade, seus problemas, suas dificuldades, seus anseios e suas expectativas. Inseridos nesse contexto estão os alunos da sua turma, que trazem na sua história de vida as interferências desse contexto maior. A maneira individual como cada um deles aprende, as facilidades, as dificuldades que manifestam nesse processo, precisam ser compreendidas nessa dimensão sócio-histórica (Jucilene Barema - sexta, 22 novembro 2007, 18:15).

O homem, como ser histórico, comprometido com sua ação no mundo e com o mundo – é desta forma que Jucilene, monitora de um CDC do interior da Bahia, compreende a importância dos projetos socioeducativos. Para ela, os projetos devem contemplar desde a elaboração à execução, às necessidades da comunidade local, como um processo histórico em movimento constante de transformação sociocultural, mobilizado pela participação de homens e mulheres capazes de problematizar a sua existência. Para Freire (1997), na História, pulsa a responsabilidade para a ação dialética que sobrepõe a confinação para a imobilização do não-ser; o tempo de possibilidade abre espaço para a superação do ‘vir a ser’, desacreditando em uma razão inexorável que aniquila e aprisiona para o ‘não ser’. “[...] gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades, não de determinismo. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade”(FREIRE, 199, p.58).

Pensar os projetos socioeducativos nesta perspectiva freiriana – em que o mundo sem o homem não teria sentido, não existiria – é perceber que qualquer ação no CDC tem por finalidade reconhecer os sujeitos, homens e mulheres, como indivíduos que pensam, agem e sofrem resultados de sua ação. E, acima de tudo, que eles não são, mas estão sendo, e, mediatizados pelos projetos, poderão ‘vir a ser’ mais atuantes nas decisões sociais nas quais estão inseridos, mais éticos, consigo e com o próximo, regidos pela esperança na busca de igualdade de oportunidades.

Não esquecendo o relacionamento do professor com os alunos, o (a) monitor (a) precisa preocupar-se em construir um ambiente de diálogo sincero com seus alunos, em que o respeito e a ética sejam os temas principais da convivência. O medo, a vergonha, a timidez e o desrespeito pela idéia do outro precisam ser trabalhados. Esse é um dos grandes desafios do (a) monitor (a), trabalhar as contradições da nossa sociedade. O trabalho com projetos contribui para a construção do conhecimento dos alunos, o desenvolvimento da autonomia e a sua formação como pessoas críticas em relação ao mundo em que vivemos (Meire Ferando - sexta, 23 novembro 2007, 18:15).

Meire pontua outra questão importantíssima quanto aos projetos. Ela chama a atenção do papel do multiplicador educacional – os monitores – nas relações professor e aluno no desenvolvimento do projeto. A maioria das pessoas que frequenta os projetos disponibilizados pelos CDC é formada por aquelas que já perderam a esperança, pessoas que vêm do processo total de negação do sujeito, que nunca foram ouvidas na escola formal, que não têm acesso à saúde, a um transporte digno, que passam horas nas filas de Bancos ou de Casa Lotéricas para receber a Bolsa Família⁵³. O monitor/professor, ciente desses condicionantes históricos em que se encontram os seus educandos, precisa respeitar o seu ‘estar sendo’, e possibilitar um trabalho de conscientização das potencialidades que eles trazem e que nunca foram valorizadas. O desenvolvimento da autonomia dos aprendizes, como propõe Meire, só será possível se o respeito à identidade deles se constituir como norteador das ações socioeducativas no CDC. Ao discutir as questões sociais a partir de suas experiências comunitárias, os educandos podem propor formas alternativas de sobrevivência em uma perspectiva de superação e transformação social. A relação monitor/professor e educando deve ser uma relação de respeito, dialógica, de quem ensina e aprende com o outro, pois não há o saber, mas os saberes (FREIRE, 1997).

53 Programa do Governo Federal que disponibiliza para famílias de baixa renda uma quantia mensalmente de R\$15,00 por crianças em idade escolar, entre 06 a 15 anos.

Minha cidade está localizada no nordeste da Bahia e possui muitas carências tanto no sentido econômico quanto no social e tecnológico, por isso, com a vinda do CDC e com as oficinas que são realizadas, nós mesmos ajudamos tanto no sentido de fazer com que a população se familiarize com a tecnologia e aprenda também a exercer sua cidadania (Floriano Bernard - sexta, 23 novembro 2007, 17:52).

As TIC, como possibilidade para o exercício da cidadania, são o foco central da discussão de Floriano. O que não fica claro na fala dele é qual o conceito de cidadania a que ele se refere. Para o Programa de Inclusão Sociodigital, cidadania é ter acesso ao governo eletrônico, fazer cadastramento e recadastramento do CPF na Inspetoria Virtual da SEFAZ, resgatar documentos perdidos na Polícia Militar, fazer denúncias no *site* da Ouvidoria do Estado, enfim, ter acesso aos serviços do governo disponíveis nos *sites* oficiais (REGIMENTO do NUGEC 2008).

Para Freire (1979), promover a cidadania por meio das TIC é permitir ouvir as diversas vozes populares, que expõem a decência, a afirmação de si mesmas como agentes da transformação, o exercício ético, a possibilidade de intervenção na realidade pela construção possível do sonho de uma sociedade cada vez menos desigual. Não é apenas ser um cidadão que vota ou que já sabe utilizar as ferramentas da *web* para fazer denúncia ou retirar um documento. “É assumir a sua história nas mãos, quer dizer, não há cidadania sobre quem faz a história [...]. O conceito de cidadania vem casado com o conceito de participação, de ingerência nos destinos históricos e sociais do contexto onde a gente está” (FREIRE, 1979, p. 129).

4.2.2 Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmaremos

Nos Centros de vários municípios, identificamos, pela fala dos atores sociais aqui representados, gestores e monitores, cujas condições de sobrevivência são as mais indignas possíveis. A ausência do Estado é total, faltam escolas, posto de saúde, o transporte é precário, pavimentação e segurança são sonhos longínquos ainda nessas localidades. Nos fóruns, os monitores e gestores falam do descrédito com as políticas públicas por parte da comunidade. Para algumas, elas não chegam, e as que são efetivadas são as paliativas, com efeitos transitórios, como a Bolsa Família.

Nos fóruns que discutiam as responsabilidades das instituições mantenedoras dos CDC, os gestores e monitores expressavam suas preocupações com a efetivação das políticas

públicas de inclusão digital. O Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia é executado através de parceria entre governo federal, estadual, empresas privadas e a comunidade. O governo federal disponibiliza os recursos para a compra dos computadores, impressoras, mobiliários e as instalações elétricas do Centro. O governo estadual contribui com recursos humanos para capacitação dos novos gestores e monitores e acompanhamento das atividades desenvolvidas, e algumas empresas privadas colaboram com a manutenção dos equipamentos por três anos. As mantenedoras, prefeituras, ONGs, associações, sindicato ou cooperativas são responsáveis pelo gerenciamento dos CDC, contribuindo com as despesas de *link*, luz, água, telefone, recursos humanos, segurança, *tonner*, papel ofício, etc.(REGIMENTO INTERNO do CDC, 2008).

A sociedade brasileira, historicamente, é marcada por um processo de desigualdades sociais alarmantes e nela ainda se encontram muitos contrastes educacionais, econômicos e culturais. Enfim, uma gama de requisitos sociais não distribuídos igualmente.

Percebe-se o quanto é necessário investir nas questões enunciadas: na participação política, na promoção das pessoas como agentes de transformação social e na ênfase à cultura da cidadania como forma de sustentabilidade dos CDC e, conseqüentemente, da recriação da vida comunitária.

Na minha visão, um dos fatores para obter o êxito nesse projeto é a realização de uma pesquisa de campo, onde observaríamos as reais condições da família daqueles jovens, um planejamento de como utilizaríamos aqueles jovens para participarem do projeto, uma validação desse projeto e muitos outros fatores, lembrando que, por terem um baixo grau de educação, geralmente confundem o propósito dos programas, muitos só querem se inserir se tiverem algum retorno financeiro e isso é complicado para quem está à frente desses projetos com o intuito de educar e elevar sua expectativa de vida (Talita Saramago - segunda, 3 dezembro 2007, 16:51).

Fica claro na fala de Talita que muitos cidadãos que são atendidos pelas políticas públicas assistencialistas – as quais, segundo Santos (2000), são indutoras da degradação humana por não contribuírem com a produção de riqueza entre os mais pobres e funcionarem apenas com paliativas – não visualizam nos projetos socioeducativos desenvolvidos nos CDC uma oportunidade de aprendizagens significativas. O que Talita apresenta como uma dificuldade poderá se reverter em motivação para repensar as propostas de projetos sociais desenvolvidos. Quando os jovens ‘confundem os propósitos do Programa’ com as suas necessidades emergenciais, eles evidenciam a importância da participação coletiva

da comunidade no levantamento das necessidades comunitárias. Se eles são apenas convidados para participar do curso que está sendo ofertado nos CDC, podem não encontrar as razões que os levariam a participar deste ou daquele projeto. Mas se os monitores e gestores subverterem a ordem e promoverem a participação desses jovens desde o levantamento das necessidades coletivas comunitárias até o planejamento das atividades, eles se sentiriam parte do processo, engajados. Os objetivos do projeto se constituiriam nos desejos e anseios de todos os atores sociais envolvidos. O que os gestores e monitores não percebem é que esses jovens estão chamando atenção para uma questão bastante comum nas políticas públicas sociais, que é a manutenção da ordem social capitalista, estabelecida desde a sua origem e seus objetivos (BONETI, 2006). Propor a participação comunitária na elaboração dos projetos socioeducativos é fortalecer a correlação de força nestes processos de negação social, que constituem os pacotes prontos neoliberais maquiados de inclusão sociodigital.

Outra dificuldade encontrada pelos monitores e gestores na execução dos projetos é com os custos de manutenção desses espaços públicos. As convenentes devem gerir os CDC arcando com as despesas de “[...] luz, água, *link*, recursos humanos, papel, telefone, *tonner*, etc.” (REGIMENTO INTERNO DO CDC, 2008, p.06). Muitos Centros mantidos por prefeituras tentam conservar estes custos com o mínimo possível. Para garantir isso, as convenentes mantêm o CDC funcionado com um monitor, quando deveria ter dois monitores e um gestor. Outras prefeituras chegam a passar até um ano sem fazer impressão nos Centros. Segundo o Regimento do CDC (2008), os cidadãos têm direito, no mínimo, a três folhas de impressão por dia. Outras ficam meses sem *link*. A inviabilidade de execução das propostas de inclusão sociodigital reflete na motivação dos monitores e gestores e na própria comunidade.

Com certeza é muito pouco para um projeto desses, que é de grande escala, para alcançarmos todos os povoados, é muito difícil até mesmo porque nem todas as instituições mantenedoras vão querer bancar todas as despesas e depende de muita gente envolvida no trabalho. Aqui em minha cidade a maioria da população é de baixa renda e são vários povoados para serem atendidos pelo projeto e a prefeitura não quer contratar mais um monitor. Aqui eu sou um Curinga (Jeovam Barreto - sexta, 23 novembro 2007, 16:16).

Efetivamente, o projeto é muito caro para as convenentes, e como os CDC são voltados para as comunidades mais carentes do Estado, a própria comunidade enfrenta dificuldades em fomentar parcerias para custear as despesas. Mas os gestores e monitores

procuram fazer os movimentos dos que estão por baixo, dos que precisam encontrar espaços para registrar a sua existência nesta sociedade excludente. Nos fóruns, eles compartilham experiências, mobilizam uns aos outros e provocam a Coordenação do Programa quanto à questão da sustentabilidade do projeto.

Com certeza temos que estar unidos, pois essa luta é de todos, não podemos permanecer com os braços cruzados, temos que agir, um entrar em contato com o outro, procurar apoio, pois, independente do político que ficará responsável pelo CDC, não devemos esperar que ele faça tudo. Sabemos que a nossa comunidade vive de bolsa família, mas temos que buscar outras parcerias. Temos que assumir o projeto e o Estado deveria investir mais na manutenção do CDC; um projeto tão sério como este não pode ficar à mercê da nossa comunidade (Janete Barreto - sexta, 23 novembro 2007).

Os Centros que são mantidos pelas ONGs são os que mais sofrem com essa situação. As instituições sobrevivem de doações ou de alguns serviços sociais prestados à comunidade. As dificuldades com as despesas administrativas e de manutenção do CDC é uma das problemáticas mais graves. As despesas com *link*, impressão, recursos humanos e segurança são fixas e alguns não conseguem recursos para manter esses custos. O acúmulo de atribuições para o monitor também tem sido pauta de discussão entre eles. Em uma delas, os monitores se mostraram preocupados quanto a esta situação; eles perguntavam à Coordenação do Programa o que fazer se a instituição não tiver condições de cumprir com todos os regulamentos do Projeto e se, porventura, ela perderia o CDC? E a Coordenação foi bastante clara, quando afirmou que a instituição teria um prazo de noventa dias para garantir a sustentabilidade do programa, senão ele, infelizmente, perderia o convênio.

Acho que esta é uma realidade da maioria dos CDC mantidos pelas ONGs, pois trabalhamos com comunidades carentes, principalmente na questão educacional, que é a base para a construção de qualquer cidadão. É preciso pensar em ações que busquem a sustentabilidade dos CDC, pois sou de ONGs e sei que minha comunidade não tem condições financeiras para manter os custos do CDC. O CDC deveria potencializar projetos que dessem condições financeiras à minha comunidade, e não o contrário. Essas pessoas precisam de uma melhor qualificação pessoal e profissional, para que se sintam valorizadas e incluídas na sociedade, não só teoricamente, mas na prática. Mas as despesas são muitas (Vernete Barone - sexta, 25 novembro 2007).

O que se revela neste cenário, apresentado por Vernete, é o que Santos (2006) chama de “papel de encruzilhada”, isto é, a contradição em que se encontram as ONGs: fazer a

inclusão sociodigital e manter os CDC. Aquelas não sabem o que reclamar da comunidade, se a participação nos projetos socioeducativos como uma possibilidade de emancipação sociodigital ou se elaboram projetos com pretensões utilitárias para buscar recursos para gastos do Centro. Todavia, esta é uma fragmentação do Programa de Inclusão Sociodigital. O que solicitar eficazmente à comunidade local? Esta condição de encruzilhada no cenário do Programa faz pensar: é uma limitação econômica do Programa de Inclusão Sociodigital ou uma regulação intencional das ações emancipatórias nos CDC? Pensar nestas questões é não perder de vista que as políticas públicas são sucumbidoras dos movimentos sociais e que criam atmosfera de insegurança e medo como instrumento de controlar as ações no processo de execução das políticas sociais. Compreendendo que o mundo digital se incrementa extraordinariamente e que recria formas alternativas de sobrevivência, os movimentos sociais não só poderão superar as clivagens que tais despesas criam dentro desta proposta de inclusão sociodigital, como também poderão ser capazes de buscar a formação continuada dos sujeitos, envolvidos ou não nos organismos de representação da sociedade civil “[...] assegurar a liberação da inventividade como torná-la efetiva. E a idéia de distância cultural e digital, subjacente à teoria e à prática do imperialismo, atinge também seu limite” (SANTOS, 2000, p.164 grifo nosso).

Outro problema enfrentado pelos gestores e monitores é quanto à sua formação. Vale salientar que 80% dos monitores e gestores têm apenas uma formação básica, o Ensino Médio, exigido pelo programa. Quando eles aí ingressam, fazem uma capacitação inicial de quarenta horas presenciais e mais vinte horas a distância. Durante esse processo, conhecem o Programa, seus objetivos, sua proposta de atuação, sua metodologia. A programação do curso é de questões pedagógicas (NUGEC, Projetos Socioeducativos, Planos de Ação, Plano de Curso e Plano de Oficinas) e técnicas (operação e gestão do CDC, Acesso Berimbau, Berimbau .Linux e seus aplicativos, Educ, Moodle).

Alguns gestores e monitores suscitaram, nas discussões dos fóruns, algumas questões relativas à sua formação e à proposta do Programa. Para alguns deles, uma das prioridades que os governos devem ter em relação ao uso dos Centros é a formação de multiplicadores educacionais. Ou seja, é preciso uma formação continuada e um incentivo maior para que eles, monitores, atuem como mobilizadores sociais. Neste contexto, são necessárias políticas públicas de garantia de recursos que lhes permitam dar

continuidade à sua formação para que eles tenham condições de atuar em todas as dimensões simultaneamente, tanto nos aspectos de gerenciamento técnico dos CDC, quanto no sociopedagógico. Na verdade, já se tem conhecimentos produzidos sobre como fazer a formação de monitores para a proposta de inclusão sociodigital nos Centros; a questão é que não se pode exigir que o monitor o faça, quando ele mesmo não está inserido na cultura digital e somente tem acesso ao computador no momento da sua atuação, juntamente com os alunos. Embora muitos dos gestores e monitores já estivessem buscando a sua formação, faltam condições efetivas para que isto seja extensivo a todos os demais.

Dentro deste contexto fica claro que é necessário interagir com a tecnologia, apreender suas principais propriedades e potencialidades para uso pedagógico. Isso não significa apenas facilitar a compra de computadores e ofertar curso técnico de informática aos monitores. Trata-se de uma formação continuada que integra as dimensões de domínio tecnológico, prática pedagógica com o uso da tecnologia, teorias educacionais e gestão de espaços, tempos e recursos. O sentido da inclusão digital do aluno está inter-relacionado com o sentido da inclusão digital do monitor, do gestor e de todos que atuam no CDC (Ângela Miranda Alves - segunda, 26 novembro 2007, 16:56).

A discussão a seguir, levantada por Raimundo, aponta para o compromisso dos gestores e monitores como agentes de transformação social. Ele manifestou sua preocupação com referência a um ponto bastante sensível ao desenvolvimento do projeto, que é a rotatividade dos gestores e monitores, principalmente neste ano eleitoral. A maioria é contratada pelas mantenedoras por tempo determinado ou trabalha voluntariamente nos Centros. Quando termina o contrato, alguns conseguem renovação automática, outros são substituídos. Os que trabalham voluntariamente têm uma permanência mais frágil ainda, a qualquer momento podem deixar suas atividades no CDC, se não conseguirem conciliar com o seu novo trabalho.

Tem assuntos que são difíceis, parecem uma montanha, sou cargo de confiança e sei que minha permanência no CDC depende da permanência do Prefeito, no momento precisa que a SECTI trabalhe mais com os responsáveis pela Entidade Mantenedora, falando como funciona e os benefícios do PID (recentemente recebi uma proposta engraçada; disseram que talvez vão me tirar do CDC para trabalhar em outro setor e colocar uma senhora com 59 anos, que nunca pegou em um PC); engraçado, me esforcei tanto para fazer a capacitação, dedico-me tanto em aperfeiçoar, e a entidade pensa que qualquer pessoa faz isso, o mais engraçado é que essa funcionária foi tirada de uma escola porque só vivia de atestado médico, fazer o quê, AMO A INCLUSÃO DIGITAL (Raimundo Rios CDC Baixa Grande - domingo, 16 março 2008, 19:10)

Além das questões de remuneração, dos direitos trabalhistas e da valorização profissional destes multiplicadores educacionais, muitos expressam sua frustração em relação às atividades nos CDC quanto às ações eleitoreiras presentes nas políticas públicas. A permanência dos gestores e monitores das convenentes municipais depende das coligações partidárias. Se o CDC estiver ligado a um determinado político e ele entender que as ações de inclusão sociodigital desenvolvidas pelos gestores e monitores são contra as suas atividades ‘parlamentares’, ou ele precisa empregar seus correligionários partidários, aqueles são desvinculados do Programa sem maiores explicações. Não têm nenhuma garantia de quanto tempo permanecerão à frente dos Centros. Os que são concursados também enfrentam as mesmas dificuldades, podem, a qualquer momento, ser transferidos para qualquer outro setor administrativo da sua mantenedora. Muitos cobram uma posição da SECTI quanto a esta questão. Mas, segundo ela, esta é uma questão administrativa das convenentes e, como eles não são funcionários do Estado, a SECTI não pode tomar decisões, a não ser capacitar os novos gestores e monitores que serão selecionados pela convenente para integrar o Programa.

Realmente sentamos no prego em várias discussões como vários colegas citaram aqui neste tópico. Realmente, Raimundo, têm várias discussões entre os Q.I. (Quem Indica), mas de uma coisa eu tenho certeza: que, por mais que tirem o meu cargo, por mais que coloquem uma pessoa que não é capacitada o suficiente para o cargo, por mais que depois que eu saia veja inúmeros erros sendo feitos por uma(s) pessoa(s) no meu lugar, sei que NINGUÉM TIRA O CONHECIMENTO QUE ADQUIRI NESTE TEMPO QUE ESTIVE À FRENTE DO CDC (Reis Mutubá CDC Rio de Contas- domingo, 16 março 2008).

Os gestores e monitores reconhecem que a estrutura social desejada pelas políticas sociais é uma estrutura que busca a homogeneidade e a manutenção dos valores sociais, e não propõe a participação social, porém, eles, como explicitado pela fala de Reis Mutubá, são agentes sociais, e podem buscar e construir processos de transformações sociais e constituir-se em sujeitos da mudança (FREIRE, 1979). Quando se escolhe uma pessoa ‘menos’ capacitada para desenvolver determinadas ações dentro de uma política pública social, o que se busca, na verdade, é a não atuação desta pessoa e a morosidade no processo de transformação sociocultural. A compreensão de que todos se constituem multiplicadores sociais e agentes da transformação os leva a permanecerem neste processo de buscas efetivas de superação das limitações sociais que insistem em transformar apenas em técnico de um projeto, e não sujeito portador de um conhecimento emancipatório. O acesso às TIC deve possibilitar condição de se estabelecer relações com

o mundo em que se vive e que esta relação seja de transformação das condições que vivenciadas, e não como processo de adaptação.

Isso eu escutei através de meu Gestor, apenas modifiquei, mas estas palavras me tocaram, pois sei que algum dia estará saindo e espero que seja para uma coisa melhor, mas se for para sair por causa de indicações ou término de contrato, e não renovação do mesmo, estarei satisfeito: satisfeito com as crianças, jovens e adultos que capacitei, satisfeito com as pessoas que ajudei; satisfeito com os sorrisos e agradecimentos que recebi; satisfeito em ajudar a cada pessoa que necessitou de alguma ajuda, mesmo que seja outra coisa não relacionada ao CDC. Por isso, pessoal, sei que é difícil estar em cima de um prego, então vamos dar valor aos nossos empregos enquanto temos ele, pois o que importa é o que fazemos, e não o que pode acontecer no futuro, pois "o futuro a Deus pertence". (Alfredo Reis Mulungu - segunda, 24 março 2008, 14:23)

O interessante é que, mesmo com a vulnerabilidade do cargo, os monitores e gestores não se desmotivam e acreditam no que fazem, inclusive mobilizam os demais para continuarem participando do processo de inclusão sociodigital, mesmo que ‘saíam’ dos CDC. Percebe-se que eles, sem terem ainda uma consciência clara, apresentam o que Santos (2000)⁵⁴ denomina de uma “pedagogia da existência”, que é a busca do conhecimento sistêmico na condição de uma forma de autorização à visão da história como uma situação e um processo, ambos em uma perspectiva crítica.

Para isso, diz o autor supracitado, “é fundamental viver a própria existência como algo de unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para poder pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia” (p.116). Esta situação de vulnerabilidade é uma forma de deixá-los inertes em seus espaços de atuação. Mas, conscientes da sua existência como possibilitadora de transformação social e multiplicadora de resistências às forças das políticas eleitoreiras, os gestores e monitores sugerem aos outros que não desistam e continuem desenvolvendo suas atividades de forma crítica e significativa, cujo objetivo é ultrapassar as soluções imediatistas e alcançar políticas cujos efeitos são duradouros e humanizadores com a construção dos conhecimentos emancipatórios capazes de existir e resistir às ações maléficas dos processos capitalistas globais.

Eu penso que a situação de alguns gestores e monitores é bastante complicada, pois ocupamos um cargo na prefeitura que não tem nenhuma estabilidade, ainda mais este ano de eleições. Os políticos deveriam enxergar a importância do projeto de inclusão sociodigital para os cidadãos do nosso município, e não

54 SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 3ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

apenas ver o cargo de gestor e de monitor como cabide eleitoral. Estou bastante engajado no Programa do Governo do Estado de Inclusão Sociodigital e vejo que posso ajudar bastante no processo de inclusão no meu município e faço parte do NUGEC e mesmo sendo demitido vou continuar contribuindo com o projeto (Albert Ferreira - terça, 18 março 2008, 11:38).

O engajamento no Programa de Inclusão Sociodigital, presente na fala de Albert, remete ao que Freire (1979) chama de “compromisso do indivíduo com o mundo, inserido em seu contexto histórico”. Vai além de ser um representante de A ou B, configura-se em ação e reflexão. Emergindo neste processo, homens e mulheres e, neste caso, gestores e monitores, se reconhecem dentro de um espaço de contradições que possibilita troca de conhecimento para emancipação social e a busca de respostas para as sua existência além deste programa. A existência da vida comunitária, dos problemas educacionais, sociais, culturais e econômico. Pois o “compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas ‘águas’ os homens verdadeiramente comprometidos ficam ‘molhados’, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro” (FREIRE, 1979, p. 19). As águas aqui são as ações desenvolvidas pelos CDC. A constituição do NUGEC é uma destas ações em que os gestores e monitores precisam mergulhar sem medo e com muita ousadia, pois engajamento também significa participação e gestão colaborativa.

4.2.3 Desafio à democratização da informação/educação

Para que haja emancipação, é preciso investir na construção da autonomia dos cidadãos e na democratização da informação, o que implica potencializar processos horizontais de organização, produção e aprendizagem coletiva que se constroem com o acesso crítico às informações.

Segundo Pretto⁵⁵ (2001), o grande desafio será o de articular todas as organizações da sociedade – universidades e faculdades (estaduais, federais e particulares), governos federal, estadual e municipal, e a iniciativa privada – buscando, efetivamente, a formação de cidadãos ativos e autônomos, universalizando o acesso à internet e promovendo a democratização da informação. A articulação destas instâncias sociais favorecerá a montagem de uma grande conexão em rede, criando-se com isso uma rede científica, cultural e educacional de sustentação e fortalecimento do tecido social. Imagina-se que um trabalho conjunto do

55 Jornal do Brasil, 22 de fevereiro de 2001, seção Internet.

sistema educacional com as demais organizações não-educacionais possa vir a potencializar essas conexões, tornando-as plenas de sentido para quem as utiliza, com conteúdo criado localmente, de forma a se trabalhar na direção de uma inclusão digital ativa e contextualizada para toda a população.

Os projetos sociais a que me refiro no fórum têm estreita relação com questões relativas à democratização da informação e, por conseguinte, participação social. Entendo que o CDC não pode ter pretensões de resolver problemas estruturais, mas confio no conhecimento para reflexão/ação, pois sendo assim poderemos fazer valer a nossa CIDADANIA (Maria do Rosário - segunda, 26 novembro 2007, 14:49).

A inclusão implica algo muito mais do que ter condições de, pela internet, comprar, acessar informações e participar de cursos a distância. Significa a participação efetiva, onde os indivíduos têm capacidade não só de usar e manejar o novo meio, mas, também, de prover serviços, informações e conhecimentos, conviver e estabelecer relações que promovam a inserção das múltiplas culturas nas redes e em rede (PRETTO, 2001). Logo, Maria enfatiza a democratização de acesso à informação como indutora de participação social na rede e, em rede, pressupõe que a cibercultura é possibilitadora da emancipação social e que os gestores e monitores precisam desenvolver uma consciência para compreender os CDC, a rede mundial como um espaço dos acontecimentos socioculturais em um processo emancipatório.

A necessidade das oficinas educativas desenvolvidas no CDC para minha comunidade é muito grande, porque precisamos conscientizar os jovens de que a internet não é só jogos, *Orkut*, *msn* e outros programas similares, porque tem muito mais do que isso para a gente entrar e pesquisar coisas que têm proveito para o futuro de cada um; *site* de pesquisa ou *site* de informações do mundo, tanto no Brasil quanto fora do Brasil...e eu estou disposto a ajudar a conscientizar cada um de maneira que ele venha a ter interesses de vontade própria, não forçado (Renann Silva - segunda, 26 novembro 2007, 13:50).

A questão da democratização da informação está aliada à democratização da educação. Os atores sociais têm uma percepção bastante clara quanto a esta questão; em sua maioria, eles ressaltam a importância do acesso à educação como uma das ações mais importantes que deverão ser promovidas pelos CDC. Esta questão é abrangente e está intimamente ligada à de inclusão social. As políticas públicas de inclusão digital promovem a democratização e o acesso à informação, disponibilizando tecnologia à população.

As palestras e os cursos que são realizados no CDC são uma ótima proposta para o crescimento educacional e profissional da sociedade. Acredito que, com a

implantação do CDC nas escolas, a sociedade passará a conhecer um mundo diferente. Creio também que a violência em geral diminuirá tanto nas escolas, em casa ou em qualquer outro lugar em que o cidadão esteja (Rúbia do Rosário - Saturday, 7 June, 2008, 14:25).

Para Hetkowski (2004), as políticas públicas de inclusão digital devem disponibilizar espaços e acesso de forma crítica, onde as pessoas, além de aprenderem a mexer nas máquinas, possam redimensionar o uso das TIC no seu dia-dia. “A internet deve ser e deve permanecer como um espaço virtual de livre expressão e de acesso a todos” (HETKOWSKI, 2004, p.128). As exclusões serão minimizadas no momento em que o usuário aprende que o computador é um meio de acesso à educação, ao trabalho, ao contato e troca com a sua comunidade, ao pensamento crítico e ao exercício pleno de sua cidadania. Para que aconteça esse movimento, as escolas deverão se transformar em espaços dinamizadores de atuação. Fala-se em escola, pois, como se sabe, os CDC são espaços não formais de aprendizagens ou de democratização da informação. Atualmente, ela ainda se apresenta como “um lugar centralizador e não mobilizador de ações e de situações conjuntas com a comunidade e as redes de conexão. Escola-comunidade apresenta ruídos nas relações e na participação consciente de pais, alunos, professores, entre outros setores que compõem o cenário” (HETKOWSKI, 2004, p.129). Se os CDC desenvolverem trabalhos colaborativos em parceria com as escolas, estas deixarão de ser aquele espaço chato, desmotivado e menos atrativo e se constituirão em redes de excelências colaborativas de aprendizagens significativas.

Este ruído na relação do CDC com as escolas abre espaço de discussão entre seus multiplicadores educacionais. Os Centros que são instalados dentro ou próximos às escolas públicas enfrentam sérias dificuldades nas suas relações institucionais e, principalmente, na divergência da proposta de atuação na promoção da inclusão social. Muitos alunos deixam de freqüentar as aulas para participar das oficinas ou para fazer acesso livre ⁵⁶, oferecidas nos CDC. Muitos destes espaços digitais têm procurado desenvolver atividades voltadas para professores, para que estes venham a incrementar suas aulas de forma mais interativa e colaborativa, possibilitadas pelas ferramentas digitais. Mas o número de oficinas desenvolvidas pelo professores é muito pouco, e a procura e o interesse, menor ainda. Para Hetkowski (2004), esta situação poderia ser transformada se as “políticas públicas de formação de professores estivessem interconectadas consigo mesmo e com o sistema educacional vigente enquanto periferia, e com as políticas públicas nacionais” (p.128). Esta interconexão possibilitaria sintonia entre as políticas públicas nacionais e clareza das suas

56 No CDC, são considerados acessos livres: acessar *e-mail*, Orkut, MSN ou jogos *on-line*.

propostas na democratização do conhecimento socialmente construído.

Posso concluir este tópico dizendo que a grande necessidade ainda está em incluir digital e socialmente a nossa comunidade. E esta tarefa não está diretamente ligada à disponibilidade do povo em vir aos CDC, e sim a um maior incentivo por meio de atitudes e atrativos que possam inserir conhecimento e cultura digital na sociedade em questão e não só isso, mas também inseri-los de forma capacitada às grandes disputas da vida em sociedade (Evilásio Santos - terça, 18 março 2008, 08:40).

Para Castells (2005), existem três formas de ser um excluído digital: a primeira é não ter acesso à rede de computadores. Conta-se com 85% de baianos que nunca tiveram a oportunidade de enviar ou receber um *e-mail*, ou até mesmo fazer um cadastro de pessoa física no *site* da SEFAZ. São pessoas que estão a 300, 400 km de distância da capital e passam de 10 a 14 horas viajando para se inscrever em concursos, quando poderiam se deslocar apenas para fazer a prova escrita. A segunda é ter acesso ao sistema de comunicação, mas com uma capacidade técnica muito baixa. Os que se encontram nesta condição fazem o uso indireto, o monitor ou o gestor é quem faz o acesso por ele e o tipo de acesso, geralmente, é para retirada de segunda via de contas de luz, água, telefone. E a terceira, que, para Castells (2005) e para todos, é a mais importante forma de ser excluído e a que menos se discute:

É estar conectado à rede e não saber qual acesso usar, qual informação buscar, como combinar uma informação com outra e como a utilizar para a vida. Esta é a mais grave porque amplia, aprofunda a exclusão mais séria de toda a história; é a exclusão da educação e da cultura, porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente (2005, p.1).

Em sua maioria, são jovens que utilizam *Lan house* para acessar apenas *site* de relacionamentos, salas de bate-papo virtuais e jogos eletrônicos, buscando somente o entretenimento e o lazer virtual motivados pelo consumo digital.

Portanto, precisamos oferecer, sim, a qualificação profissional, mas não devemos esquecer-nos da formação pessoal-ética-moral do jovem que se encontra inserido na comunidade onde o consumo de drogas e a violência têm sido presentes no seu cotidiano. Por isso, é de fundamental importância desenvolver também projetos que venham a discutir a temática das drogas, auto-estima e de cultura local/regional desta juventude (Adones da Silva - terça, 20 novembro 2007, 11:21).

Quando Adones chama atenção para o processo de inclusão que se deve fazer nos espaços públicos digitais, ele atenta para que não se considere 'peixe na rede', mas nó de conexões que vão além dos *scraps* animados e jogos que explicitem a violência para as

discussões em fóruns e comunidades virtuais que debatem e reinventam as possibilidades de inserção social; que os jogos eletrônicos se constituam ferramentas de reflexão da nova vida contemporânea; que o CDC não aprofunde o analfabetismo funcional, onde se contam com jovens e adultos com um certificado de Ensino Médio ou graduação, mas com uma competência técnica e crítica que os impossibilita de ingressar no mercado de trabalho, cujo sistema de exclusão/inclusão é legitimado pelos concursos eliminatórios e ‘catalisadores’ de habilidades para a empregabilidade. Existem na rede muitos fóruns, *blogs* e comunidades discutindo problemáticas sociais que precisam ser divulgados entre os cidadãos. Os movimentos sociais estão se organizando em rede e muitos gestores e monitores precisam disseminá-los nos Centros para que os jovens conheçam os movimentos locais e globais de participação e inserção políticas. É preciso, de fato, incluir, mas com o compromisso de dividir as responsabilidades do resgate da cidadania.

A Inclusão Digital é de fundamental importância na vida do cidadão, pois, com o avanço das tecnologias, é possível melhorar as condições de vida da população. Mas para que isso aconteça, é preciso interesse das autoridades políticas. Mas, se em uma determinada comunidade for inserida a Inclusão Digital, esse problema vai sendo amenizado. Uma vez que a Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC seja implantada atenderá a todos os cidadãos, inclusive aqueles de baixa renda (Pedro Santos – quarta, 19 março 2008, 21:30).

Não somente Pedro tem esta visão quanto ao acesso à educação por meio das TIC, mas a grande maioria dos seus colegas; nos fóruns, eles enfatizaram, durante duas semanas, a importância da educação para que a emancipação realmente se concretizasse. A emancipação que Freire (2000) pressupõe: liberdade, serenidade e habilidade na circulação por determinado tema, objeto ou contexto.

Quando a temática é acesso às TIC em uma perspectiva emancipatória, é preciso que se compreenda a importância desses três elementos apontados por Freire (2000) para o efetivo desempenho da cidadania e de sua interferência na estruturação social de qualquer nação. As TIC, quando submetem os indivíduos a novas formas de visão e de interação com o meio social, habilitam-no a entender o próprio meio. Ao entender o meio e o novo conjunto de instrumental que as TIC lhe proporcionam, o indivíduo conquista a serenidade em virtude da segurança que o instrumental lhe confere. Amparado pela habilidade, e dotado dos mecanismos que lhe dão segurança, o indivíduo alcança a liberdade de atuar mais profundamente no nível social promotor de mudança. Este indivíduo alcançou, assim, a emancipação social que somente a educação emancipatória

pode lhe conferir.

Projeto que faz com que a população se desenvolva, cresça em conhecimento e profissionalismo, participação, por exemplo: Oficina de digitação, a economia que vem do lixo e dos resíduos sólidos, palestra sobre a importância da interação dos mesmos na sociedade não só como cidadão, mas como a ferramenta principal para uma transformação com êxito no mundo em que vive (Dogival Padro - quarta, 28 novembro 2007, 11:14).

Para os gestores e monitores, o espaço cibernético é um espaço de encontros significativos, onde podem estar discutindo e reconstruindo seus conhecimentos acerca de problemáticas do cotidiano local como as questões das drogas, sexualidade e gravidez na adolescência. O que culmina com o que Hetkowski (2004) define sobre espaço da interação humana, que é a possibilidade de culturalização da solidariedade das questões sociais localizadas no tempo/espaço reconfigurado na estrutura da partilha do conhecimento emancipatório. O CDC, como este espaço cibernético, “promove a flexibilização, a desterritorialização, a culturalização pelo movimento/mobilidade entre o mundial e o local, relação entre centro e periferia, múltiplos espaços e tempos e novas possibilidades e limites sociais e educacionais (2004, p. 197).

A demanda pelo uso dos computadores em nosso município é muito grande, tendo em vista que o CDC é o único espaço gratuito de acesso pelas pessoas de baixa renda, portanto, há necessidade de projetos socioeducativos para a dinamização de uso do espaço e para atender ao maior número de pessoas. Acredito que isso só será possível com parcerias com as escolas, entidades e pessoas da comunidade. E os projetos que são desenvolvidos aqui são para todas as pessoas. Temos oficinas para garis, operários da construção civil, merendeiras, artesão. ([Genivaldo Rosa](#) - terça, 27 novembro 2007, 10:29).

O ciberespaço pode ser, portanto, considerado como uma virtualização da realidade, uma migração do mundo real para um mundo de interações virtuais. A desterritorialização, saída do ‘agora’ e do ‘isto’ é uma das vias régias da virtualização, por transformar a coerção do tempo e do espaço em uma variável contingente (HETKOWSKI, 2005). Esta migração rumo a um novo espaço-temporalidade estabelece uma realidade social virtual, que, aparentemente, mantendo as mesmas estruturas da sociedade real, não tem, necessariamente, correspondência total com esta, possuindo seus próprios códigos e estruturas. Quando os gestores e monitores propõem projetos que dinamizem os espaços virtuais é preciso pensar os sujeitos como potencializadores destes projetos, não apenas em formar um grupo de pessoas para fazer “as mesmas coisas” que já faziam nos espaços presenciais. Mas que as trocas sejam efetivas e garantam a participação de todos neste processo de multiplicidade das construções

socioculturais entre todos os atores sociais listados acima, pois os garís têm muito a ensinar, assim como as merendeiras, as domésticas, os pedreiros e os eletricitas, e não somente estão ali apenas para aprender.

4.2.4 O homem, como um ser histórico, inserido em um permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber

No módulo de Gestão Colaborativa, último módulo do curso de Implantação do NUGEC nos CDC, os gestores e monitores sintetizaram as discussões das suas dificuldades cotidianas na execução do Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia e apontaram novos encaminhamentos para a proposta de inclusão sociodigital.

Como o objetivo deste módulo era orientar os multiplicadores educacionais dos Centros na implantação do seu NUGEC, sofreu uma alteração no cronograma de execução. A princípio, ele teria quinze dias de aulas e mais quinze dias para a implantação do NUGEC. Mas, durante o processo, os mediadores e coordenadores foram compreendendo a dinâmica do grupo e avaliaram melhor o cronograma de atividades. Assim, a duração deste módulo foi de dois meses, sendo duas semanas de participação nas discussões nos fóruns virtuais com as temáticas: “O que é uma gestão participativa? E qual a importância da gestão colaborativa no Programa de Inclusão Sociodigital?” Mais uma semana de discussão e implementação do Regimento Interno do NUGEC, e um mês para mobilização, na comunidade, visando à constituição do Núcleo. E, por último, uma semana para avaliação do curso, enviar a cópia da ata para a SECTI da assembléia de constituição do núcleo gestor e cadastramento dos membros no Acessa.Berimbau (M. GESTÃO COLABORATIVA, 2007).

Cabe dizer que esta lógica de gestão é adequada para plano de ação com vistas à inclusão social e integração comunitária. Parece razoável pensar que decisões que irão implicar resultados para toda a comunidade sejam tomadas de modo coletivo, envolvendo e co-responsabilizando as diversas partes envolvidas. Para que isto ocorra, a participação passa a ser mais que uma palavra ou um conceito, passa a ser entendida como um princípio. A “**Gestão Participativa**” pode, a partir de então, ser compreendida como norteadora das decisões a serem tomadas pelo conjunto das pessoas em prol desta coletividade. Ela deve ser envolvida sempre por princípios democráticos, de compreensão das diferenças e das diversas

necessidades que envolvem uma comunidade.

Na atual circunstância, o NUGEC poderá viabilizar o acesso àqueles que não têm uma mínima” formação educacional, estão sócio-economicamente, culturalmente e digitalmente empobrecidos. É preciso que o governo assuma com mais afinco o papel de coordenador e atue em conjunto com a sociedade civil organizada a fim de assegurar o tripé da inclusão digital (Rogério Santos de Jesus, Tuesday, 17 janeiro 2008, 14:30).

Quando Rogério fala da importância do governo na condição de coordenador das ações de inclusão digital como uma forma de garantir a sustentabilidade dos CDC, remete ao compromisso e participação das comunidades na gerência das políticas públicas das TIC. Não se pode deixar de reconhecer que a sociedade em rede já conduz ao compromisso de dividir responsabilidades pautadas na gestão colaborativa. Se a comunidade se organiza para levantar as suas necessidades comunitárias, elencará projetos que lhes atenderão, adequando-as às ações dos Centros e às especificidades do local em que eles estão inseridos. Portanto, não serão os gestores e monitores, nem tampouco a SECTI que definirão as ações dos CDC, mas a comunidade representada pelo NUGEC que incrementa suas ações.

Estamos com dificuldade em implantar o NUGEC, pois as pessoas inseridas na comunidade estão colocando dificuldade pelo fato de ser um trabalho voluntário. Muitos têm outras atividades, na qual ocupam a maior parte do seu tempo. É necessário que governos, ONGs, empresas particulares estejam empenhados neste processo, coordenando ações de inclusão digital, oferecendo um ambiente para que a população menos favorecida tenha condições de agregar valores no conhecimento digital. (Jomário Alves - Tuesday, 17 June 2008, 15:46).

A cultura de não-participação dos cidadãos nas políticas públicas sociais teve espaço de discussão nos fóruns de gestão participativa. Quando esta questão foi suscitada por um dos participantes, todos começaram a relatar as suas experiências locais no momento de constituição do NUGEC. Alguns chegaram a propor que, se os conselheiros fossem remunerados, eles não teriam dificuldades para encontrar pessoas dispostas a participar dos Núcleos. Estes têm como papel modificar a realidade local por meio de ações que possibilitem um maior contato da população com o mundo virtual, criando espaço aos atores sociais, como gestores e educadores, para que possam promover, junto com a comunidade, a educação, o conhecimento e a cidadania, via CDC.

Promover espaços de debates que despertem o interesse em compreender os processos históricos que levaram ao silenciamento e a não participação social. Fomos colonizados em um regime ditatorial e excludente e os processos políticos se fundamentaram no coronelismo. As experiências de participação social nas políticas públicas ainda são pouco incentivadoras.

Muitos conselhos são organizados para não funcionar, as reuniões são forjadas por atas assinadas ‘no escuro’ por presidentes autoritários, escolhidos a dedo por prefeitos ou seus secretários, como é o caso dos Conselhos de Educação, da merenda escolar, etc. Por outro lado, os movimentos sociais estão reinventando a participação social e resgatando a cidadania; nos últimos anos, assistiu-se a muitas propostas advindas dos movimentos sociais se legitimando como políticas públicas. A educação indígena, a questão das cotas nas universidades para os afrodescendentes, a capoeira como patrimônio cultural, o ministério da pesca, são alguns exemplos dos movimentos dos que estão embaixo que se normatizaram nos últimos tempos. É discutível a quem se destinam estas políticas públicas, se ao mercado que clama por aberturas de consumo e ampliação de suas explorações ambientais e humanas, ou ao próprio Estado, para a arrecadação de mais impostos, ou se, efetivamente, para atender às necessidades dos grupos que reivindicaram tais ações do Estado (BONETI, 2006).

A maioria dos CDC tem como entidades mantenedoras as Prefeituras, instituições altamente politizadas, onde as decisões sempre se baseiam na vontade de um determinado grupo, onde o radicalismo impera e a participação democrática inexistente; isto acontece claramente no interior, mas também vemos focos do imperialismo nos Estados e na União. O modelo de gestão é altamente tradicional, não permitindo de forma nenhuma a participação de alguns representantes da comunidade. É possível, desta forma, constituir um grupo democrático gestor onde as decisões sempre serão tomadas de cima para baixo? (Eliene Coelho - Tuesday, 27 June 2008, 15:46).

Na discussão do Regimento do NUGEC, o grupo identificou algumas fragilidades na gestão participativa. Uma das questões levantadas pelo grupo foi a da relação do Núcleo com as mantenedoras, isto é, como o NUGEC tem “caráter propositor, consultivo e executivo das ações dos CDC na comunidade” (REGIMENTO do NUGEC, 2008, p. 01). Os gestores e monitores questionavam onde começava a participação do Núcleo e terminava a das mantenedoras e qual seria a postura dele em municípios com características muito fortes de silenciamento comunitário. Outra questão suscitada foi quanto às deliberações. Algumas mantenedoras dos CDC fazem parcerias com instituições privadas que contradizem as propostas do NUGEC. Como este poderá resolver esta questão se ele é apenas consultivo, e não deliberativo?

Nas condições atuais, da mesma forma que se amplia o império das normas, segundo Santos (2000), assistimos também ao conflito entre elas, incluindo o papel cada vez mais dominante das normas privadas na produção da esfera pública. Não raramente as regras estabelecidas pelas empresas afetam mais que as regras criadas pelo Estado. A ativação de uma estrutura colaborativa, formando teias ressonantes e significativas que podem questionar estes modelos

de gestão das políticas públicas no trabalho de conscientização, será a mola propulsora para contribuir no movimento de enfraquecimento dos impérios empresariais que regulam as políticas sociais. “Tudo isso atinge e desnorteia os indivíduos, produzindo uma atmosfera de insegurança e até mesmo de medo, mas levando os que não sucumbem inteiramente ao seu império à busca da consciência quanto ao destino do Planeta e, logo, do Homem” (SANTOS, 2000, p. 163).

A SECTI criou o PISD, que descentralizou sua atuação ao instalar cada CDC nos diversos municípios baianos. E cada CDC está inserido em uma realidade distinta. Se só a SECTI ou só os gestores e monitores determinam a atuação do CDC, a lógica NÃO é participativa. O NUGEC está sendo constituído em cada município. Nessa rede, todos têm vez e “voz”. As decisões não surgem de “cima para baixo”, mas tudo é construído de forma mútua: SECTI, NUGEC, cada usuário, visando à inclusão social e a integração comunitária (Jomário Alves - Tuesday, 17 June 2008, 15:46).

O grupo reconhece o movimento suscitado pela constituição do NUGEC como a possibilidade de organização da sociedade em rede. Esta é a sociedade cuja estrutura social foi construída em torno de redes de informação, a partir do desenvolvimento de tecnologias microeletrônicas que resultaram no aperfeiçoamento de sistemas computacionais que, por sua vez, estruturaram redes que conectam o mundo, com destaque para a internet. Nesse sentido, Castells (2003) argumenta que a ela é muito mais que uma simples tecnologia, é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa das sociedades, é o coração de um novo paradigma sociotécnico, que forma, na realidade, a base material de nossas vidas e formas de relação, de trabalho e de comunicação. “O que a internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos” (CASTELLS, 2003, p. 287).

Será que nós vivemos realmente numa sociedade democrática? Será que os projetos de gestão participativa atenderão aos anseios dos políticos e também das sociedades? Será que os pensamentos realmente são para uma sociedade inclusiva? É necessário que governos, ONGs, empresas particulares, estejam empenhados neste processo, coordenando ações de inclusão digital, oferecendo um ambiente para que a população menos favorecida tenha condições de agregar valores ao conhecimento digital (Adriana Alves - Tuesday, 21 janeiro 2008, 15:46).

As falas evidenciam que uma proposta de gestão participativa no Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia propiciará a busca de autonomia dentro do próprio projeto e na comunidade. Mas, nas discussões do grupo, observou-se a preocupação com este ‘trabalho colaborativo’. Será se, com essas parcerias, a questão da participação social com os interesses

de cada parceiro não poderá divergir? Esta foi uma das inúmeras perguntas do grupo quanto à busca da sustentabilidade do CDC via NUGEC.

A emancipação sociodigital não tem resultado eficiente quando se transferem as responsabilidades do Estado para empresas privadas ou para uma comunidade carente que espera, durante anos, por políticas públicas indutoras da autonomia pela igualdade de oportunidades. Percebe-se que, nestas perspectivas de gestão colaborativa, a emancipação social deixará de ser a preocupação central dos CDC, pois os gestores terão que elaborar projetos que atendam ao mundo do consumo, uma vez que ali encontrarão empresas interessadas em arcar com as despesas do CDC. Alguns gestores apresentavam proposta de oficinas que eram ali desenvolvidas para a comunidade com finalidade única e exclusiva de atender ao mercado e manter o CDC. Muitos chegam a afirmar que, se o NUGEC interferisse contra estas ações, as mantenedoras, que têm o poder deliberativo, poderiam firmar parceria com empresas que garantissem a sustentabilidade do Centro.

Não queremos que nos ensinem a pescar, isto nós já sabemos muito bem. Queremos que abram o mar para que continuemos a pesca. Como vamos exigir das pessoas participação na gestão se elas não têm condições financeiras para participar? Não queremos apenas transferência de responsabilidades, queremos também transferências de recursos financeiros para termos condições de atuarmos junto à comunidade (Vanilda - Tuesday, 23 janeiro 2008, 15:46).

Por outro lado, alguns gestores e monitores procuram sensibilizar a comunidade para elaborar alternativas criativas na busca da sustentabilidade financeira dos CDC. Algumas atividades como bingos, rifas, quermesses são neles desenvolvidas. Mas estas são formas paliativas que não garantem sua sustentabilidade. São tentativas que se prendem a propostas alienantes de políticas que querem fazer do Centro plataforma de votos ou para não se tornar uma ‘*Lan house* do governo’, atendendo às necessidades do mercado do consumo.

Nestas discussões, os participantes entendem que a emancipação sociodigital só será possível se o Estado assumir a gestão financeira do Programa e a sociedade civil, a gestão dos projetos, das propostas de educação comunitária e participação social. Para que as condições concretas que limitam a autonomia sejam transformadas, é preciso reinventar o mundo de hoje, e as TIC, como ferramentas para uma educação emancipatória, são indispensáveis nessa reinvenção. Essa nova maneira de ver o mundo exige comprometimento. “Da mesma forma que não é possível entrar na chuva sem se molhar, não é possível educar sem revelar a própria maneira de ser, de pensar politicamente” (FREIRE, 2000, p. 108). Daí a importância da

coerência entre o que se diz e o que se faz. Freire (idem, p. 110) diz que o professor não pode ser um sujeito de omissão, mas de opções.

Como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo, o que implica, além do conhecimento dos conteúdos, esforço de reprodução ou desmascaramento da ideologia dominante. Neutra em relação à ideologia dominante, a educação não pode ser (cf. *ibid*, p. 111). Isso destaca que os interesses dominantes procuram promover uma educação cuja prática é imobilizadora e ocultadora de verdades. Mas os fatalismos que procuram deixar as coisas como estão devem ser negados, eles ajudam a manter uma situação que é imoral e heterônoma. A prática educativa que se propõe deve ser uma tomada de posição frente ao mundo no sentido de transformá-lo para que condições heterônomas sejam superadas, para que se estabeleçam relações e condições que possibilitem a autonomia.

4.3 AVANÇOS E POSSIBILIDADES NA INCLUSÃO SOCIODIGITAL NO ESTADO DA BAHIA

O Programa de Inclusão Sociodigital da Bahia da SECTI comemora este ano, 2008, cinco anos de atuação e se apresenta no cenário brasileiro e baiano como uma referência em ações voltadas para a inclusão sociodigital.

Nestes cinco anos de atuação, o Programa alavancou a participação e o acesso à internet para mais de 500 mil baianos, além de apresentar uma produção de conhecimentos críticos reflexivos quanto àquela inclusão. O Programa também vem avaliando suas metodologias e sua atuação para garantir a emancipação a muitos cidadãos, desde os que estão no Recôncavo até o Sertão.

É possível perceber alguns avanços na inclusão sociodigital com a atuação do Programa nesse período. Observe-se:

- ✓ Em 2003, o Programa de Inclusão Digital foi iniciado em São Félix e Salvador, com a implantação de dois Infocentros; já em 2004, contava com 100 novos Infocentros distribuídos em várias cidades do Estado da Bahia. Hoje conta com 362 CDC

implantados em 274 municípios baianos e com mais 324 em fase de implantação em 170 municípios até o final deste ano; são mais de 18.339.396 acessos e 704.140 cidadãos cadastrados no Programa.

- ✓ Até 2003, apenas 5% da população baiana tinha acesso a computador e 3,5% acessavam a internet no Estado. Em 2005⁵⁷, 8,35% dos baianos já acessavam o computador e 5,67%, a internet. A Bahia apresenta os melhores índices dos Estados do Nordeste depois da implantação do Programa.

- ✓ Em 14 de janeiro de 2008, a Fundação Getúlio Vargas apresentou o Mapa da Exclusão Digital da Bahia e apontou o Programa Cidadania Digital como um dos mais relevantes de inclusão digital. De acordo com Neri (2006), foi possível “comprovar que o programa aumenta a taxa de inclusão digital nos segmentos mais necessitados, que demorariam muito tempo para serem incluídos⁵⁸”. Segundo o estudo, 90,45% dos usuários do PID têm renda familiar até dois salários mínimos, e 62,93% são de domicílios que recebem o Bolsa Família. A pesquisa verificou que os que freqüentam há mais tempo os Infocentros, estão mais desenvolvidos nas habilidades técnicas no uso do computador e da internet. Por exemplo, 65,66% daqueles com mais de um ano de PID sabem usar sozinhos o processador de texto, em comparação a 40,75% daqueles com menos de um mês. No conjunto, 55% afirmaram que o Infocentro foi o local onde mais aprenderam sobre internet. Os jovens predominam: 87,4% dos usuários têm até 21 anos; e 84,03% são estudantes — dos quais, 93,70% vêm de escolas públicas. O que explica porque, para 68,39%, pesquisas e trabalhos escolares constituem a principal motivação. Os outros atrativos apontados foram: diversão (51,75%) e comunicação com outras pessoas (51,52%). O principal impacto da internet na vida, para 70,62%, foi no ‘aprendizado’, embora, nas expectativas futuras, 74,94% dos usuários há mais de um ano e 70,45% os que freqüentam Infocentros há menos de um mês esperem se beneficiar da internet com a obtenção de ‘emprego’. Também 65,18% dizem querer trabalhar com tecnologia. Mas não se verifica a eficácia da recorrente estratégia de enviar currículos pela rede: apenas 10,37% tiveram retorno (conseguiram entrevista). Entre as melhorias sugeridas para os Infocentros, 83,11% querem mais tempo de acesso. E 80% gostariam, no futuro, de acessar a

57 Dados extraídos do Mapa da Exclusão Digital da Bahia feito pela Fundação Getúlio Vargas, último censo digital realizado.

58 Disponível em: <<http://cidadaniadigital.ba.gov.br>>. Acesso em 17 jan. 2007.

internet de suas casas. Atualmente, apenas 6,76% fazem isso, enquanto 64,46% se conectam a partir de Infocentros (NERI, 2006).

- ✓ Em 2004, a internet não existia nas aldeias indígenas, na zona rural e nas comunidades quilombolas nas periferias de Salvador. Hoje, 60% dos CDC que estão sendo implantados estão voltados para estes grupos étnicos, encontrados à margem das políticas públicas sociais e da internet. Nesta mesma realidade se achavam os sindicatos, associações, famílias agrícolas e ribeirinhas, e as ONGs. Segundo o primeiro Secretário Jerônimo Souza, “o Programa vê como prioridade estes grupos sociais”.
- ✓ Em 2005, o Programa SECTI capacitou cerca de 200 pessoas nas primeiras turmas, a partir de cursos básicos de *softwares* livres, como *Open Office* e *Linux*, com navegação em *Netscape* para trabalhar nos Infocentros. Atualmente, o Programa conta com mais de 1.300 multiplicadores capacitados e vem formando, desde março deste ano, mais 972 novos gestores e monitores. Além da capacitação em Informática Básica, baseada nos *softwares* livres, foi incluído no Programa de Capacitação dos novos gestores e monitores um módulo de Projetos Socioeducativos, Cultura Digital e Gestão Colaborativa.
- ✓ No início do Programa, o desenvolvimento dos *softwares* só era possível através da parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Informática e Eletro-eletrônica de Ilhéus (CEPEDI) e a SECTI. Hoje, o PISD tem sua equipe especializada em *software* e vem desenvolvendo computadores e programas de baixo custo, baseados em tecnologias alternativas, o que facilitará o acesso das comunidades de baixa renda à internet. Além destes dispositivos, são desenvolvidos jogos educativos e *softwares* “para que sirvam como recurso didático de auxílio à educação do ensino básico, ao mesmo tempo em que colocam a criança em contato com as tecnologias digitais e ainda contribuem com a cultura dos *softwares* livres”(SAMUEL SOUZA, Técnico do PISD).
- ✓ Em 2005 e 2006, o Programa reavaliou os seus objetivos e metas e, com o novo governo, ampliou a sua atuação no Estado quanto à perspectiva de inclusão digital. Essa inclusão vai além da distribuição de computadores e deve estar aliada a uma

proposta de educação emancipatória em parceria com empresas privadas e a sociedade civil organizada. Assim, o Programa ampliou a sua linha de ação de inclusão digital para inclusão sociodigital. O Programa Identidade Digital passou para Programa de Inclusão Sociodigital e os Centros Públicos de acesso à Informática – Infocentros são chamados de Centro Digital de Cidadania – CDC.

- ✓ Em 2007, alguns avanços do Programa foram as parcerias com as outras secretarias estaduais e federais para o cumprimento de suas metas de inclusão sociodigital. Exemplos: a Ouvidoria Geral do Estado, a Secretaria Estadual da Fazenda, a Casa Civil, Secretaria de Combate à Fome e à Pobreza, entre outras. Além disso, a SECTI tem estimulado tanto o terceiro setor com o setor privado para agregar parceiros nesta ação.
- ✓ Nesta nova conjectura, o PISD, ao identificar que a participação das comunidades não existia nos CDC, convidou as universidades estaduais para uma parceria na formação dos gestores e monitores dos Centros, visando à implantação do NUGEC. A participação das universidades estaduais tem sido de grande relevância para o Programa. Elas estão contribuindo para a produção de pesquisa na área de inclusão digital, o que tem possibilitado novas propostas de atuação no Programa. A SECTI firmou parcerias com as universidades até 2009 para dar continuidade ao projeto de implantação do NUGEC e acompanhamento pedagógico aos que já estão implantados.
- ✓ Entre 13 e 15 março de 2008, a SECTI realizou o primeiro Encontro Baiano de Rede de CDC em Salvador. Foi feito em parceria com as universidades e contou com a presença de mais de 600 gestores e monitores. Além das palestras e debates, o encontro foi marcado por sessão de pôsteres, com mais de 50 projetos-oficinas, estas realizadas nos CDC, e mais três sessões de comunicação oral, com cinco gestores e monitores apresentando relatos de experiências nos Centros. “Esta atividade teve um impacto muito grande na valorização profissional dos gestores e monitores, estes se sentiam na ‘rede’, tivemos dificuldades em selecionar os pôsteres para a apresentação, pois, além dos trabalhos estarem muito bons, ninguém queria ficar de fora” (PINTO, 2008).

- ✓ Com os NUGEC, os CDC contam agora com outra organização administrativa, pautada na gestão colaborativa. Hoje contamos com 63 NUGEC implantados; no acesa.berimbau, há mais de 630 pessoas cadastradas, entres presidentes e conselheiros dos NUGEC, propondo, avaliando e executando ações de inclusão sociodigitais nos CDC.
- ✓ As universidades estão na segunda fase de implantação dos Núcleos. Elas estão visitando os territórios e aproximando o diálogo com a comunidade, ou seja, legitimando a pesquisa e a extensão nas universidades.
- ✓ O Programa ainda prevê para este ano de 2008 o Projeto de Recondicionamento de Computadores com a criação de Centros de Recondicionamentos em parceria com as universidades estaduais e o terceiro setor.

Quanto às possibilidades, depois das discussões com os gestores, os monitores, a coordenação do PISD e as universidades, podemos afirmar que:

- ✓ Segundo as universidades, o projeto de criação dos NUGEC deu uma nova perspectiva às políticas de inclusão sociodigital na Bahia, propiciando aos CDC um instrumento de gestão adaptado à realidade de cada comunidade alcançada por eles. O Núcleo é capaz de compilar idéias advindas da comunidade e transformá-las em projetos a serem executados pelos Centros. Assim, a SECTI precisa criar mecanismos de sustentabilidade para a participação dos NUGEC nos CDC, por meio da formação continuada aos seus presidentes em participação social nas políticas públicas de inclusão sociodigital.
- ✓ Com a ampliação dos novos Centros, sente-se a necessidade de a SECTI intensificar a participação das universidades no Programa de Inclusão Sociodigital da Bahia também em uma gestão colaborativa. A adoção, por parte de cada uma das universidades estaduais, de CDC para orientação nos planos de mobilização social, sustentabilidade desses centros, levantamento e busca de parcerias seriam algumas ações com as quais as universidades poderiam contribuir.

- ✓ As empresas parceiras do PISD oferecem aos CDC assistência técnica de três anos. Depois desse prazo, as mantenedoras e a SECTI entram em conflito sem saber o que fazer com os equipamentos quebrados e onde buscar recursos para manter as máquinas em funcionamento. As universidades também estão apresentando um plano de manutenção de computadores para a SECTI a fim de ver a possibilidade de buscar a sustentabilidade dos CDC.
- ✓ Apesar de o Programa estar fundamentado na cultura digital, com princípios de colaboração e interação, acredita-se que uma avaliação mais sensível deveria ser feita quanto à questão dos direitos trabalhistas dos monitores e gestores. Para os gestores e monitores da Prefeitura e do Estado, o Programa deveria cobrar das mantenedoras que eles fizessem parte do quadro efetivo e sua permanência fosse de, pelo menos, de dois ou três anos nos Centros.
- ✓ Existem mais de 918 registros de oficinas cadastradas e analisadas pelo Programa e executadas nos CDC. Seria interessante que a equipe de desenvolvimento do PISD criasse no educ.berimbau, ferramenta que disponibilizasse as oficinas para todos os Centros. Algumas são extremamente relevantes e se adequariam à realidade de muitos deles, principalmente os CDC das não governamentais, que enfrentam dificuldades para se manter.
- ✓ A valorização da diversidade e do pluralismo no mundo contemporâneo é decorrência do reconhecimento, cada vez maior, da democracia como fator essencial para o aprimoramento das sociedades e da busca de novos padrões de convivência pautados em relações socialmente mais justas e igualitárias. Assim, as TIC tanto podem contribuir para o fortalecimento étnico-cultural, como podem promover o distanciamento e a valorização das homogenias internacionais. Neste cenário, acredita-se que a criação de uma coordenação pedagógica, com o objetivo de fortalecer as identidades culturais, contribuiria para a discussão do uso da internet nas tribos indígenas, nas aldeias quilombolas, na zona rural com educação no campo, enfim, na valorização da diversidade com o respeito às diferenças.
- ✓ Ainda na perspectiva da valorização das diversidades e no fortalecimento das culturais locais de colaboração e interação na busca da superação dos seis problemas, acredita-se que nada disso será possível sem uma formação continuada

dos gestores e monitores que estão à frente dos Centros. Nesta formação, além de oferecer um curso avançado de informática na educação, discutir-se-ia também a continuidade de seus estudos, propondo cursinhos vestibulares a distância, via *moodle*, desenvolvendo o desejo pela pesquisa e possibilitando a troca de experiências.

Com as diversas participações em fóruns, palestras, grupos de trabalho e com as visitas a vários projetos de Inclusão Digital em Salvador, dentre outras coisas, o que se pôde observar é que não existe um projeto padrão que possa servir como modelo para os demais. À medida que se foi conhecendo a realidade na qual se encontrava inserida, observou-se que cada comunidade é um mundo, com seus problemas, carências e prioridades. Assim, percebe-se que cada projeto de inclusão digital ‘deve’ ter a sua particularidade na forma de organização, na proposta e na metodologia de trabalho, pois precisa refletir e atender às necessidades específicas das comunidades. Outro ponto que merece destaque foi a constatação de que os trabalhos desenvolvidos em parcerias entre as três esferas de atuação (Poder Público, iniciativa privada e terceiro setor), como é o caso dos CDC, tendem a proporcionar melhores resultados, tanto no aspecto quantitativo – verificado pela possibilidade de alcance de um número maior de participantes – quanto no aspecto qualitativo, haja vista a presença de uma melhor infra-estrutura (técnica, logística e humana), o que, naturalmente, repercute na qualidade dos serviços oferecidos. Nesse sentido, conclui-se que a adoção de políticas e estratégias operacionais direcionadas para a concentração de esforços sinérgicos parece se apresentar como a solução mais plausível diante do quadro analisado.

4.4 ALGUMAS CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

As reflexões realizadas durante o período da pesquisa (2006 a 2008) possibilitam visualizar os esforços para discutir, debater e construir argumentações acerca das Políticas Públicas de Emancipação Digital no cenário do Estado da Bahia, considerando que elas oferecem espaços à mudança no processo de democratização do conhecimento e nas relações entre sujeitos e nos trabalhos coletivos entre professores, alunos e comunidade.

Há clareza de que as estratégias utilizadas neste estudo de caso não tinham a pretensão de generalizar as ações, mas de compreender conexões dentro das políticas públicas sociais,

não como fator isolado, mas imersas em um contexto globalizado neoliberal. Assim, deuse atenção, o tempo todo, ao seu contexto, às suas inter-relações como um todo orgânico e à sua dinâmica de atuação como um processo dentro de uma ação de impacto global.

Foi um desafio realizar uma pesquisa com todo o movimento que lhe é pertinente. Acompanhar as discussões no ambiente, participar de todas as reuniões com as universidades, com a coordenação do Programa na SECTI, com os mediadores do curso, acompanhar os cursos presenciais e visita aos CDC, tudo isso exigiu disponibilidade, persistência e, acima de tudo, desejo em compreender as políticas públicas de inclusão sociodigital desde a sua origem até este momento único e colaborativo junto à UNEB, UEFS, UESB e UESC.

Apesar dos multiplicadores educacionais atuarem em situações vulneráveis, eles estão sujeitos à substituição, a qualquer momento, por conta das relações trabalhistas com as instituições parceiras, por questões político-partidárias ou ainda porque a sua formação básica não lhes possibilita uma prática mais contundente exigida pelos projetos. Estes monitores e gestores procuram desenvolver um trabalho relevante dentro dos CDC.

Dos Centros que foram visitados e nos quais se acompanharam algumas atividades desenvolvidas para a comunidade, verificamos que os resultados têm contribuído para que alguns atores desse Programa considerem estas iniciativas como processos emancipatórios. Alguns jovens ingressaram nas universidades depois de participarem de cursos nos Centros, outros conseguiram entrar para o mercado de trabalho após cursos profissionalizantes. Alguns CDC têm grupos culturais, outros oferecem cursos de qualificação profissional, como preparação para o primeiro emprego, noções de administração e marketing pessoal e profissional. Enfim, são muitas as atividades desenvolvidas. Acredita-se que estas ações educativas são ações politizadas, fundamentadas no ‘movimento dos debaixo’.

Os cursos e capacitações aliados às TIC podem torná-los atuantes e participativos nos seus espaços sociais. Com persistência e comprometimento, podem desenvolver competências, ainda não conquistadas e, embora sejam importantes, constituem apenas uma parte da formação. A ‘sensibilidade solidária’ deve servir de motivação para a construção da identidade do CDC a partir de projetos suscitados das questões sociais locais.

Outra coisa que se observou é que o CDC tem se configurado como espaço de promoção de saberes emancipatórios e que a coordenação do Programa tem mobilizado os gestores e monitores em participação e gestão colaborativas. A realização do I Encontro de Rede de CDC foi uma motivação para esses multiplicadores educacionais, que tiveram oportunidade de compartilhar suas idéias e de vê-las valorizadas por seus colegas. Quem está no Centro, monitor ou gestor, tem consciência da sua atuação como profissional, educador e cidadão. Nas participações nos fóruns, eles expressam as suas opiniões sobre as várias relações estabelecidas com o Programa. A fluidez do ciberespaço tem contribuído para que os executores das políticas públicas se expressem, em tempo real, quanto às problemáticas que enfrentam no seu dia a dia, buscando a colaboração de outras pessoas e exigindo que se repense as propostas. Esta comunicação ‘instantânea’ tem levado a equipe do Programa a rever seu planejamento e a buscar novas ações dentro do próprio projeto.

A proposta de implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa foi um avanço considerável dentro do Programa. É fruto da participação das universidades estaduais e dos multiplicadores educacionais no âmbito do Programa, com a organização de grupos culturais que não eram legitimados nele. Espera-se que estes núcleos forneçam elementos de consolidação, não de acomodação, a gestores e monitores verdadeiramente integrados ao Programa de Inclusão Sociodigital e que o exercício da cidadania seja um imperativo dentro destes centros públicos de acesso à rede digital, compreendendo que a cidadania vai além do infousso da internet. Constitui, portanto, participação colaborativa na administração dos CDC como condição para construir uma sociedade mais equitativa.

Deve-se amadurecer o entendimento e perceber que os projetos socioeducativos podem fazer muito mais com a assimilação e reconstrução dos conceitos de gestão colaborativa e participativa para a promoção da cidadania. A educação democrática pretende a cidadania com seu significado forte, que permita ouvir as diversas vozes populares. A voz cidadã expõe a decência, sua afirmação como gente, o exercício ético, a possibilidade de intervenção na realidade, a escolha pelo coletivo e assunção da responsabilidade pela construção possível do sonho de uma sociedade cada vez menos desigual (FREIRE, 2001).

Não se tem a pretensão de acreditar que um projeto, como este do CDC/NUGEC, possa resolver questões da magnitude e do tamanho do Estado da Bahia. Entretanto, sabe-se

que pode reunir esforços para reduzir a distância do acesso às informações a um maior número de pessoas, através de projetos inclusivos, pela iniciativa pública, com a parceria da sociedade civil, apesar de ser um princípio democrático, mas insuficiente para dar conta de uma realidade tão complexa como a brasileira. Vale a pena ressaltar que, quando foi iniciada esta pesquisa, a cidade natal da pesquisadora não tinha nenhum espaço público de acesso à internet e hoje, com este Programa de Inclusão Sociodigital, mais 176 cidades terão seus CDC implantados.

Espera-se que esse Programa, em que todos os atores sociais estão imbuídos na promoção da emancipação social, vislumbre a capacidade de utilizar as TIC como espaço das discussões das causas internas que afligem a todos e como possibilidade de transgressão das práticas instituídas, fazendo com que se perceba a necessidade de romper com velhas hierarquias escolares, políticas e sociais.

Portanto, o trabalho de conscientização, a princípio, é de responsabilidade de quem já tem acesso aos meios e às informações. E se ele já está sendo feito, é preciso fortalecer estes processos, divulgando o movimento emergente em todos os lugares em que se esteja promovendo a construção de uma sociedade mais solidária.

Vale enfatizar que, para compreender esse objeto de pesquisa, complexo e amplo, houve a necessidade de voltar ao ponto de partida para encontrar a rota. Este trabalho foi, de fato, motivador e instigante, com nuances tais como o forte envolvimento com o projeto de implantação dos NUGEC. Isso quase chegou a impedir de se enxergar o foco central, ou seja, compreender como as políticas públicas das TIC são constituídas. Por esse motivo, o NUGEC, às vezes, se expressava mais que as outras ações, causando um ir e vir na teia própria da pesquisa.

Outros problemas observados foram em relação aos sujeitos das pesquisas e à população. Inicialmente, pensou-se em acompanhar apenas 10 CDC da capital e ouvir apenas seus gestores e monitores. Mas, com o movimento da pesquisa de campo e nas visitas constantes à SECTI, chegou-se à conclusão de que a riqueza do trabalho estaria na multiplicidade de sujeitos envolvidos das mais diversas localidades do Estado. O *moodle* foi bastante eficaz para reunir tantas singularidades em um mesmo local, tempo e momento histórico que foi o curso de implantação do NUGEC. Mais uma vez, a sociedade em rede foi legitimada por esses sujeitos sociais que participavam efervescientemente dos fóruns. Bem, a escolha das falas

também não foi algo simples nem aleatório, houve cinco fóruns durante um semestre com, aproximadamente, 114 participantes; foi preciso garimpar bastante para concluir quais falas poderiam ser usadas neste momento. Confessa-se que o desejo era analisar 70% delas. Mas o fator tempo e a delimitação da pesquisa inviabilizavam tal intenção, naquele momento, lembrando também que poderiam ser redundantes e cansativas para quem fosse ler a presente dissertação.

Assim, esta pesquisa suscita novos estudos na área de educação e políticas públicas das TIC. Algumas questões merecem melhor atenção e reflexão mais crítica quanto aos seus fundamentos e suas intencionalidades. Questões como os movimentos sociais e as tecnologias da informação e comunicação nas configurações das sociedades contemporâneas, as políticas públicas das TIC para os quilombolas, as comunidades ribeirinhas e os povos indígenas, as práticas de gestão colaborativa mediatizadas por elas, os *softwares* livres no CDC e educação não formal em espaços sociodigitais. Enfim, são muitas pesquisas que foram desencadeadas e requerem um olhar mais crítico de outros que desejem trilhar pelas pesquisas em políticas públicas das TIC e educação.

Como desdobramentos à nossa colaboração nas discussões sobre políticas públicas e emancipação, fomos desafiados a compreender este processo crítico e conflituoso como a possibilidade de buscar espaços em que homens e mulheres sejam capazes de tornarem-se mais criativos, mais sociais, mais livres, mais conscientes e mais participativos. Mas, para que isto se efetive, as atividades socioeducativas deverão se ancorar nas problemáticas sociais em que homens e mulheres assumam as responsabilidades de seus atos.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos. **Internet para todos: tão perto e tão longe**. Disponível em: <<http://www.no.com.br>> . Acesso em: 23/03/2001.

ALAVA, Séraphin. **Ciberespaço e formação aberta: rumo a novas práticas educacionais?** (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: ArtMed, 2002.

ALVATER, E. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995.

ALVES, Lynn Rosalina Gama. **Novas Tecnologias: instrumento, ferramenta ou elementos estruturais de um novo pensar?** Núcleo de comunicação e Educação: UFBA, 1998.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir. & GENTILI, Pablo. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de & LUDKE, Menga, **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Avanços do conhecimento Etnográfico da escola**. In: Pesquisa em Educação as Transformações do conhecimento. Campinas, SP.

ARENDETT, Hannah. **A Condição Humana**. 3ª Ed., Rio de Janeiro. Forense-Universitária, 1987.

A

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. (trad. Antônio de Pádua Denesi). 1ª Educação. SP: Martins Fontes, 1993, 242 p.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades e Estratégias para a Educação**. Washington. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br/>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

BARRETO, Raquel Goulart. As Políticas de Formação de Professores: novas tecnologias e educação à distância. In: **Tecnologias Educacionais e Educação a Distância**: avaliando políticas e práticas. (orgs. Raquel Goulart Barreto e Nelson de Luca Pretto). Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

BAUMAN, Zygmunt, 1995. **Em busca da política**; tradução, Marcus Penchet. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BECKER, Haward S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. (Trad. Marcos Estevão, Renato Aguiar).

BONETTI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BRASIL, Constituição. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros Nacionais**. Brasília MEC/SEF, 1999. 17 p.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental**: Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL/MEC/SEED. **Programa Nacional e Informática na Educação**. Brasília, SEED/MEC, nov/96.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. SP: Paz e Terra, 1999. (trad. Roneide Venâncio Majer).

_____. **Cidade, democracia e socialismo**; tradução de Glória Rodriguez, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**; tradução Maria Luiza X de A. Borges, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. A sociedade em rede. In: MORAES, Denis. **Por uma Outra Comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003b.

_____. **O Caos e o Progresso**. Entrevista. Disponível em: <<http://www.softwarelivre.org/news/3751>>. Acesso em: 24 mar. 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade** (trad. Guy Reynaud). 4ª ed. RJ: Paz e Terra, 1982.

CHALUB, Ana Luíza. **Novos internautas a bordo da rede pública**: todas as escolas públicas de ensino Médio do País terão laboratório do ProInfo e acesso à Internet. SEED/MEC. Disponível em: <<http://www.proinfo.gov.br/>>. Acesso em: publicado no dia 21/03/2001.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

_____. Público, Privado, Despotismo. In: **Ética**, org. Adauto Novaes, São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CORAGGIO, José Luiz. **Propostas do Banco Mundial para a Educação**: sentido oculto ou problemas de concepção? (trad. Mônica Corullón). In: **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. (org. Livia De Tomasi, Mirian J. Ward e Sérgio Haddad) 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2000.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento, 3ª ed.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

COUTO, Edvaldo Souza. **O homem satélite**: estética e mutações do corpo na sociedade tecnológica. Ijuí: Unijuí, 2000.

DEMO, Pedro. **Aprendizagem**. Artigo de palestra realizada em Rio Negro-SC, dia 28/05/98.

EDER, Odaylson. **A Formação do profissional de informática com vistas ao exercício pedagógico da profissão**. Dissertação de Mestrado. Unijuí-Ijuí. 2001.

FARO, Marcus. **Banco Mundial em foco**: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na da América Latina. p.23, julho 2004. Disponível em <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/bancomundial.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2006.

FERRÉS, Joan. **Televisão Subliminar**: Socializando através da comunicação despercebida. Porto Alegre: Artmed, 1998.

FONSECA, M. L. **O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo**: evidências do caso brasileiro. Ver. Fac. Educ. 24, nº 1, p. 37-69, jan. 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – Saberes necessários à prática educativa**. SP, Brasil: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1997.

- _____. **A importância do Ato de Ler.** SP, Cortez/Autores Associados, 1982.
- _____. **Alfabetização: Leitura da palavra, leitura mundo.** Donaldo Macedo; tradução Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- _____. **Carta à Guiné-Bissau:** registro de uma experiência em processo. 4ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. **Educação como Prática da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. **Pedagogia da Indignação. Cartas aos Professores.** Ed. UNESP. 2000.
- _____. **Educação atualidade brasileira.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979a.
- _____. **O caminho se faz caminhando: conversas sobre educação e mudança social.** Myles Horton: organizado por Brenda Bell, John Gaventa e John Peters; tradução de Vera Lúcia Mello Josceline: Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- _____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979b.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade de Escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre Educação e estrutura econômica – social e Capitalista.** SP. Cortez, 1974.
- GADOTTI, Moaci. **Perspectivas Atuais da Educação.** Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- GENTILI, Pablo. **A Falsificação do Consenso.** SP: Vozes, 1998.
- GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da modernidade.** (trad. Raul Fiker), 5ª edição, SP: UNESP, 1991.
- GÓMEZ, A. I. Pérez e SACRISTÁN, José Gimeno. **Comprender Y transformar la enseñanza.** Madrid: Ediciones Morata S. L., 2000.
- GOMES, Gilberto Pedro. **Filosofia e Ética da comunicação na midiaticização da sociedade.** São Leopoldo-RS: Unisinos, 2006.
- GOMES, Orlando e DELEUZE, Guiles, **Literatura e Afirmação Odontológica. In: Nietzsche/DELEUZE: Intensidade e Paixão** Coord. Daniel Lins, Sylvio Couto e Alexandre Veras). Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000, p: 133-150.
- GOMEZ, Margarita Victória. **Educação em Rede:** Uma visão emancipadora. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.
- GRIoux, Henry A. **Os professores com intelectuais:** rumo a uma pedagogia crítica da

aprendizagem. (trad. Daniel Bueno). Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. (trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. (trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves), 7ª edição, São Paulo: Loyola, 1998.

HESPANHA, Pedro. **Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social**. IN: A globalização e as ciências sociais, org. Boaventura de Sousa Santos, 2ªed.; São Paulo: Cortez, 2002.

HETKOWSKI, Tânia Maria. **O Computador na Escola: entre o medo e o encanto**. Ijuí: Unijuí, 1998.

_____. **As Tecnologias da Informação e da Comunicação possibilitam Novas Práticas Pedagógicas**. Tese de Doutorado, FAGED, Salvador-Ba, 2004.

_____. & ALVES, Lynn R.G. **Educação, Novas Tecnologias e Currículos**. Ijuí: Unijuí, 1997.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, 342p.

LÉVY, Pierre e AUTHEIR, Michel. **As árvores de conhecimento**. São Paulo: Escuta 1995. (Trad. Mônica M. Seincman).

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. (Trad. Carlos Irineu da Costa). São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **A ideografia dinâmica: rumo a uma imaginação artificial?** São Paulo: Loyola, 1998. (Trad. Marcos Marcionílio, Saulo Krieger).

_____. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998. (Trad. Luiz Paulo Rouanet).

_____. **A inteligência e seus novos conhecimentos**. In: BAYLE, F (et.al.). **O império das técnicas**. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Trad. Carlos Irineu da Costa).

_____. **O que é o virtual?** São Paulo: Ed. 34,1996. (Trad. Paulo Neves).

LIMA JR., Arnaud S. de. **As Novas Tecnologias e a educação escolar: um olhar sobre o projeto internet nas escolas – Salvador / Bahia**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – UFBA.

_____ Educação e Novas Tecnologias de Comunicação e Informação: do pensamento dialético ao pensamento virtual. In: ALVES, Lynn e NOVA, Cristiane. **Educação e Tecnologia: Trilhando caminho**. Salvador, BA: UNEB, 2003.

_____ **Tecnologização do Currículo Escolar**: um possível significado proposicional e hipertextual do Currículo contemporâneo. Salvador-Ba, FAGED-UFBA, 2003. (Tese de Doutorado).

LYOTARD, Jean-François. **A Condição Pós-Moderna**. (trad. Silviano Santiago) 5 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MAÇADA, D. L. **Rede virtual de aprendizagem**: interação em uma ecologia digital. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, Porto Alegre - RS - Brasil, 2001.

MACHADO, Lucília. "**Sociedade industrial X sociedade tecnizada**". *Universidade e Sociedade*, ano III, n. 5, julho 1993, pp. 32-37.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A nova sociedade da era tecnológica**. São Paulo: Ática, 1992.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **A abordagem etnográfica na investigação científica**. Artigo. UERJ, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE)**. Brasília: Novembro de 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO (MEC). **Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO)**. Diretrizes. Brasília: Junho de 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Proposta de Diretrizes para Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em Cursos de Nível Superior**. Maio de 2000.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sociedade da Informação no Brasil**. Livro Verde. Brasília, setembro 2005.

_____ **Livro Branco: Ciências, tecnologia e Inovação**. CTBrasil, Brasília, Setembro de 2002.

MORAES, Raquel de Almeida. **Rumos da informática educativa no Brasil**. Brasília: Plano, 2002.

MORICONI, Ítalo. **A provocação pós-moderna: razão histórica e política da teoria hoje**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

NERI, Marcelo. **O Mapa da Exclusão Digital da Bahia**. FGV/BRE, Rio de Janeiro, 2006.

PALLOF, Rena M. e PRATT, Keith. **Construindo comunidade de aprendizagem no ciberespaço**. Porto Alegre: ArtMed, 2002. (Trad. Vinícius Figueira).

PARENTE, André (Org.) **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. Rio de Janeiro: Educação. 34, 1993.

PELLANDA, Nilze M^a C. PELLANDA, Eduardo Campos (org). **Ciberespaço: um hipertexto com Pierre Lévy**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

PORCARO, Rosa Maria **Tecnologia da Comunicação e Informação e Desenvolvimento: Políticas e Estratégias de Inclusão Digital do Brasil**. Programa da Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas (Rede-Ipea), Rio de Janeiro. Janeiro de 2006.

PRETTO, Nelson; BONILLA, Maria Helena. **Sociedade da informação: democratizar o quê?** *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro, 2001. Seção Internet.

PRETTO, Nelson De Luca. **Uma escola com/sem futuro**. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. **Desafios para a Educação na Era da Informação: o presencial, à distância, as mesmas políticas e o de sempre**. In: **Tecnologias Educacionais e Educação a Distância: avaliando políticas e práticas**. (org. Raquel Goulart Barreto e Nelson de Luca Pretto) Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas: tempo, caos e leis da natureza**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. (Trad. Roberto Leal Ferreira).

PRIMO, Alex. **Interação Mediada por Computador: Comunicação, Cibercultura, Cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAMAL, Cecília Andréa. **Educação na Cibercultura: Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet: considerações iniciais**. XXVII INTERCOM. Porto Alegre, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens** Editora Universidade de Brasília – Brasília/DF; Editora Ática – São Paulo/SP – 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3^a ed., Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, dos Santanna Rogério. **Inclusão digital precisa de investimentos em infraestrutura**. Disponível em: <<http://info.abril.com.br/aberto/infonews>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. 4^a Ed. São Paulo, 1995. Editora Brasiliense. 1995.

_____. **Renovar a Teoria Crítica e reinventar a Emancipação social**; tradução Ouzar Benedito, São Paulo: Boitempo, 2007.

SEABRA, Carlos - **Inclusão digital: algumas promessas e muitos desafios**. Disponível em: <http://www.mhd.org/artigos/seabra_inclusao2.html>. Acesso em: 24 maio 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital: a miséria na era da informação**. São Paulo:

Fundação Perseu Abramo, 2001.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Programa de Inclusão Sociodigital do Estado da Bahia**. Bahia, abril, 2008. Disponível em: <<http://www.secti.ba.gov.br/>> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____. **Cidadania Digital**. Bahia, janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.cidadaniadigital.ba.gov.br/>> Acesso em: 16 mar. 2008.

_____. **Regimento Interno do CDC**. Bahia, novembro, 2007, disponível em: <<http://moodle.berimbau.ba.gov.br/>> Acesso em: 24 out. 2007.

_____. **Regimento Interno do NUGEC**. Bahia, janeiro, 2008. Disponível em: <<http://moodle.berimbau.ba.gov.br/>> Acesso em: 24 fev. 2008.

_____. **Cartilha de Informática Básica**. Bahia, janeiro, 2008. Disponível em: <<http://moodle.berimbau.ba.gov.br/>> Acesso em: 20 nov. 2007.

_____. **Sistema de Implantação dos CDC**. Bahia. 2004. Disponível em: <<http://acessa.berimbau.ba.gov.br/>> Acesso em: 04 abr. 2008.

_____. **Central de Atendimento da SECTI**. Bahia 2004. Disponível em: <<http://acessa.berimbau.ba.gov.br/>> Acesso em: 10 maio 2008.

_____. **Coordenação de Capacitação**. Bahia, 2004.

_____. **Coordenação de Atendimento**. Bahia, 2004.

_____. **Coordenação de Implantação**. Bahia, 2004

_____. **Coordenação de Desenvolvimento de *Software***. Bahia, 2004.

SOUSA SANTOS. Boaventura. **A globalização e as ciências sociais**. 2ªed.; São Paulo: Cortez, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto de Implantação do Núcleo de Gestão Colaborativa nos CDC**. Centro de Educação, Tecnologia, Informação e Ciência (CETIC), CAMPUS I, Salvador – BA, outubro de 2007.

_____. **Relatório de atividades Implantação e Acompanhamento de Núcleos de Gestão Colaborativa nos Centros Digitais de Cidadania** Centro de Educação, Tecnologia, Informação e Ciência (CETIC), CAMPUS I, Salvador – BA, fevereiro e julho de 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação** São Paulo: Cortez, 2000.

TOFFLER, Alvin. **Powershift: as mudanças do poder**. (Tradução de João Távora) 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. **A Terceira onda**. (Tradução de João Távora) 29ª Ed., Rio de Janeiro, Record, 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapeada exclusão digital no Brasil**. Disponível em <[http://www.itec.al.gov.br/sala-de imprensa/noticiasnacionais/mapeada-exclusao-digital-no-brasil](http://www.itec.al.gov.br/sala-de_imprensa/noticiasnacionais/mapeada-exclusao-digital-no-brasil)>. Acesso em: 23 nov. 2007.

Weber, Max **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.

YOUNG, Clifford. **Desigualdades digitais: contrastes brasileiros**. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/agora/pmcacervo_pingos_desigualdades.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2007.